

Perspectivas para a AGRICULTURA FAMILIAR

Horizonte 2010





**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA
Projeto Observatório do Agronegócio/Pronaf
Programa: Promoção do Agronegócio**

***PERSPECTIVAS
PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR

Horizonte 2010***

Março de 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

Governador do Estado de Santa Catarina

Esperidião Amin Helou Filho

Vice-Governador

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

Odacir Zonta

Secretário-Adjunto de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

Otto Luiz Kiehn

Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

Djalma Rogério Guimarães

Gerente Técnico

Walter Antonio Casagrande

Gerente de Desenvolvimento Organizacional

José Eláudio Della Giustina

Autores

Altmann, Rubens - Engenheiro Agrônomo - Doutor Economia Rural - (Coordenação)
Boeing, Guido - Engenheiro Agrônomo - Esp. em Administração Projetos Profissionais em Desenvolvimento Agrícola
Brito, Francisco Assis de - Economista
Brugnago Neto, Simão - Engenheiro Agrônomo - Esp. em Planejamento Governamental
Buogo, Geraldo - Engenheiro Agrônomo - Esp. em Planejamento Econômico
Conceição, Osmar Alcides da - Engenheiro Agrônomo - Esp. em Administração de Projetos Profissionais em Desenvolvimento Agrícola
Feliciano, Antonio Marcos - Cientista Social
Freyesleben Silva, Cesar Augusto - Engenheiro Agrônomo - Esp. em Reforma Agrária
Heiden, Francisco - Sociólogo - Esp. em Desenvolvimento Rural Sustentável
Machado, Jurandi Soares - Médico Veterinário - Esp. em Administração de Projetos Profissionais em Desenvolvimento Agrícola
Marcondes, Tabajara - Engenheiro Agrônomo e Cientista Social
Oliveira, Gilberto de - Bacharel em Estatística
Oltamari, Ana Carla - Engenheira Agrônoma - MSC Biotecnologia
Paul, José Maria - Engenheiro Agrônomo - MSC Economia Rural
Reiter, Janice Maria Waituch - Economista - MSC Des. Agrícola, Planejamento e Pol. De Desenvolvimento
Silva, José Carlos Madruga - Engenheiro Agrônomo - MSC em Agroecossistemas
Souza Filho, José - Economista
Souza, Admir Tadeu de - Engenheiro Agrônomo
Toresan, Luís - Engenheiro Agrônomo - Doutor Engenharia de Produção
Varaschin, Márcia Janice Cunha - Economista - MSC em Engenharia de Produção
Varaschin, Vitorio Manuel - Economista - MSC Economia Rural
Vieira, Luís Marcelino - Economista - Esp. Planejamento Agrícola
Zoldan, Paulo - Economista - MSC Desenvolvimento Rural

Colaboradores

Andrade, Ulisses Rogério Arruda de - (Gerência de Desenvolvimento Florestal da SDA/SC) - Engenheiro Agrônomo
Farias, José Antônio Cardoso - (Epagri) - Engenheiro Agrônomo - MSC Engenharia Florestal
Costa Guzzatti, Thaise - (Acolhida na Colônia) - Engenheira Agrônoma
Gandin, Carlos - (Epagri) - Engenheiro Agrônomo - MSC Fitotecnia
Munarim, Antônio - (Ufsc - Departamento de Educação) - Pedagogo - Doutor em Educação
Mussoi, Eros Marion - (Epagri) - Engenheiro Agrônomo - Doutor Difusão de Tecnologia
Oliveira Neto, Francisco Manoel de - (Epagri) - Geógrafo
Rockzanski Mauro - (Epagri) - Biólogo - Esp. Utilização e Conservação de Recursos Naturais
Hentz, Paulo - (Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina) - Estudos Sociais - MSC em Educação
Winckle da Costa, Sergio - (Epagri) - Oceanógrafo - MSC em Maricultura
Boll, Matias G. - (Epagri) - Engenheiro Agrônomo - MSC em Aquicultura
Silveira, Fernando S. - (Epagri) - Oceanógrafo
Seibel, Erni - (Ufsc - Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - Administrador - Doutor em Ciências Políticas
Tramontin, Carlos - (Centro de Educação Superior) - Economista - Doutor em Ciências da Economia

Instituições Colaboradoras

- Associação Brasileira de Produtores de Maçã - ABPM
- Centrais de Abastecimento de Santa Catarina S.A. - Ceasa
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A. - Cidasc
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri
- Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Faesc
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc
- Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc
- Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - Centro Agroveterinário de Lages

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7
Siglas e abreviações	11
Evolução do cenário internacional	16
Internacionalização dos mercados	16
Segurança alimentar como fator de competitividade	24
A Alca: riscos e oportunidades	28
Evolução do cenário macroeconômico	31
Perspectivas do cenário macroeconômico mundial	31
Perspectivas macroeconômicas na América Latina e no Brasil	33
Perspectivas mundiais de médio prazo	34
Políticas agrícolas	35
Pronaf	36
A política agrícola estadual	37
Pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica	39
Outros fatores determinantes da competitividade	45
As agroindústrias	45
Logística	48
Grau de organização dos atores sociais	51
O sistema educacional	54
Demografia e movimentos populacionais	59
Perspectivas da demanda - 2005/2010	62
Determinantes externas da demanda	64
Perspectivas do mercado de grãos	68
Arroz	69
Feijão	69
Milho	70
Soja	70
Perspectivas do mercado de carnes	71
Frangos	71
Suínos	72
Perspectivas do mercado de laticínios	74
Perspectivas para os hortifrutigranjeiros	75
Alho	75
Banana	76
Cebola	77
Maçã	78
Plantas medicinais e alimentos para a saúde	79
Oferta e demanda de produtos florestais	81
Perspectivas do mercado de flores e plantas ornamentais	84
Perspectivas da demanda de produtos da pesca e da aqüicultura	87
Perspectivas da demanda de fumo	90
Perspectivas da demanda de mandioca	91
Diretrizes para o desenvolvimento da agricultura familiar	92
Desafios e Tendências	93
A multifuncionalidade da agricultura familiar	94
Visão de futuro para a agricultura catarinense	95
Diretrizes estratégicas sugeridas	95
Anexos	103
I - Glossário e Conceitos	103
II - Legislação incidente sobre a agroindústria de pequeno porte	105
III - Projeção do crescimento do consumo de produtos alimentares no Brasil - 2001-2010	109
Referências bibliográficas	111

LISTA DE QUADROS TEMÁTICOS

Competitividade sistêmica	8
Blocos de variáveis que interferem na competitividade da agricultura Familiar	10
Resumo das principais variáveis	12
O setor agrícola e pesqueiro de Santa Catarina	15
Políticas futuras com possíveis impactos na agricultura catarinense	23
Desenvolvimento do espaço rural e conceito de multifuncionalidade	27
Hipóteses de políticas públicas	36
Biotechnology: que estratégia seguir?	41
Legislação brasileira sobre transgênicos	43
Mudanças climáticas e meio ambiente	57
Degradação dos recursos naturais	58
As políticas dos países ricos que afetam a competitividade da agricultura catarinense	65
Quadro-resumo da demanda futura de produtos agrícolas e alimentares	67

APRESENTAÇÃO

O mundo muda. Tudo muda. Tudo é moda. O ritmo dos tempos tornou-se vertiginoso. Chegou a um ponto em que tudo o que tivesse mais de trinta anos seria velho, mas este limite veio baixando assustadoramente. O tempo de vigência de qualquer coisa não só encurtou, mas foi obrigado a se modificar de tal maneira que deveria ser tão diferente que passaria a ser novo. A nova ordem era a mudança. Era preciso mudar. Tudo. Nada resistia ou sobrevivia.

Outra palavra de ordem: tendências, megatendências. Era preciso estar atualizado, produzir de acordo com o momento, com as necessidades em voga, ditadas pelos grandes centros, pelos formadores de opinião, pelos Estados-líderes, por organizações de ponta... Foram, e ainda são, tempos de desconstrução, reengenharia, quebradeira, competição selvagem em nome dos avanços da ciência, da química, do transgênico, do conservante, do artificial, da produção em escala, em massa...

Terá passado esta febre? Houve tempo suficiente para testar as inovações? Não, mas já há resultados, alguns bons, outros ruins. Tudo foi sacudido. Embora não haja conclusões, hoje para muitos ficou evidente um paradigma de mundialização que ataca na frente econômica, ideológica e militar, com alto poder, não de sedução, mas de imposição. Em contrapartida, registra-se o despertar, embora ainda tímido e minoritário, de uma visão de mundo também global, mas que, em função da consciência e da responsabilidade, procura oferecer algumas alternativas e resgatar alguns valores: valorizar o meio ambiente, reconhecer a função do rural em relação à degeneração do modelo urbano; a revalorização da saúde e do natural em contraposição ao químico e ao artificial; a função do artesanal em relação à produção em escala e em série; do original, do local e da origem, como marca de identidade, em relação ao nivelamento e à padronização incondicional; do familiar face ao industrial; do orgânico na comparação com o desprestígio do produto com agrotóxico... Enfim, novos tempos emergem.

O Instituto Cepa/SC, justamente por considerar muitos dos efeitos negativos de um processo avassalador de globalização, se alinha por esta nova visão de mundo, aplicada particularmente ao espaço rural. O presente estudo, ao traçar perspectivas para a agricultura familiar para o próximo decênio, de modo a oferecer à sociedade informações e diretrizes de orientação, cumpre parte da missão do Instituto Cepa/SC, que está em buscar o desenvolvimento desse espaço rural. Trabalha com a idéia de que há, ou deve haver, espaço para o espaço rural. Espaço para o rural. Para o familiar. Para o pequeno. Sob essa nova ótica. Não se trata da sobrevivência de um modelo antigo. Trata-se do novo rural, do novo familiar.... Propõem-se guias para identificar as tendências atuais e a comple-

xidade da competitividade, em que o novo pelo novo perdeu para o que é bom, de qualidade, saudável e sustentável

Diante de tais perspectivas, pretende-se iniciar, com este estudo, um monitoramento contínuo do cenário socioeconômico. Através de estudos, seminários e rastreamento de informações, objetiva-se atualizar e renovar constantemente este cenário, para que, de forma mais apropriada, se possam antever alternativas para o desenvolvimento do nosso espaço rural.

Instituto Cepa/SC

Introdução

Não existe uma noção clara sobre qual seria o melhor caminho para o desenvolvimento do espaço rural catarinense na perspectiva do desenvolvimento do homem que o ocupa e mantém. Este caminho precisa ser construído...

Este documento representa a contribuição do Instituto Cepa/SC no sentido de desenhar um cenário prospectivo para a Agricultura Familiar de Santa Catarina no horizonte 2001-2010, possibilitando aos agentes e atores sociais informações para a tomada de decisões estratégicas vis-à-vis de seu desenvolvimento.

Para os efeitos deste trabalho, considera-se a agricultura familiar¹ um sistema, constituído por agentes - os produtores rurais e os pescadores artesanais e seus familiares -, que estabelecem entre si e com o meio que os cerca relações com vistas a produzir alimentos, serviços e lazer, obter renda, melhorar a qualidade de vida, zelar pelo meio ambiente e pela paisagem rural, entre outros.

O desenvolvimento da agricultura familiar em Santa Catarina dependerá, no futuro próximo, sobretudo da sinergia entre o Estado e os demais atores sociais para assegurar sua competitividade². É por este enfoque que se analisam as variáveis consideradas críticas para a competitividade da agricultura familiar e se desenha a tendência do cenário no horizonte 2001-2010.

A complexidade da economia na era da globalização dos mercados e o dinamismo do progresso tecnológico exigem que os agricultores organizem seus negócios em redes de cooperação tecnológica, buscando uma síntese entre competição e cooperação. Os governos, por sua vez, precisam assumir um ativo papel no processo, gerando estímulos, orientando e coordenando ações locais focadas no mercado nacional e mundial.

Pretende-se, portanto, através de uma análise prospectiva de um conjunto de variáveis críticas para a competitividade sistêmica da agricultura familiar de Santa Catarina, indicar tendências e sugerir alternativas estratégicas para o desenvolvimento do espaço rural.

¹ Agricultor familiar é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

² Para os fins deste trabalho, entende-se competitividade como a capacidade de orientar-se, no contexto de um paradigma tecnológico-industrial, procurando, simultaneamente, sobreviver ao longo do tempo, melhorar o padrão de renda e de qualidade de vida e contribuir com a alimentação da sociedade.

Competitividade Sistêmica

De acordo com o Instituto Alemão de Desenvolvimento - IAD -, os países mais competitivos, atualmente, não são aqueles que apostam unicamente na competitividade de empresas que operam isoladamente, num contexto de livre comércio incondicional e com um Estado que se limita a regulamentar e monitorar a economia. Na nova economia, os países mais competitivos são os que trabalham ativamente para criar vantagens de localização e competitividade.

Ainda conforme o IAD, *“numa economia mundial que se distingue por novos padrões competitivos, novos conceitos organizativos e novas tecnologias, os países mais eficientes são aqueles cujos grupos de atores sociais conseguem organizar processos rápidos e efetivos de aprendizagem e tomada de decisões, moldando favoravelmente o entorno empresarial às novas exigências:*

- *O novo padrão de competitividade reúne vantagens competitivas baseadas no conhecimento e na tecnologia, perdendo importância as vantagens competitivas baseadas na dotação de fatores.*
- *No seio das empresas impõem-se novas estruturas organizativas, menos hierarquizadas, operando em redes criadas por elas mesmas.*
- *Ao nível da economia nacional, o novo padrão competitivo deve ser acompanhado de políticas dinâmicas dirigidas a aglutinar o saber-fazer empresarial, a pesquisa e desenvolvimento e a administração pública”.*

Num contexto de globalização de mercados, a competitividade de qualquer empreendimento - no caso, a agricultura familiar - depende de um conjunto de medidas articuladas entre si que apontem para objetivos concretos a partir da interação de quatro níveis do sistema (meta, macro, micro e meso)¹. O Estado, como ator social, deve assumir um papel chave gerando estímulos, orientando e coordenando ações na busca da competitividade sistêmica. Os atores sociais autônomos, por sua vez, devem operar com base em três lógicas complementares:

- otimizando instituições ou empresas sob sua responsabilidade (“orientação para dentro”);
- defendendo seus interesses frente ao Estado e a outros atores sociais (“defesa de interesses”);
- desenhando seu entorno através da cooperação e articulação com atores estatais ou privados (“competição cooperativa”).

A competitividade depende, portanto, da adoção de um conceito pluridimensional de gestão do processo, que se compõe de competência, diálogo e tomada conjunta de decisões pelos grupos importantes de atores.

¹ ESSER, K., HILLEBRAND, W., MESSNER, D., MEYER-STAMMER, J. *Competitividad sistêmica_Competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas*. Berlin: Instituto Aleman de Desarrollo, 1994. (Estudios e Informes, 11).

Construção da visão prospectiva: um método de trabalho com aproximações sucessivas

As variáveis mencionadas foram selecionadas através de seminários internos realizados pela equipe técnica do Instituto Cepa/SC (vide desenho esquemático na página seguinte). O critério de seleção baseou-se naquelas que exercem maior influência sobre o desempenho da agricultura familiar de Santa Catarina.

Espera-se que seu monitoramento possa dar suporte à definição de políticas públicas, bem como subsidiar decisões do setor privado e demais organizações ligadas ao setor.

Uma vez selecionadas as variáveis, formaram-se grupos que aprofundaram os estudos. No processo, a equipe serviu-se de pesquisas e bibliografias disponíveis, visitas a instituições e consultas a especialistas. Na fase seguinte, os trabalhos foram reunidos e analisados pela equipe para harmonizar entendimentos e sintetizar a visão prospectiva.

O cenário do espaço rural e do agronegócio está em constante mutação, razão pela qual este estudo têm caráter contínuo e, portanto, não deve ser considerado como algo estático ou definitivo.

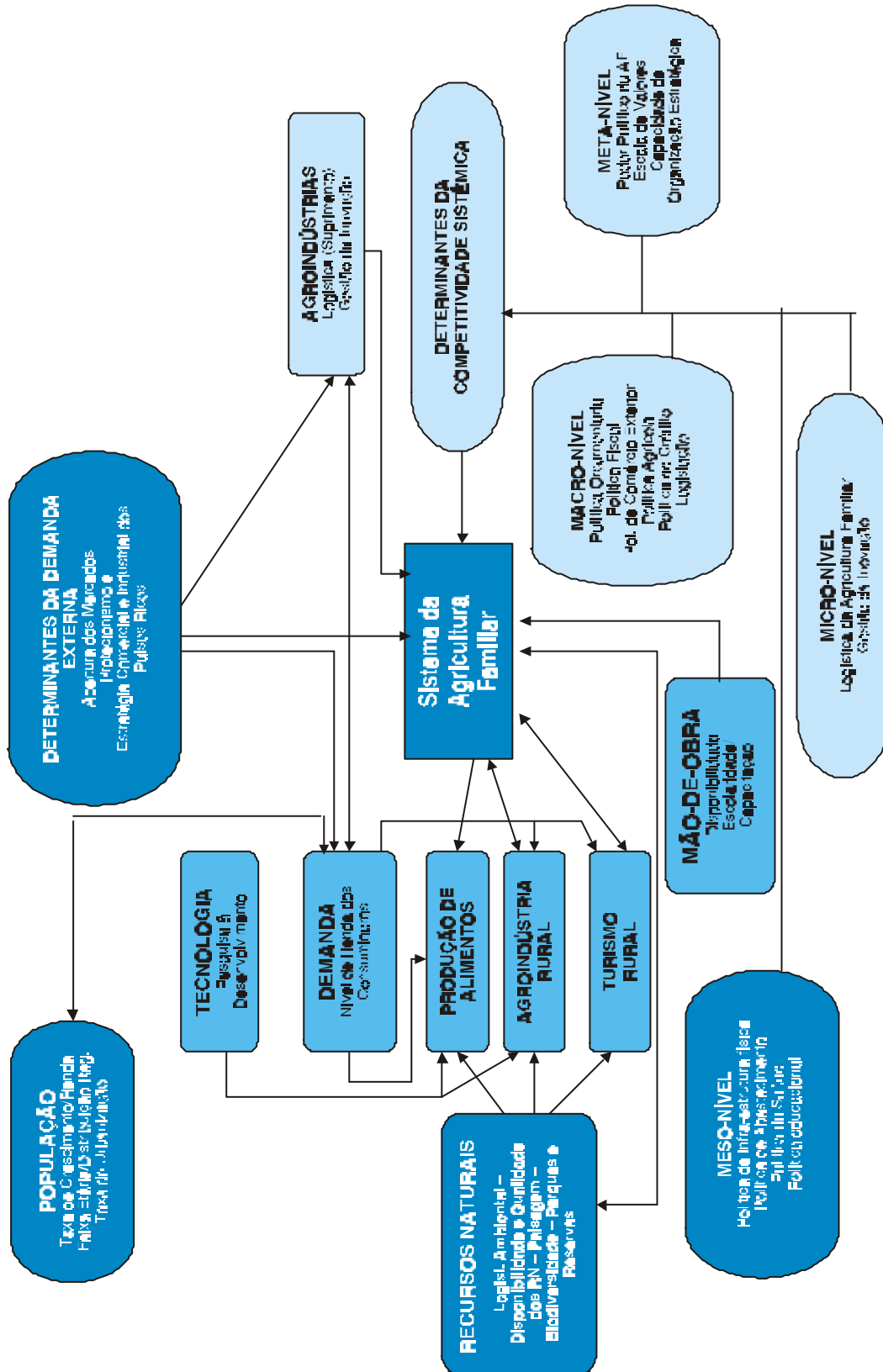
A equipe técnica que o elaborou entende que, num contexto de internacionalização dos mercados, em que as transformações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas ocorrem num ritmo sem precedentes, é imprescindível para o desenvolvimento da agricultura familiar de Santa Catarina o monitoramento permanente do cenário interno e externo.

A apresentação deste documento em seminários, que se prevê realizar em diferentes regiões do estado, será parte do processo de atualização e aperfeiçoamento da visão estratégica (o espaço rural que se deseja) e das perspectivas transcritas neste documento (o espaço rural em evolução).

O rastreamento sistemático de informações estratégicas realizado pelo Instituto Cepa/SC - Observatório do Agronegócio -, também tem, entre outros objetivos, o de manter atualizado um banco de informações que possa servir de suporte para a atualização dos cenários da agricultura familiar de Santa Catarina.

Espera-se, assim, através de um processo dinâmico de monitoramento do cenário socioeconômico, contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento que se traduzam em melhor qualidade de vida no meio rural catarinense.

BLOCOS DE VARIÁVEIS QUE INTERFEREM NA COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR



Siglas e abreviações

- Alca - Acordo de Livre Comércio das Américas
Apec - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
Asean - Association of Southeast Asian Nations
CAN - Comunidade Andina de Nações
ESB - Encefalopatia Espongiforme Bovina (ou “doença da vaca louca”)
EUA - Estados Unidos da América
Fair Act - Federal Agriculture Improvement and Reform Act (EUA)
FAO - Organização para a Agricultura e Alimentação (Nações Unidas)
FMI - Fundo Monetário Internacional
Gatt - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GES - Gás com efeito estufa
HACCP - Sigla em inglês para Análise de Riscos e Pontos Críticos de Controle
IAD - Instituto Alemão de Desenvolvimento
Icepa/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercosul - Mercado Comum do Sul
Nafta - Acordo Norte-Americano de Livre Comércio
Ocde (Oecd) - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
OMC (WTO) - Organização Mundial do Comércio
PAC - Política Agrícola Comum da União Européia
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
UE - União Européia
Unctad - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
Usda - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Resumo das principais variáveis

Internacionalização dos mercados

- A criação de riqueza dependerá cada vez mais da capacidade de utilizar tecnologias e informações novas e em permanente renovação e de dispor delas.
- A ampla base tecnológica e científica permitirá aos países ricos manter a posição de liderança nos mercados.
- A globalização está levando à monopolização da economia, à ampliação do fosso entre ricos e pobres, dentro de países e entre países.
- No setor agrícola, a competição acirrada está levando à degradação do meio ambiente e da biodiversidade, à exclusão dos pequenos agricultores familiares, à aceleração do êxodo rural e à deterioração das condições de bem-estar nas cidades.
- Os Estados Unidos devem continuar a ampliar sua produção e a conquistar maior fatia dos mercados devido ao grande volume de subsídios a seus produtores, fato que vem contribuindo para a baixa dos preços internacionais nos mercados agrícolas. Não há indicativos de que os EUA venham a diminuir as restrições às importações de produtos agrícolas e alimentares.
- A União Européia deve manter elevado o nível de subsídios à sua agricultura, contribuindo para manter artificialmente a competitividade de seus produtores.

Segurança Alimentar

- Crescem os riscos sanitários, devido, entre outros fatores, ao modelo intensivo de produção nas atividades agrícolas.
- Aumenta a preocupação com a saúde por parte dos consumidores em todo o mundo (que, progressivamente, se consolida com a divulgação de novos avanços no campo das ciências, da medicina e da nutrição), levando a uma mudança paulatina no modelo de consumo alimentar e, por sua vez, nos modelos de produção agrícola.
- A competitividade da agricultura catarinense não estará fundamentada na produção em escala de "commodities" e alimentos de baixo valor, salvo para algumas regiões e para uma minoria de produtores.

Desenvolvimento do espaço rural e conceito de multifuncionalidade

- Na conferência da FAO, em Maastricht (1999), ficou claro o entendimento de que os mercados, na forma atual, falharam no objetivo primordial de garantir a segurança alimentar. Idênticas reflexões ocorrem no seio da OCDE, onde se examina a "aplicabilidade do conceito de multifuncionalidade no plano da teoria econômica, face às imperfeições dos modelos econômicos".
- A agricultura familiar desempenha simultaneamente funções de produção (remuneradas pelo mercado) e funções que contribuem para outros objetivos da sociedade, como a segurança alimentar, a manutenção da paisagem e o ordenamento do uso do solo (estas não remuneradas pelo mercado).
- O conceito de multifuncionalidade vem sendo defendido pela União Européia e pelo Japão como importante instrumento de política agrícola para compensar os produtores pelos bens e serviços públicos que exercem.
- É estratégico para a economia catarinense implementar políticas de desenvolvimento do espaço rural enquadráveis no conceito de multifuncionalidade.

(continua)

(continuação)

Alca: riscos e oportunidades

- No que diz respeito à agricultura, e com base em declarações de representantes do governo sobre a posição do Brasil, o avanço da Alca está condicionado às concessões estadunidenses em temas que envolvem desde barreiras sanitárias, não-tarifárias, questões sanitárias e ambientais e políticas de subsídios internos e de apoio às exportações.
- Políticas de mercado nessa área ampliariam as exportações brasileiras aos EUA e teriam efeito positivo sobre os preços de “commodities” agrícolas importantes para o Brasil. Os setores de frutas frescas, legumes, massas e biscoitos também poderiam ser beneficiados.
- Os fatos vêm demonstrando as dificuldades das negociações neste campo. Nos setores de maior interesse para a América Latina, as discussões não interessam aos EUA, que as preferem no âmbito da OMC.
- Na agricultura e nos demais segmentos da especialização regional, os produtos brasileiros são concorrentes dos produtos estadunidenses nos mercados mundiais.
- A integração continental apresenta uma perspectiva de ganhos limitados e de riscos desproporcionalmente elevados para a economia brasileira.
- Para os objetivos nacionais, é mais importante consolidar primeiro as vantagens econômicas que o Mercosul trouxe e trabalhar para sua expansão e aprofundamento no sentido político e social.
- Para os interesses da agricultura familiar e do agronegócio catarinense, é fundamental que suas lideranças se envolvam ativamente nestas negociações.

Política agrícola

- O crédito farto e barato concedido ao produtor rural para aquisição de máquinas, fertilizantes e defensivos, esgotou-se com a crise cambial no início da década de 80. Na década de 90, a situação se alterou com a abertura dos mercados, a ênfase no controle da inflação e a falta de vontade política de apoio decidido à agricultura, que entrou em situação de crise.
- Muito embora a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - represente um gesto importante e significativo na direção de um maior apoio ao pequeno agricultor, será preciso dar prioridade efetiva à agricultura como instrumento de geração de emprego e renda para minimizar a grave crise por que passa a agricultura.

Pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica

- Em 2050 o planeta contará com 9 bilhões de habitantes, o que implica desenvolver novas tecnologias para suprir as necessidades alimentares e, ao mesmo tempo, manter a biodiversidade, reduzir a poluição e assegurar a sustentabilidade da vida com melhores níveis de bem-estar.
- A expansão da produção de alimentos dar-se-á predominantemente nas regiões de clima quente (tropical e subtropical), onde ainda existem espaços disponíveis.
- O emprego de novas tecnologias na agropecuária e no agronegócio será fortemente influenciado pelos avanços da ciência nos campos da biologia molecular, da engenharia genética, da engenharia de alimentos, da nutrição e da robótica. Nestas áreas, Santa Catarina apresenta muitas deficiências, o que, associado aos escassos investimentos em ciência e tecnologia, coloca em risco a competitividade da agricultura e do agronegócio catarinenses.

(continua)

(conclusão)

Agroindústrias

- Tendência de acirramento na competição internacional entre complexos agroindustriais, com concentração de empresas, da produção de matérias-primas e redução do número de agricultores integrados.
- Novos paradigmas para o padrão gerencial e operacional das empresas agroalimentares, com maior atenção à qualidade e segurança dos alimentos.

Logística

- No Sul do País, os novos critérios de logística direcionaram os investimentos mais para a industrialização de alimentos prontos e semiprontos (agroindústrias de segunda e terceira geração), enquanto no Centro-Oeste predominaram investimentos em novas plantas industriais.
- A nova configuração regional do agronegócio impõe ao Sul do País, como estratégia competitiva, a diversificação e modernização das cadeias produtivas, visando conquistar mercados com padrões de consumo mais sofisticados e segmentados.
- Para a agricultura familiar e seus agronegócios, por envolver muitos produtos perecíveis, a logística se tornará ferramenta de competição indispensável.

Grau de organização dos atores para a competitividade

- O grau de organização dos atores sociais para a competitividade é visto como sendo a capacidade de organizar-se visando a dois objetivos principais: a) implementar suas próprias estratégias de desenvolvimento econômico; b) exigir dos poderes públicos a implementação de políticas e estratégias de médio e longo prazo, objetivando criar um ambiente favorável à sua inserção no mercado nacional e internacional.
- Em Santa Catarina, a noção de competitividade sistêmica só recentemente começa a ser compreendida por produtores, lideranças rurais e no seio das instituições públicas e raras vezes é considerada na formulação de políticas públicas.

Sistema Educacional

- As mudanças no sistema educacional brasileiro e catarinense estão longe de resolver os problemas nesta área, mas as conquistas são inegáveis (queda substancial das taxas de analfabetismo, crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, melhoria da qualificação dos professores, entre outros avanços).
- A capacitação e o aperfeiçoamento profissional será um fator decisivo para a competitividade da agricultura catarinense. Neste aspecto, serão necessários grandes esforços para suprir as enormes carências existentes (professores qualificados, equipamentos e material de ensino modernos).

Meio ambiente

- Devem aumentar os riscos de escassez de água, a degradação de sua qualidade e, por consequência, os conflitos pelo seu uso.
- A crescente preocupação da sociedade com o equilíbrio ambiental e a preservação da biodiversidade deverá contribuir para acelerar a adoção de medidas mitigadoras.

O setor agrícola e pesqueiro de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina dispõe de um patrimônio natural rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades.

Grande parte da população descende de europeus das mais diversas origens, principalmente de portugueses, italianos e alemães. Trouxeram ao estado uma rica capacidade empreendedora, expressa na variedade da produção agrícola hoje existente.

As comunidades de imigrantes que se formaram nas diversas regiões do estado, onde identidades e valores são compartilhados, constituem-se em espaços em que a interação entre cooperação e competição propicia um ambiente fértil para seu desenvolvimento.

Com uma população rural de 1.120.000 habitantes (cerca de 21% da população total em 2000), o estado conta com cerca de 200 mil estabelecimentos rurais, a maioria explorada diretamente por proprietários.

Santa Catarina é um dos seis principais estados produtores de alimentos e em diversas lavouras e criações apresenta produtividade das mais altas do País. O setor agrícola representa 12,8% do PIB estadual e o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais em 1995 era estimado em 718,7 mil pessoas (cerca de 85% destes concentravam-se em estabelecimentos de até 50 hectares). O estado conta com aproximadamente três mil estabelecimentos agroindustriais, os quais empregam cerca de 76 mil pessoas. Santa Catarina ocupa o quinto lugar entre os estados exportadores. Dentre os produtos agrícolas exportados, destacam-se as carnes (aves e suínos), o fumo, as frutas e os produtos do setor florestal (móveis, papel e papelão).

Com base nos critérios de classificação do Pronaf, estima-se que a agricultura familiar em Santa Catarina represente um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se na produção de 73% do feijão, 67% do arroz, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

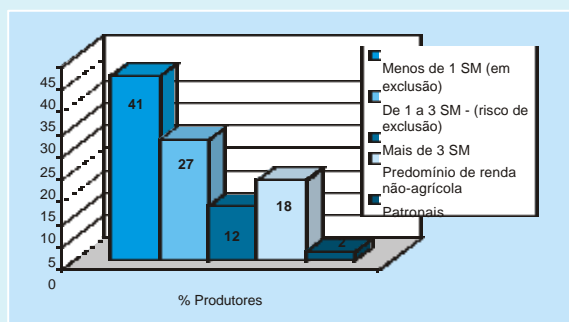
Além desses produtos, é grande a participação da agricultura familiar na produção de mel, alho, batata, fumo, mandioca, tomate, banana e uma grande variedade de outros hortigranjeiros e frutas. Também tem no setor florestal importante base econômica. A pesca artesanal, por sua vez, está em declínio e os pescadores estão se reconvertendo para a maricultura, atividade de maior rendimento econômico. O estado é um importante produtor de pescados e crustáceos e já se tornou o maior produtor de ostras e mexilhões cultivados do País.

A agricultura catarinense, apesar do nível de modernização hoje observado em alguns setores, apresenta sérios problemas sociais, econômicos e ambientais. Ao lado dos grandes e modernos complexos agroindustriais, há um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, produtoras de alimentos básicos e matérias-primas, que se encontra em sérias dificuldades e cuja competitividade está ameaçada.

O nível tecnológico é bastante diversificado e está diretamente relacionado com o grau de rentabilidade das atividades desenvolvidas nas explorações agrícolas ou com sua escala. Neste aspecto, há ainda um enorme potencial para aumento da produtividade. Em 1995, por exemplo, apenas 9,6% dos produtores empregavam irrigação, 36% não recebiam assistência técnica e a grande maioria carece de conhecimentos sobre técnicas de gestão e controle financeiro. O baixo nível educacional dos produtores contribui para tal.

Observa-se um processo de crescente exclusão de produtores em algumas cadeias agroalimentares. O baixo nível de renda e a insatisfatória qualidade de vida para boa parte das famílias rurais vêm provocando, nos últimos anos, um êxodo rural médio da ordem de 1% ao ano (2% ao ano entre os jovens rurais), com tendência a acelerar-se.

O gráfico a seguir mostra a estratificação da renda em 22 municípios onde a Epagri e o Instituto Cepa/SC realizaram um censo dos produtores (1997 - 1999), indicando haver entre eles um elevado percentual para os quais a viabilidade econômica e, portanto, a permanência na atividade, está seriamente ameaçada.



Dentre outros problemas para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado, além do baixo nível de renda, merecem destaque a degradação dos recursos naturais e as condições inadequadas de habitabilidade. A deficiência no serviço de saúde, a inadequação das habitações, a dificuldade de acesso à terra, a educação formal inapropriada e opções de lazer restritas são críticas quando comparadas com as do meio urbano.

Entre as diversas causas desta vulnerabilidade, podem ser apontadas: a) a sub-utilização da mão-de-obra e, em algumas regiões, sua escassez; b) a predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda e c) a baixa apropriação do preço final dos produtos pelos pequenos produtores.

Evolução do cenário internacional

Internacionalização dos mercados

Para que se possa compreender o processo de globalização da economia, as relações internacionais decorrentes e seus reflexos na competitividade da agricultura familiar de Santa Catarina, é preciso considerar o tema a partir do seminário conhecido como o “Consenso de Washington”³.

Este seminário visou estabelecer medidas econômicas - denominadas neoliberais⁴ - para reforma e estabilização das economias “emergentes”. Na prática, significou a retomada dos princípios de Bretton Woods⁵. Entre as medidas propostas, destacam-se as de liberalização do comércio, controle da inflação e privatização, além de cortes de subsídios em educação, saúde e alimentação.

Graças aos constantes avanços tecnológicos e à redução de custos nas áreas de informática, das comunicações e da logística de transporte, o receituário proposto permitiu ao capital internacional uma mobilidade sem precedentes. Os fluxos comerciais, os movimentos de capital, os investimentos externos diretos e os fluxos de tecnologia se tornaram partes componentes do mesmo sistema. Este sistema passou a ser dominado por corporações transnacionais em vez de Estados-Nações.

“As políticas econômicas tendem a falhar devido à crescente assimetria existente entre o processo de globalização e o interesse nacional.”

Segundo ROJAS⁶, o que caracteriza a economia mundial contemporânea “é a existência de uma estreita interação entre investimentos externos (direto e especulativo), comércio, transferência de tecnologia e movimentos financeiros e de mão-de-obra. A integração da economia mundial não é mais construída apenas em fluxos comerciais mais intensos entre os países conforme a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, mas é o resultado de um conjunto complexo de relações multidimensionais:

- Os países industrializados se conectam por fluxos bidirecionais de comércio, de investimento externo direto e especulativo e de tecnologia.

³ Este seminário foi realizado em Washington em 1990, reunindo principalmente economistas do governo americano, do FMI e do Banco Mundial.

⁴ Joseph Stiglitz, vice-presidente do Banco Mundial, em entrevista ao jornal A Folha de São Paulo, em 12/07/98.

⁵ A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, visava estabelecer critérios para organizar a economia mundial. Da conferência - em que os países do Norte estavam majoritariamente representados - resultou a criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT - (que, em 1995, deu origem à Organização Mundial do Comércio). A conferência endossou o plano americano para assumir o controle da economia mundial, ao optar por um sistema baseado na livre movimentação de capital e de bens e por estabelecer o dólar como moeda internacional de trocas.

⁶ Rojas, Róbinson. *The poverty of international trade theory*. The Róbinson Rojas Archive. 1997. [Http://www.rrojasdatabank.org/capital5.htm](http://www.rrojasdatabank.org/capital5.htm)

- Países menos desenvolvidos estão conectados aos industrializados, principalmente via comércio, enquanto que os investimentos, os fluxos de tecnologia e financeiros são controlados do exterior para atender às necessidades das corporações transnacionais.
- Os fatores de produção cruzam as fronteiras nacionais de forma crescente.
- Os investimentos externos diretos estão determinando o padrão de especialização de um país. A “vantagem comparativa” passa a ser criada pelo investimento externo direto para atendê-lo, criando efeitos econômicos dramáticos na economia nacional.
- As decisões relativas à localização de novos empreendimentos ou à realocação de existentes são tomadas por corporações transnacionais.
- O financiamento das atividades econômicas é feito por bancos transnacionais, fora da jurisdição de bancos centrais, o que provoca, de tempos em tempos, sérios desequilíbrios macroeconômicos.
- A competição oligopólica é a regra.
- As políticas econômicas tendem a falhar devido à crescente assimetria que existe entre o processo de globalização e o interesse nacional.”

Portanto, a globalização é muito mais do que o simples aumento dos fluxos de comércio internacional e dos investimentos⁷. Ela constitui também (e, muito especialmente, para um país como o Brasil), uma nova hierarquia na estruturação das atividades das grandes empresas transnacionais.

Está superada a fase em que cada filial era uma reprodução simplificada das matrizes. As tecnologias de informação e a miniaturização dos principais insumos e componentes, auxiliadas pelos novos estatutos da propriedade intelectual, permitem às empresas gerir mundialmente os fluxos econômicos fundamentais, descentralizando a produção em graus variáveis, a partir de estratégias privadas e microeconômicas. Isto significa descentralizar apenas pontualmente as dimensões fundamentais do processo empresarial (dimensões tecnológicas e comerciais associadas ao núcleo matriz das grandes empresas).

“...os países ricos continuam a proteger seus agricultores, enquanto se pede aos países em desenvolvimento que abram seu próprio setor agrícola...”

Ao contrário do prescrito em Washington, também os países ricos vêm mantendo elevados níveis de subsídios para suas agriculturas. Nos países que integram a OCDE, as políticas agrícolas representaram, em 1999, um custo de US\$ 361 bilhões, dos quais 25% apenas chegaram efetivamente aos bolsos dos produtores⁸. Os demais 75% foram absorvidos ao longo das

⁷ COUTINHO, Luciano G. e Furtado, J. *A Integração Continental Assimétrica e Acelerada: Riscos e Oportunidades da Alca*. <http://www.mre.gov.br/nalca/intcont.htm>

⁸ Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD. *Agricultural Policy Reform: Developments and Prospects*. Junho 2000. <http://www.oecd.org>

diversas cadeias produtivas, principalmente pelas agroindústrias e pelo sistema financeiro.

Na União Européia, o montante de recursos gastos com a proteção da agricultura em 1999 representou 45% do orçamento total⁹.

Nos Estados Unidos, país que lidera a pressão junto aos organismos internacionais com vistas à eliminação dos subsídios à agricultura, cada agricultor recebeu, no ano 2000, exatamente três vezes mais ajudas diretas que seu colega europeu¹⁰.

Segundo Fischler, o orçamento comunitário representa apenas uma pequena fração das despesas públicas totais da União Européia e corresponde a 4,5% do orçamento federal americano. Levando-se em conta a planilha de cálculo da OCDE, as transferências financeiras para a agricultura americana se elevaram a 76 bilhões de dólares (ou seja, a 2,9% das despesas públicas globais), enquanto que na Europa estas transferências somaram apenas 55 bilhões de dólares (ou seja, 1,5% das despesas públicas totais). Esta diferença é ainda mais significativa se considerarmos que nos Estados Unidos os 76 bilhões de dólares são destinados a apenas 2 milhões de agricultores, enquanto que na Europa os 55 bilhões de dólares são concedidos a 7 milhões de agricultores.

Segundo relatório das Nações Unidas¹¹, *“uma razão pela qual os países em desenvolvimento pobres não conseguem pagar suas dívidas é que não conseguem penetrar nos grandes mercados de exportação dos países industrializados - em parte devido aos obstáculos protecionistas que subsistem. Assim, os países ricos continuam a proteger seus agricultores, enquanto se pede aos países em desenvolvimento que abram seu próprio setor agrícola - medida que ameaça sua segurança alimentar e amplia a pobreza.*

Neste contexto, as possibilidades de criação de riqueza dependerão, cada vez mais, da capacidade de dispor - e utilizar - de forma conveniente de tecnologias e informações novas e em permanente renovação. Estas tecnologias e informações, tais como as marcas e os produtos com origem definida, são, cada vez mais, protegidas por direitos exclusivos e por patentes.

Com uma ampla e competente base tecnológica e científica, as economias dos países ricos podem mobilizar o somatório das suas capacidades em produtos e processos crescentemente complexos, o que faculta às suas empresas a posição de liderança nos mercados.

As possibilidades de criação de riqueza estarão na dependência de utilizar convenientemente tecnologias e informações novas e em permanente renovação e de dispor delas.

⁹ World Trade Organization. *Trade Policy Reviews - European Union*. - Press Release. July 2000 (http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp137_e.htm).

¹⁰ Franz Fischler, comissário europeu de Agricultura, em entrevista à imprensa, quando de sua primeira visita a Washington, em maio de 2001. [Http://www.icepa.com.br/observatorio/noticias0501/no2105.htm](http://www.icepa.com.br/observatorio/noticias0501/no2105.htm)

¹¹ Programme des Nations Unies pour le Développement. *Vaincre la pauvreté humaine*. Rapport du PNUD sur la pauvreté 2000. New York, 2000.

Uma outra circunstância que reforça as dificuldades dos países em desenvolvimento diz respeito às modalidades do comércio. A maior parte das exportações dos países mais desenvolvidos resulta de comércio organizado no seio de suas grandes empresas internacionalizadas. Isto lhes permite organizar a logística desses fluxos de forma integrada e planejada.

No caso das exportações das empresas originárias dos países menos desenvolvidos, essa operação não está integrada com “filiais” que atuam nos mercados de destino. Não conseguem, assim, coordenar o conjunto das operações.

Por conseguinte, as gigantescas corporações transnacionais passaram a controlar partes crescentes do mercado global. As dez maiores na área de pesticidas detinham, em 1998, 86% deste mercado; as dez maiores de medicina veterinária controlavam 60% do mercado; as dez maiores produtoras de sementes comerciais detinham 32%. Os países industrializados controlam 97% de todas as patentes mundiais.¹² Mais de 40% do comércio internacional consiste em fluxos intrafirmas. Portanto, os preços dos bens e serviços tendem a ser praticados entre filiais e não determinados pelo mercado.¹³

A globalização da economia está inviabilizando a agricultura familiar nos países que abriam indiscriminadamente suas fronteiras.

O livre mercado é, sob estes aspectos, uma falácia. A globalização está, na prática, levando à oligopolização da economia, contribuindo para a ampliação do fosso entre ricos e pobres, no seio de países e entre países, inviabilizando a agricultura familiar nas nações que abriam indiscriminadamente suas fronteiras sem definir políticas agrícolas consistentes com a realidade socioeconômica destes produtores.

Da mesma forma, a constituição de blocos regionais de livre mercado (como a Alca, a Apeco, entre outros), com intensificação do comércio intrabloco, em detrimento do comércio interblocos, abre caminho para a utilização de barreiras para a entrada de produtos extrabloco, podendo representar outro obstáculo ao desenvolvimento da agricultura familiar de pequeno porte.

Os processos acima descritos conduziram à constituição de um setor agrícola baseado em tecnologias intensivas¹⁴, conduzindo à degradação da qualidade dos alimentos, do meio ambiente, à exclusão dos pequenos agricultores familiares, que acentuaram a deterioração das condições de bem-estar nas cidades.

Por outro lado, as evidências têm demonstrado que os desdobramentos destas questões estão evoluindo para um novo paradigma, que associa a agricultura biológica aos avanços da técnica e da ciência, à busca da qualidade ao invés da quantidade e à predominância do ser sobre o ter.

¹² United Nations Development Programme. *Human Development Report*. Oxford University Press, 2001 Evans Rd., Cary, NC 27513, USA.

¹³ Rojas, Róbinson. *The poverty of international trade theory*. The Róbinson Rojas Archive. 1997. [Http://www.rrojasdatabank.org](http://www.rrojasdatabank.org)

¹⁴ Produção em larga escala, rendimentos crescentes, com base no desenvolvimento da engenharia genética, da utilização indiscriminada de produtos de síntese química.

O novo paradigma salvaguarda as diversidades biológicas e culturais, os esforços para regenerar a biosfera, revitalizar os campos e humanizar as cidades.

As tendências que se observam, embora incipientes, já apontam neste sentido. “A consolidação e ampliação de um patriotismo terrestre formarão a alma da segunda globalização, que desejará, e talvez possa, domesticar a primeira e civilizar a terra”.¹⁵

Por enquanto, os programas de estabilização e de ajustes estruturais, com ênfase no controle da inflação e na abertura do mercado sem uma política de apoio decidido à agricultura, pressionam duramente o setor agrícola.

Sem tempo de se organizar, os produtores rurais ficaram repentinamente expostos à competição internacional.

**Instituto Cepa/SC
mostra redução da
renda na
agricultura**

As empresas agroindustriais, por sua vez, visando assegurar competitividade, foram impelidas a reestruturar suas organizações e a redefinir estratégias. A concentração da produção de suas matérias-primas foi uma das estratégias que ganharam importância, resultando em fator complementar de exclusão de produtores.

De acordo com pesquisas de avaliação do Projeto Microbacias¹⁶, realizada pelo Instituto Cepa/SC para o Banco Mundial, entre 1991 e 1998 os produtores catarinenses aumentaram a produtividade de suas lavouras (33% no milho, 71% na soja, 85% no trigo e 7% no arroz-irrigado, são alguns exemplos) e reduziram seus custos médios de produção em 14%, mas não conseguiram aumentar suas rendas.

A taxa média de valor agregado do setor agrícola, que era de 61% em 1985, reduziu-se para 54,7% em 1991 e para 48% em 1998. Apenas entre 1991 e 1998 o valor agregado por propriedade reduziu-se em 34,3%.¹⁷

Tudo isso, aliado à elevação da taxa de juros após a estabilização econômica, resultou em um endividamento sem precedentes na história da agricultura brasileira e, em especial, de Santa Catarina, onde chegou a cerca de 30% do VBP agrícola, ou cerca de 1,5 bilhão de reais.

**Poucas
perspectivas de
mudanças nos
próximos anos...**

Os ganhos de produtividade foram atribuídos, em parte, à execução do Projeto Microbacias, fato que permitiu minimizar os impactos da inadequação da política agrícola. Estima-se que sem o referido projeto a redução na renda teria sido da ordem de 42,2%, em vez dos 34,3% registrados.

¹⁵ Edgar Morin, 1999. *Le XXI^e siècle a commencé a Seattle*. Le Monde Interactif, 06/12/99

¹⁶ Instituto Cepa/SC. *Avaliação Socioeconômica do Projeto Microbacias* - Relatório de Avaliação Final. Florianópolis, setembro de 1999.

¹⁷ Instituto Cepa/SC. Op. cit.

Outros indicadores apontam o agravamento da situação: êxodo rural, envelhecimento da população rural e fuga de jovens para os centros urbanos. Entre 1991 e 1998, a idade média do chefe de família aumentou de 45,6 para 48 anos. Entre os jovens filhos de agricultores, 25% desejam migrar para as cidades; dentre as principais razões apontadas para esta decisão, as oito primeiras estão ligadas à baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à falta de perspectivas.

No cenário internacional, os indícios são de poucas mudanças favoráveis à agricultura familiar. Comprovam isso a avidez das corporações transnacionais por lucros, a perda de autonomia e capacidade operativa dos Estados Nacionais e a intransigência dos países ricos - demonstrada na forma autoritária como controlam e gerem os organismos internacionais., como a OMC -, indícios de que haverá poucas mudanças favoráveis à agricultura familiar no cenário internacional.

Os EUA já preveniram que não planejam modificar suas políticas e acabam de adotar uma proposta orçamentária concedendo ajudas suplementares de 79 bilhões de dólares à sua agricultura até o ano 2011.¹⁸

Ao votar, em 1996, uma lei de orientação agrícola que previa o abandono de todo subsídio à agricultura a partir de 2002, os estadunidenses afirmavam ter acabado com as ajudas, o que na prática não vem acontecendo. Além dos seguros-colheita concedidos em 2000, desejam agora ajudas “contra ciclos de mercado” - uma espécie de ajuda à renda -, que se somarão ao sistema de “marketing loan”. E este, tudo indica, deverá até mesmo ser ampliado.

A agricultura norte-americana deverá, portanto, continuar a ampliar sua produção e mercado e a contribuir para a baixa dos preços nos mercados agrícolas.

A UE, por sua vez, dá indícios de que poderia diminuir em parte as ajudas à produção, “desde que as regras sejam as mesmas para todos”, conforme pronunciamento do comissário europeu de Agricultura. Admitindo-se que realmente venha a diminuir tais ajudas, há que considerar o fato que, ao introduzir em sua política agrícola o conceito de multifuncionalidade (que lhe possibilita alocar recursos aos produtores a título de conservação da natureza, produção de paisagem, ocupação do território, entre outros), continua contribuindo para manter artificialmente a competitividade de seus produtores.

É pouco provável que este contexto sofra grandes alterações ou que o Brasil possa implementar políticas compensatórias, capazes de assegurar e restaurar a competitividade à agricultura familiar.

¹⁸ <http://www.icepa.com.br/observatorio/noticias0501/no3005b.htm>

Restará, destarte, aos pequenos produtores familiares de Santa Catarina apostar forte na conquista do mercado nacional e direcionar seus esforços para atividades de alta densidade econômica que possibilitem agregação de valor e de renda, tais como os produtos típicos (produtos ou alimentos locais ou de território, com tecnologia artesanal, estreitamente vinculados à cultura e às condições edafoclimáticas regionais), os alimentos orgânicos, as ervas medicinais e as essências aromáticas, entre outros.

Políticas futuras com possíveis impactos na agricultura catarinense

- 2001 - Negociações da OMC sobre agricultura e serviços
 - Anteprojetos da nova legislação agrícola dos Estados Unidos
 - Fim das cotas de produção de açúcar da União Européia

- 2002 - Negociações da OMC sobre agricultura e serviços
 - Expiração da lei agrícola de 1996 dos Estados Unidos (Fair Act)
 - Exame e conclusão das reformas para culturas agrícolas da UE, conveniadas no Acordo de Berlim
 - Data limite para os países da Asean reduzir direitos alfandegários a menos de 5%
 - Implantação da fase final de reformas na pecuária bovina da UE, conveniadas no Acordo de Berlim
 - Conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento (Rio + 10)

- 2003 - Data-limite do exame, pela União Européia, de seu regime de cotas leiteiras

- 2004 - Término das reformas dos Acordos Agrícolas da Rodada do Uruguai nos países em desenvolvimento

- 2005 - Data-limite para a conclusão das negociações relativas ao Acordo da Alca
 - Data limite para mudanças das políticas leiteiras previstas no Acordo de Berlim

- 2006 - Expiração das reformas da União Européia para culturas anuais conveniadas no Acordo de Berlim

- 2008 - Data-limite para eliminação da derrogação a título da Convenção de Lomé, da União Européia
 - Data-limite para início das trocas de direito de emissão de gás com efeito estufa - GES
 - Data-limite para conclusão das negociações Estados Unidos/México no âmbito da Alena
 - Data-limite para conclusão das reformas do Acordo de Berlim referentes à área de laticínios
 - Data-limite para a aplicação de normas mais restritas de bem-estar na produção de aves

- 2010 - Data-limite para abertura comercial e de investimentos entre países Apec desenvolvidos

- 2015 - Data-limite fixada pela Cúpula Mundial de Alimentos de 1996 para reduzir de 800 milhões para 400 milhões o número de pessoas subnutridas.

Fonte: OCDE, *Perspectives agricoles de l'OCDE - Agriculture et alimentation*, 2001-2006. Paris, 2001

Segurança alimentar como fator de competitividade

“Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.”

A definição acima, a mais utilizada no Brasil, que representa um conceito bastante abrangente, foi construída por representantes do governo e da sociedade civil por ocasião da elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação.¹⁹

Em meados dos anos 70, quando surgiu o conceito de segurança alimentar, o fato representou um grande avanço sobre a concepção anterior, limitada à auto-suficiência alimentar. Desde então, o conceito tem evoluído bastante, ampliando o foco pela incorporação da dimensão temporal (riscos ao longo do tempo), da visão de estratégia alimentar, sua progressiva aplicação a espaços geográficos cada vez mais localizados, entre outros aspectos.

As crises alimentares vêm provocando, em todo o mundo, enormes prejuízos aos produtores, põem em xeque a agricultura intensiva e expõem a urgência de uma política de segurança alimentar.

Para os objetivos do presente trabalho, as considerações a seguir concentram-se mais nos riscos de crises alimentares e suas conseqüências sobre os produtores e a saúde dos consumidores. Dizem mais respeito, portanto, ao monitoramento sanitário dos rebanhos; à higiene e sanidade dos alimentos e processos industriais; à avaliação de riscos para a saúde humana e à adoção do princípio de precaução; à traçabilidade dos produtos e ingredientes destinados à alimentação humana e animal; à transparência de informações para os consumidores.

Esta limitação voluntária do enfoque não significa menor preocupação com as outras dimensões da segurança alimentar, tais como: 1) alimentação suficiente e saudável para a população considerada; 2) acesso a esta alimentação pela via de sua produção, compra ou até mesmo da ajuda alimentar; 3) redução dos riscos de suprimento a curto, médio e longo prazo; 4) respeito à natureza, etc.

Considera-se que o conceito de segurança alimentar, *como parte de uma estratégia alimentar*, deve fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico global.

¹⁹ Menezes, Francisco. *Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil*. Disponível na internet: <http://www.ibase.br/paginas/san.html>.

O destaque, neste trabalho, aos aspectos da segurança alimentar ligados aos riscos justifica-se pela grande importância estratégica para o agronegócio catarinense, devido à sua inserção no mercado internacional de alimentos e pelas implicações econômicas e sociais que pode assumir para a agricultura familiar.

A intensificação dos fluxos comerciais, o adensamento de culturas e criações e a crescente industrialização dos alimentos criam condições favoráveis ao aumento de riscos sanitários.

A eclosão, no final da década de 90, de crises como a da “vaca louca”, a da febre aftosa, a de dioxinas nos alimentos, induziram os consumidores - inicialmente na Europa e, mais recentemente, também nos Estados Unidos e no Brasil - a sensíveis mudanças nos hábitos alimentares. Igualmente, provocam enormes prejuízos para a sociedade e, em particular, para os produtores envolvidos, pondo em questão o modelo de agricultura intensiva e expõem com clareza a necessidade de uma política capaz de garantir elevados padrões de segurança dos alimentos.

Os países ricos, em especial os da União Européia, desenvolveram estratégias para assegurar mercados a seus produtos agrícolas, das quais a política de segurança alimentar é parte integrante. Muito cedo a Europa compreendeu que não seria competitiva na produção de alimentos devido aos seus altos custos e que precisava evitar a entrada de produtos de outros países através de estratégias de diferenciação.

Ganham importância aí as agências de segurança alimentar nos principais países europeus, os estímulos à utilização de sistemas de controle de qualidade, como as normas ISO, HACCP, a certificação de produtos ligados ao território, a freqüente aplicação do princípio da precaução, entre outras estratégias.

A política européia de qualidade de produtos agrícolas e alimentos está baseada em três pontos: a) no arcabouço legal (definição de regras visando à segurança alimentar); b) na regularidade dos processos de fabricação de alimentos e, c) na segmentação do mercado.

A adoção dos selos de qualidade certificando as Denominações de Origem Controlada - DOC -, as Indicações Geográficas Protegidas - IGP - e os produtos da Agricultura Biológica constituem exemplos das estratégias adotadas pela União Européia para obter o reconhecimento internacional para a qualidade de seus produtos agrícolas e alimentares, através da diferenciação e da vinculação com atributos do território (clima, solo, saber-fazer, tradição e cultura) ou de modos de produção específicos (agricultura biológica, p. ex.).

A crescente preocupação com a saúde, por parte dos consumidores em todo o mundo (que progressivamente se consolida com a divulgação de novos avanços no campo das ciências, da medicina e da nutrição), deverá, pouco a pouco,

A segurança alimentar tende a ser uma condicionante obrigatória para acessar mercados e, cada vez mais, será preciso dar transparência aos procedimentos.

provocar uma mudança no modelo de consumo alimentar. Por conseqüência, induzirá a alterações nos modelos de produção agrícola fundamentados no adensamento dos cultivos ou criações, na produção em grande escala e no uso indiscriminado de produtos que colocam em risco a saúde humana (pesticidas, resíduos animais e outros produtos de síntese química).

Admitindo-se como plausível esta tendência, qual seria a estratégia mais apropriada a ser seguida pelos pequenos produtores rurais de Santa Catarina, dadas suas características estruturais (tamanho dos empreendimentos e topografia acidentada)?

A competitividade da agricultura catarinense certamente não estará fundamentada na escala de “commodities” de baixo valor, salvo para algumas regiões e para uma minoria de produtores.

Se refletirmos sobre as alternativas estratégicas, considerando unicamente as oportunidades que se abrem sob a ótica da segurança alimentar, podemos concluir que Santa Catarina reúne condições excepcionais para se credenciar no mercado mundial como um importante fornecedor de alimentos de qualidade, que proporcione maior agregação de renda para os produtores.

O pequeno tamanho das unidades de produção, produtores receptivos a mudanças tecnológicas, diversidade de microclimas, condições razoáveis de infra-estrutura física e logística, existência de universidades e centros de pesquisa de boa qualidade são fatores que, juntos, conferem atributos favoráveis à competitividade do produtor familiar.

A opção pela estratégia da qualidade implica, por parte dos setores público e privado, adotar novos conceitos e prioridades com vistas a criar um ambiente favorável à competitividade e a reduzir riscos de segurança alimentar.

Desenvolvimento do espaço rural e conceito de multifuncionalidade

O conceito de multifuncionalidade foi empregado pela primeira vez no texto da Agenda 21 (capítulo 14), elaborado na Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO 92 -, realizada no Rio de Janeiro.

Na conferência da FAO, realizada em Maastricht (Holanda) em setembro de 1999, ficou claro o entendimento de que os mercados, na forma atual, falharam no objetivo primordial de garantir a segurança alimentar - o elevado número de pessoas que ainda passam fome no Brasil é um exemplo - e que a queda dos preços mundiais dos alimentos básicos contribuiu para degradar a situação em muitos países em desenvolvimento. Idênticas reflexões vêm sendo desenvolvidas pelo Comitê de Agricultura da OCDE, cuja equipe técnica examina a *"aplicabilidade do conceito de multifuncionalidade no plano da teoria econômica, face às imperfeições dos modelos econômicos atuais"*.

Multifuncionalidade, de acordo com a OCDE, refere-se ao fato de uma atividade econômica poder apresentar como resultante múltiplos produtos ou serviços, e, destarte, poder contribuir para diversos objetivos da sociedade ao mesmo tempo. É um conceito, portanto, focado na atividade e não no uso dos fatores de produção.

Os elementos centrais do conceito de multifuncionalidade aceito pelos países da OCDE são: a) a produção simultânea de "commodities" e de "não-commodities" pela agricultura; b) o fato de algumas "não-commodities" apresentarem características de externalidades ou bens públicos, porque os mercados para estes produtos ou serviços não existem (ou funcionam precariamente). Sob este ponto de vista, a agricultura, como uma atividade, tem a responsabilidade de desempenhar determinadas funções na sociedade, funções estas não-remuneráveis no mercado.

Para a FAO, ao contrário do que ocorre nos outros setores da economia, a agricultura apresenta um componente multifuncional devido à sua influência determinante sobre o território (ordenamento do uso do solo, manutenção da paisagem), à ausência de alternativas capazes de substituir sua função (segurança alimentar, coesão social) e à sua influência histórica (aspectos culturais).

O conceito de multifuncionalidade vem sendo defendido pela União Européia como importante instrumento de política agrícola. Mais recentemente, o Japão adotou idêntica posição. Os Estados Unidos, no "2001 Farm Bill", implicitamente incorporam o conceito em alguns programas de subsídio aos agricultores.

O acirramento da competição internacional tem induzido muitos governos a tratar o processo de desenvolvimento da agricultura maximizando unicamente a função de produção (uso dos fatores) em distintas cadeias produtivas, favorecendo explorações agrícolas especializadas de grande porte. As conseqüências desta inadequação podem ser vistas e sentidas através da concentração da produção, da queda da qualidade e segurança dos alimentos, da exclusão de produtores e do crescimento da violência urbana.

É estratégico para a economia catarinense implementar políticas de desenvolvimento do espaço rural enquadráveis no conceito de multifuncionalidade. É estratégico preservar a viabilidade socioeconômica dos agricultores, o seu papel cultural e histórico de ocupação do espaço e de manutenção da paisagem e a contribuição da agricultura na geração de emprego.

A Alca: riscos e oportunidades

Dentre as estratégias da atualidade para enfrentar a competição internacional está a formação de blocos econômicos e políticos. O Brasil está engajado em várias dessas negociações. Participa do Mercosul e, junto com os demais países-membros, busca uma aproximação para a liberação do comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN). Ainda no âmbito do Mercosul, avança nas negociações com a União Européia (UE) para um acordo de integração. Paralelamente, participa dos procedimentos para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca.

No âmbito regional, em dez anos de história, o Mercosul trouxe vantagens recíprocas aos participantes. Fluxos comerciais e de investimentos ampliados, bem como iniciativas conjuntas em diversos setores, abriram novas fontes de dinamismo, gerando a percepção de que o mercado comum pode atrair investimentos, permitir a cooperação em escala ampliada e explorar melhor as potencialidades dos envolvidos.

A ampliação do Mercosul, com a incorporação de novos membros, bem como sua integração com a CAN, reforça estas tendências. Vale lembrar que, fora do bloco, o País não ocupa um espaço comercial proporcional às dimensões de seu mercado.²⁰

Quanto à formação da Alca, liderada pelos EUA, os fatos levam a crer que se trata de uma estratégia com objetivos diversos e de longo alcance. Entre os objetivos políticos estariam a consolidação da influência norte-americana sobre os maiores países da região, garantindo apoio em suas disputas internacionais.

Nas Américas, seu objetivo estaria em reforçar dependências jurídicas, impedir oscilações de política econômica e de práticas disciplinadoras dos fluxos de bens e de capital. Promoveria a adaptação da legislação e das instituições ao modelo norte-americano, facilitando a atuação das transnacionais dos EUA, à revelia das soberanias nacionais.

Na área econômica, devem ser destacados seus interesses na adoção de políticas liberais de reorganização econômica, enfraquecendo Estados, desregulamentando economias e consolidando a abertura comercial e financeira.

²⁰ Em 1999, as vendas do Brasil para o Chile foram de apenas 4% do total importado por aquele país; 5% do da Colômbia e Venezuela; 1,4% do do Peru e 0,3% do México.

Há que citar ainda os interesses militares, biogenéticos, tecnológicos, ambientais e outros. Quaisquer destas possibilidades, vale lembrar, sempre estiveram distantes do contexto da bem-sucedida formação da UE, onde as relações entre estados-membros são mais simétricas, a população mais bem preparada e organizada e os interesses menos díspares. Além disso, a UE tem amplitude e objetivos diferentes.

No tocante à agricultura, e a julgar pelas declarações públicas sobre a posição do Brasil, o avanço da Alca está condicionado a concessões norte-americanas em um complexo tema que envolve desde barreiras tarifárias, não-tarifárias (como as quotas de importação) e questões sanitárias e ambientais, até políticas de subsídio doméstico e de exportação.

Políticas de mercado nessa área ampliariam as exportações brasileiras aos EUA e teriam efeito positivo sobre os preços de “commodities” agrícolas tradicionais e importantes ao Brasil. Outro setor com oportunidades é o das frutas frescas, dos legumes e das massas e biscoitos, já que as importações dos EUA aumentaram significativamente nos anos recentes²¹.

Entretanto, os fatos vêm demonstrando as dificuldades das negociações neste campo. Justamente no setor de maior interesse latino-americano, as discussões não interessam ao proponente, que as prefere no âmbito multilateral.

Importante, ainda, destacar que na agricultura e nos demais segmentos da especialização regional os produtos brasileiros são concorrentes dos produtos americanos nos mercados mundiais, ou se deparam no mercado estadunidense com a concorrência dos setores locais correspondentes. Neste caso, enfrentam empresas e grupos econômicos estruturados e solidamente representados no plano político.

Os setores exportadores norte-americanos são também fortemente internacionalizados, o mesmo não ocorrendo com os setores exportadores dos demais países da região, fato que confere vantagens desproporcionais aos EUA.

No que se refere ao setor industrial, se o Brasil (bem como a maioria dos outros países da América Latina) entrar na Alca nas atuais condições, com alto custo de capital, deficiência de logística e infra-estrutura em geral, altos juros e tributos em cascata, corre o risco de ter sua indústria aniquilada.

Dadas as condições em que se apresenta a Alca e considerando-se a já definida escolha política brasileira pró-abertura e de inserção global, a opção parece estar em aprofundar suas relações com os diversos blocos e regiões a partir do fortalecimento do

²¹ As exportações agrícolas brasileiras totais para o mercado americano diminuiram, em média, 1,1% ao ano nesses últimos dez anos. A exceção fica para as frutas, as massas e os biscoitos. As exportações de frutas cresceram 23% e as de massas e biscoitos, 38%, mas nos dois casos, o exportador brasileiro tem menos de 1% do mercado importador. De modo geral, as exportações brasileiras àquele país situam-se em torno de 1% do total das importações norte-americanas.

Mercosul. Esta estratégia permitiria melhor aproveitamento das potencialidades brasileiras, expressas na sua geografia continental, no seu mercado existente e potencial e, sobretudo, na sua estrutura industrial ampla e diversificada, com vínculos históricos também diversificados.²²

A economia brasileira poderia beneficiar-se do aprofundamento da competição entre as grandes empresas dos diversos blocos. Uma adesão à revelia dos interesses dos demais blocos significaria conceder às empresas norte-americanas uma vantagem competitiva desmesurada. A introdução de um viés discriminatório em favor dos EUA constituiria uma perda de eficiência no conjunto da economia, reduzindo a atratividade do Brasil e do Mercosul. Uma integração acelerada e assimétrica certamente debilitaria o processo de desenvolvimento do Mercosul, já abalado por crises, interesses desencontrados e seduções oportunistas.

Outra ameaça explícita está nas diferenças qualitativas (excessiva alternância de interlocutores, pouca participação do setor privado, entre outros) e quantitativas entre as equipes negociadoras do Sul e do Norte, no acesso a informações e na participação das sociedades envolvidas.

Conclui-se que a integração continental apresenta uma perspectiva de ganhos limitados e de riscos elevados para a economia brasileira. Seria ingenuidade imaginar distribuir-se igualmente os ganhos e os custos de um processo que envolve atores tão desiguais.

Por enquanto, a Alca é um processo em construção e sua rejeição está fora de cogitação.

Os interesses maiores do Brasil estão no seu fortalecimento interno e regional. Para os objetivos nacionais, parece ser mais importante consolidar primeiro as vantagens econômicas que o Mercosul trouxe e trabalhar para sua expansão e aprofundamento no seu sentido político e social.

Ao mesmo tempo, devem-se estimular as equipes negociadoras e a sociedade em geral para um debate amplo e efetivo, num ambiente transparente e democrático e então aprofundar-se nas negociações multilaterais em curso.

Para a defesa dos interesses da agricultura familiar e do agronegócio catarinense, é importante que suas lideranças se envolvam com vigor nestas negociações, que, apesar dos riscos, trazem também oportunidades que devem ser aproveitadas.

²² Esta diversificação se expressa pela estrutura de investimentos estrangeiros no Brasil e pelos fluxos comerciais internacionais, diversificados e relacionados com os três principais eixos de integração: a UE, o Nafta e o sistema asiático, além dos vizinhos latinos. As parcelas das exportações brasileiras no ano passado, por exemplo, para a UE (27%), os EUA (24%), os países latino-americanos (23%) e o resto do mundo (26%) foram semelhantes.

Evolução do cenário macroeconômico

Realizar projeções de médio e longo prazo sobre a evolução da economia mundial ou brasileira é um exercício cuja validade é sempre questionada, principalmente devido às constantes mudanças de rumo das políticas econômicas e à volatilidade da economia mundial nos tempos atuais. Não obstante a quase impossibilidade de efetuar projeções macroeconômicas, este exercício torna-se necessário quando se pretende desenhar cenários prospectivos. Adotaram-se, destarte, algumas hipóteses de trabalho que pudessem nortear a reflexão prospectiva sobre a agricultura familiar catarinense. Estas hipóteses resultaram de reflexões da equipe técnica do Instituto Cepa/SC, a partir da análise de alguns estudos publicados por instituições especializadas e de consultas a profissionais ligados ao tema.

Perspectivas do Cenário Macroeconômico Mundial

Os indicadores macroeconômicos mundiais de médio e longo prazo são conduzidos pela hipótese de uma melhora geral no ambiente macroeconômico, apesar das perspectivas de curto prazo bem menos otimistas. Os fatores que estão contribuindo para isso são a desaceleração da economia dos EUA - que, embora esperada, está se mostrando maior do que o previsto, a perspectiva de um período de baixo crescimento no Japão, e o lento crescimento da Europa e de considerável número de outros países emergentes. Em geral, observa-se que o crescimento do PIB está diminuindo em várias partes do mundo, acompanhado de um forte declínio no comércio mundial.

Entre as principais causas da desaceleração da economia mundial está a prosperidade exagerada atribuída à tecnologia de informação, que, ao entrar em colapso, afetou o mercado de capitais em todo o mundo, corroe rendas familiares domésticas e reduziu a expectativa de consumo; o aumento nos preços de energia que reduziu a renda em países consumidores de petróleo e os lucros das empresas e ao impacto da desaceleração econômica nos EUA sobre o mundo, que se mostrou maior devido à maior integração econômica mundial atual.

O cenário permanece sujeito a uma considerável incerteza, e uma mais profunda e prolongada desaceleração não pode ser descartada, ainda mais considerando-se um prolongamento e intensificação dos conflitos gerados a partir dos ataques terroristas aos EUA em setembro último. Os reflexos de tais atentados já se fizeram refletir no perfil das expectativas dos agentes econômicos e já mudou a agenda internacional, cuja prioridade

passa a ser as questões de segurança, em detrimento das de desenvolvimento econômico e comercial, que tendem a ser postergadas.

O processo de ajuste nos EUA pode se complicar devido aos substanciais desequilíbrios que ocorreram durante o ciclo de expansão, incluindo o grande déficit em conta corrente, a aparente supervalorização do dólar, e a taxa de poupança doméstica negativa, assim como, pelo risco de um possível maior declínio do mercado de ações. Também o desemprego crescente e a possibilidade de uma desvalorização descontrolada do dólar podem vir a causar um colapso na confiança dos agentes econômicos. Com o país em guerra, a vulnerabilidade aumenta já que o consumo tende a cair, os investimentos são adiados e o desemprego nos setores afetados tendem a aumentar (embora cresça no setor bélico).

A zona do Euro já não deverá funcionar como um motor para o reaquecimento da economia mundial, pelo menos no curto prazo. A demanda doméstica se enfraquece ao lado das expectativas dos agentes econômicos. Na área do Mercosul, há o risco de que a Argentina não consiga pagar sua dívida, contagiando outras economias emergentes. Os problemas nos EUA tornaram ainda mais dramática a situação do país.

Na Europa Central e do Leste, o crescimento deverá ser razoavelmente bem sustentado em 2001, embora no curto prazo também vulnerável diante de um recrudescimento da crise mundial. Na Rússia o crescimento deverá ser moderado, se comparado com o rápido crescimento observado em 2000, como resultado, em parte, dos preços mais baixos do petróleo e de alguma valorização do rublo, e também devido à crise mundial. A indústria bélica do país poderá ter impacto positivo com os conflitos em progresso.

No leste da Ásia, os problemas atuais são relacionados com a excessiva dependência das exportações de equipamentos de tecnologia de informação para os EUA, cuja demanda vem declinando. Também enfrentam problemas relacionados à capacidade ociosa da indústria e portanto a um risco de queda nos investimentos. O período de forte crescimento da região também fez com que houvesse adiamento das reformas estruturais, tais como o saneamento financeiro dos bancos e redução das dívidas das corporações. A exceção entre os países cujas economias parecem relativamente excluídas do desaquecimento mundial são a China, que poderá crescer até 8% neste ano, e a Índia, em torno de 5%.

No Oriente Médio, os preços mais elevados do petróleo, combinados com uma maior produção, fizeram nestes últimos dois anos aumentar a atividade econômica e melhorar o equilíbrio fiscal e externo. O crescimento na maioria dos países não-produtores de petróleo da região deverá ficar estável; no entanto, poderão ser afetados caso a crise mundial se confirme.

Na África, o crescimento tem sido restringido seja por guerras e conflitos civis em alguns países, pelos preços mais altos do petróleo em outros ou pelo baixo preço das commodities que são importante fonte de divisas para o continente. Apesar de existirem países que atingiram taxas de crescimento relativamente fortes, a região pode ser adversamente afetada pela desaceleração da economia mundial, particularmente no caso de uma queda mais acentuada de preço das commodities.

Perspectivas Macroeconômicas na América Latina e no Brasil

Na América Latina, o impacto direto do enfraquecimento da demanda externa será, provavelmente, maior no México e em países andinos e da América Central, e mais moderado em países como Brasil e Argentina, cujas economias são menos abertas e onde os laços de comércio com os EUA são menos importantes. No entanto, dadas as grandes necessidades de financiamento da América Latina, derivadas dos desequilíbrios em conta corrente, o impacto da desaceleração econômica dos EUA nos mercados financeiros será crítico. Teme-se, apesar do afrouxamento da política monetária americana, que as condições financeiras se deterioresem, refletindo-se num aumento da aversão ao risco por parte dos investidores e numa diminuição dos investimentos estrangeiros diretos nesses países.

Também preocupa a possível perda de eficácia das políticas monetárias, cujos estímulos poderão não ter o mesmo nível de resposta por parte dos agentes econômicos. Sobra às autoridades lançar mão dos instrumentos tradicionais de política fiscal, aumentando os gastos públicos.

Os problemas da Argentina estão relacionados ao rígido atrelamento do peso ao dólar, fato que minou a competitividade do país diante da pressão por taxas de juros elevadas sob sua maciça dívida. O aumento do risco-Argentina faz com que as taxas de juros subam, levando a uma espiral que deteriora as condições para que o país saia da crise.

No Brasil, a abertura dos mercados, a estabilização econômica e a reforma do Estado marcaram importante transformação na economia a partir da década de 90. A partir de 1990, o governo federal chegou a reduzir sua dívida interna de US\$ 100 bilhões para US\$ 58 bilhões (final de 1991). Todavia, o plano de estabilização econômica (Plano Real), lançado em 1994, baseado na sobrevalorização da moeda nacional e no choque de juros, voltou a fragilizar enormemente o País, ampliando tanto a dívida pública interna quanto a externa.

De acordo com o Dieese, a “*continuidade da política econômica atual - cujo equilíbrio é alcançado com a entrada líquida de poupança financeira externa - mantém a dependência externa num*

ambiente internacional cada vez mais instável... e, por outro lado, não contribui diretamente para o aumento das exportações”, que poderiam permitir a entrada de recursos internacionais “não-voláteis”. Para resolver a crescente necessidade de recursos, o governo continua trilhando o caminho do aumento de impostos e taxas, com enorme custo econômico e social para as empresas e a sociedade, o que reduz a competitividade dos produtos nacionais e não contribui para o aumento das divisas.

Segundo o ex-ministro Delfim Netto²³, “*programas que visam produzir equilíbrio fiscal só dão certo em regimes de crescimento rápido*”. Se este modelo de política econômica se mantiver no médio prazo - e são grandes as perspectivas de que isto ocorra - significa que o setor agrícola continuará tendo nas variáveis macroeconômicas seu principal obstáculo para uma melhora na competitividade.

A taxa de crescimento do PIB em 2001 para a América Latina e o Caribe, estimada pelo FMI em setembro de 2001, foi reduzida para apenas 1,7%. Em 2002, atinge 3,6% e fica em torno de 4,5% na média anual para o período 2003-2006. As exportações da região crescem 6,6%, 8,0% e 9%, respectivamente, no período.

No Brasil, apesar dos riscos relacionados à dependência de recursos, as condições de mercado, o estágio em que se encontram as reformas estruturais e o sistema de câmbio flexível estão permitindo ao País minimizar os efeitos da crise externa.

Diante de tais fatos e com base nas projeções atuais, o Instituto Cepa/SC estima para 2001 um crescimento em torno de 1,8%, um pouco acima do crescimento previsto para o restante da América Latina e Caribe. Para 2002, o crescimento está estimado em 2,5%. Ambas as previsões foram sensivelmente inferiores às que vinham sendo feitas no primeiro semestre. As perspectivas de crescimento para o período 2003-2005 estão estimadas em cerca de 3,5% ao ano.

Perspectivas Mundiais de Médio Prazo

Apesar dos problemas políticos e econômicos em curso, há boas chances de que a desaceleração da atividade global não tenha vida longa. Sinais neste sentido são os preços do petróleo em queda. A redução de seu impacto sobre a inflação possibilita elevação de renda e lucros. A inflação nas principais economias avançadas começa a se estabilizar, juntamente com um aumento moderado de salários. A rápida reação das políticas de vários bancos centrais (tanto dos países ricos como dos emergentes) também está reduzindo juros, com isso trazendo perspectivas de reanimação econômica. A redução nas

²³ Jornal dos Economistas, março de 1998, pag.13, citado por Fábio Giambiagi.

taxas de juros de curto e longo prazo pode fomentar as atividades econômicas e, com a diminuição dos riscos inflacionários, os governos da maioria dos países desenvolvidos - com a importante exceção do Japão - têm espaço substancial para maiores reduções. Também devido ao notável fortalecimento nas posições fiscais em anos recentes, a maioria das economias avançadas tem espaço na área fiscal como uma segunda linha de defesa, *que os EUA, em particular, poderão usar*. Além disso, enquanto um considerável número de países emergentes continua a enfrentar sérias dificuldades, a vulnerabilidade externa e financeira, em geral, foi reduzida desde as crises de 1997-1998 como resultado das amplas reformas estruturais e da mudança de sistemas de câmbios rígidos para sistemas mais flexíveis, o que tem melhorado a habilidade de administrar choques externos.

Políticas agrícolas

Predominam no Brasil dois enfoques, aparentemente antagônicos, na concepção de políticas para o desenvolvimento do espaço rural.

Esta dicotomia se expressa, no governo federal, na existência de dois ministérios para o setor: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário

O segmento mais voltado à produção de “commodities” e ao mercado externo privilegia a abordagem da *modernização* do modelo de desenvolvimento atual. Tem mais interesse nas ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O outro segmento, em que predominam os agricultores familiares dedicados à produção de alimentos básicos (destinados principalmente ao abastecimento interno), está mais focado no *desenvolvimento sustentável* e tem mais interesse nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Estes dois segmentos, fundados em valores substancialmente diferentes, tendem a aprofundar suas diferenças, podendo-se prever uma longa transição na construção de um ambiente (social, político, econômico e institucional) propício à sustentabilidade da agricultura familiar.

Dado o caráter multifuncional da agricultura familiar, além do seu papel na estabilidade social, segurança alimentar e fonte geradora de desenvolvimento econômico, fez-se necessário aprofundar e expandir as políticas públicas voltadas a este segmento.

Em 1995, o governo federal, sensível às necessidades e reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais e ao contexto de crise socioeconômica no campo, reconheceu o

agricultor familiar como segmento diferenciado dos produtores rurais.

No estado de Santa Catarina, ainda no mesmo ano, os agricultores familiares já tiveram acesso ao crédito rural diferenciado.

Em 1996 - através do Decreto nº 1.946, de 28.6.96 -, cria-se o Pronaf, juntamente com o Ministério para a Reforma Agrária. Em 1998, surge a proposta do Novo Mundo Rural e, em 1999, o governo federal unifica as políticas para a agricultura familiar, passando o Pronaf para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Hipóteses de políticas públicas

- **Política agrícola** - Deverão permanecer dois enfoques na concepção de políticas para o desenvolvimento do espaço rural: um voltado à produção de “commodities” e ao mercado externo, com ênfase na modernização; outro, na produção de alimentos voltados ao mercado interno (e também externo), com base no desenvolvimento da agricultura familiar.
- **Política comercial** - Supõe-se que ao longo desta década terá continuidade o processo de integração crescente dos mercados internacionais e que o Brasil, devido, em parte, às pressões sobre a balança de pagamentos, necessitará dar maior incentivo à exportação de produtos agrícolas e alimentos.
- **Política ambiental** - Considera-se que aumentarão as restrições ambientais, sobretudo em decorrência da pressão internacional.
- **Política tecnológica** - O crescimento das exportações nos grandes complexos do agronegócio brasileiro deverá influenciar o direcionamento da pesquisa para apoiar este segmento. Como consequência, deverá persistir a lacuna de tecnologias apropriadas à pequena agricultura familiar.

Pronaf

O Pronaf é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, fundamentado no fortalecimento da agricultura familiar como importante segmento produtivo gerador de emprego e renda.

A gestão social constitui a base de suas ações, entendida como a participação majoritária dos atores sociais interessados na formulação, implantação, benefícios e impactos das ações desenvolvidas.

Especificamente, o Pronaf tem como objetivos:

- ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
- viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;

- fortalecer os serviços de apoio ao agricultor familiar;
- elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão;
- favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

O apoio do Pronaf aos agricultores familiares se consolida através das seguintes linhas básicas de ação:

- **Negociação de Políticas Públicas:** articulação das ações das três esferas de governo, entidades representativas dos agricultores e instituições privadas, para promover ajustes de políticas à realidade dos agricultores familiares.
- **Financiamento de atividades produtivas:** atendimento à demanda de crédito de custeio e investimentos para atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda. É o segmento com maior volume de recursos e abrangência.
- **Infra-estrutura e serviços municipais:** apoio financeiro e técnico para dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação à agricultura familiar.
- **Capacitação e profissionalização:** apoio a projetos relacionados à capacitação de agricultores familiares, técnicos e outros agentes de desenvolvimento rural.
- **Gestão Social:** visa à capacitação dos conselheiros municipais para a construção de processos participativos de planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural.
- **Assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária:** projetos relacionados às atividades de geração e transferência de tecnologia.

Sendo um programa de desenvolvimento, precisa da efetiva participação dos beneficiários no seu gerenciamento, tanto nos conselhos municipais como nos demais fóruns de negociação para os problemas da agricultura familiar, com vistas a assegurar-lhe eficiência e objetividade.

A política agrícola estadual

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina - SDA - vem executando um conjunto de 11 programas de apoio ao desenvolvimento do espaço rural, com o objetivo de criar oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e pescadores.

Estes programas atendem prioritariamente a agricultores e pescadores de economia familiar e contam com parceria do gover-

no federal, das prefeituras municipais, de entidades representativas dos produtores, do setor privado e de órgãos internacionais.

Os 11 programas, e seus respectivos objetivos, são os seguintes:

- **“Troca x troca”**: visa a modernizar o setor via concessão de ajudas para aprimorar o processo produtivo e de agregação de renda. Destacam-se os subprogramas de auto-suficiência de milho e de incremento da produção e da produtividade do feijão.
- **Plano diretor da propriedade rural**: melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores através da recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais, aumento de renda e melhoria das condições de habitabilidade. Os principais alcances foram lastreados no projeto Microbacias I, financiado pelo Banco Mundial e concluído em 1999. As ações têm continuidade através do projeto Microbacias II, em contratação com o Banco Mundial e em fase de ajustes.
- **Pró-jovem rural**: visa a promover o desenvolvimento integral dos jovens rurais e pesqueiros, proporcionando-lhes oportunidades de formação pessoal, social e econômica, bem como opções de lazer, trabalho e renda necessárias à prosperidade, para que possam continuar vivendo em seu próprio meio, com dignidade, liberdade e satisfação.
- **Promoção do agronegócio**: incentiva o agronegócio para agregar renda à atividade dos produtores rurais e pescadores, apoiando a formação de redes de microempresas e empreendimentos associados a grupos de produtores ou cooperativas, para produção, processamento, distribuição, marketing e acesso aos mercados de produtos agrícolas e alimentos, como carnes, laticínios, frutas, hortigranjeiros, peixes e moluscos, entre outros.
- **Florestas catarinenses**: o programa visa: a) incentivar o reflorestamento e a criação de associações de agricultores, destinando recursos para a antecipação de renda futura em parceria com instituições públicas e privadas; b) gerar novas oportunidades de trabalho e renda para a agricultura familiar nas propriedades agrícolas e na indústria e comércio de produtos florestais, e c) gerar oportunidades de criação de pequenas indústrias de transformação de matéria-prima florestal, em nível comunitário rural, na agricultura familiar.
- **Acesso à terra e aos meios de produção**: visa a promover o acesso à terra e à infra-estrutura básica de agricultores catarinenses sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários e agricultores proprietários cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar suficiente para gerar renda capaz de propiciar o sustento de sua família.

- **Cooperativas e associações de produtores e pescadores:** propõe-se fortalecer as cooperativas e associações de agropecuaristas e pescadores com vistas à parceria na execução dos demais programas de governo, à melhoria e ampliação dos canais de comercialização de insumos e produtos, ao uso mais intenso de marketing para obtenção de maior renda e ao financiamento de atividades produtivas (custeio e investimento).
- **Recursos naturais e saneamento rural:** visa a reduzir a poluição dos recursos hídricos e a contribuir para o abastecimento de água, através do armazenamento e utilização racional de dejetos suínos e outros efluentes, bem como ao manejo adequado de agrotóxicos.
- **Auto-suficiência em milho:** melhorar o nível de renda do produtor rural, com a diminuição da importação de milho e o incremento na exportação de produtos agrícolas elaborados, através de incentivos e ações que promovam o aumento da produção e da produtividade estadual deste grão em parceria com entidades empresariais.
- **Defesa agropecuária e qualidade:** executar a defesa sanitária, o controle e a inspeção de produtos de origem animal e vegetal, protegendo a saúde dos rebanhos e das plantações, visando garantir a qualidade e a idoneidade dos produtos e a saúde do consumidor.
- **Pesquisa e extensão rural:** promover um atendimento mais efetivo aos agricultores e pescadores através de estudos, informações e assessoria técnica, pesquisa, extensão rural e prestação de serviços pelos órgãos estaduais vinculados à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

Pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica

Projeções indicam que no ano 2050 o planeta contará com cerca de 9 bilhões de habitantes. Esta expansão demográfica implica a necessidade de desenvolver novas tecnologias para produzir os alimentos necessários e, ao mesmo tempo, conservar a biodiversidade, reduzir a poluição e assegurar a sustentabilidade da vida com melhores níveis de bem-estar.

A expansão da produção de alimentos nas décadas futuras dar-se-á predominantemente nas regiões de clima tropical e subtropical, onde ainda existem espaços disponíveis.

O Brasil, além de se situar em zona de clima quente, é uma das poucas nações do planeta que ainda dispõem de vastos espaços para expandir a fronteira agrícola.

Apenas para atender à demanda interna de alimentos, a produção agrícola brasileira terá de crescer a taxas não inferiores a 3,5% ao ano ao longo desta década. Esta produção deverá ser realizada num contexto de competição desigual (manutenção dos subsídios nos Estados Unidos, União Européia e Japão), de crescente escassez de fatores de produção (solo e água) e de restrições ambientais mais severas.

Neste ambiente competitivo, o conhecimento científico e tecnológico está se transformando em novo instrumento de poder e domínio. Não é, assim, de estranhar que nos países ricos atualmente se invista maciçamente em pesquisa e desenvolvimento, *inclusive, na agricultura*, em tecnologias apropriadas às regiões de clima tropical e subtropical.

Paradoxalmente, no Brasil esta preocupação estratégica não se faz acompanhar dos necessários investimentos na pesquisa pública, particularmente no sentido de viabilizar a agricultura familiar e integrá-la ao mercado.

A tendência indica, portanto, que continuará aumentando o fosso entre países ricos e o resto do mundo nesta área, já que os países menos desenvolvidos dispõem de poucos recursos para investimento na produção de conhecimentos e tecnologias. O Brasil, por exemplo, investe somente 0,7% do PIB em ciência e tecnologia, contra 2% dos países desenvolvidos.

O emprego de novas tecnologias na agropecuária e no agronegócio, na próxima década, provavelmente será bastante influenciado pelas pesquisas no campo da biologia molecular, da engenharia genética, da engenharia de alimentos, da nutrição e da robótica. Nestas áreas, Santa Catarina apresenta uma séria deficiência.

Os escassos investimentos em ciência e tecnologia, portanto, colocam em risco a competitividade do setor.

Biotecnologia: que estratégia seguir?

“A transgênese, como uma biotecnologia aplicável em animais e vegetais, consiste em adicionar um gene, de origem animal ou vegetal, ao genoma que se deseja modificar; denomina-se transgene o gene adicional. Assim, o transgene passa a integrar o genoma hospedeiro e o novo caráter dado por ele é transmitido à descendência, o que significa que a transgênese é germinativa”.(1)

Um organismo obtido dessa forma é conhecido como transgênico, ou organismo geneticamente modificado (OMG), que não poderia existir por via natural (resultante de cruzamento ou reprodução entre indivíduos de uma mesma espécie). O vocábulo *transgênico*, segundo Fátima Oliveira, foi usado pela primeira vez em 1982 por Gordon e Ruddle nos EUA, e a primeira planta transgênica foi produzida em 1983(2). Há, no entanto, autores que consideram transgênicos os organismos surgidos a partir da aplicação da engenharia genética, em 1970, para incorporação de genes no genoma de outras espécies. Segundo a revista *Exame*(3), 1993 seria o ano em que os EUA lançaram no mercado o primeiro alimento transgênico - o extrato de tomate da marca “Safeway”.

De qualquer forma, o tema ainda é muito recente. É compreensível, portanto, a apreensão do público consumidor com as divulgações sobre esta matéria:

“...a transgenicidade, obtida por meio da biotecnologia, elimina as fronteiras entre espécies, possibilitando que qualquer ser vivo adquira novas características de vegetais ou de animais ou humanas e com certeza provocará inúmeras alterações na vida biológica, social, política e econômica em âmbito mundial, já que é fato inconteste que essa biotecnologia porta um enorme potencial de desequilíbrio de micro e macrossistemas.”(4)

“Os recentes avanços da ciência, que agora começam a ser de conhecimento público, deverão provocar mudanças ainda maiores nos hábitos alimentares, sobretudo com relação aos alimentos modernos e aos transgênicos. Pesquisas no campo da medicina e da biologia, realizadas pelo dr. Jean Seignalet, médico pesquisador da Faculdade de Medicina e diretor do laboratório de histocompatibilidade de Montpellier - França -, demonstram que várias doenças auto-imunes...estão associadas à ingestão dos chamados alimentos modernos”.(5)

Apesar de muito recente, há razões de sobra para que este assunto seja considerado o tema científico mais polêmico dos últimos anos. Em qualquer parte do mundo, a questão dos transgênicos está sob severa observação, embora se acredite que o uso da biotecnologia para fins de melhoramento genético seja irreversível.

Para a Embrapa, o desenvolvimento de plantas transgênicas suscita preocupação em quatro dimensões:

- 1- relevância da tecnologia do DNA recombinante para o desenvolvimento da agricultura brasileira;
- 2- garantia da segurança destas tecnologias para o consumidor e para o meio ambiente;
- 3- possível vantagem comercial para o Brasil com a certificação de algumas “commodities” transgênicas;
- 4- direito do consumidor de optar pelo consumo de alimentos não-transgênicos.

(continua)

(conclusão)

No Brasil, como decorrência da necessidade de autorização para a introdução de plantas transgênicas oriundas de outros países, medidas jurídicas foram tomadas com base no princípio da precaução⁽⁶⁾. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTbio -, em virtude de decisão do Tribunal Regional Federal de Brasília, não poderá emitir parecer favorável ao cultivo comercial de produtos transgênicos sem que antes sejam definidas as normas de segurança alimentar e as regras para a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) sobre o cultivo de plantas transgênicas. O governo federal definiu que as regras sobre avaliação de riscos à saúde humana devem ser elaboradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cabendo ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) decidir sobre os critérios de licenciamento ambiental específico para organismos geneticamente modificados.

A Lei estadual nº 11.700, de 8 de janeiro de 2001, veda o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) e a comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes de transgênicos que tenham como finalidade a alimentação humana e animal.

Para a agricultura familiar de Santa Catarina, cuja competitividade na produção de “commodities” é limitada, a estratégia que parece ser a mais indicada é a de aproveitar as oportunidades das novas demandas dos consumidores por produtos diferenciados de alta qualidade, como os oriundos da agricultura orgânica e os produtos típicos. Neste sentido, é da maior conveniência manter o espaço agrícola do estado livre de material transgênico, para facilitar o acesso aos mercados de alimentos de qualidade, com os quais podem obter rendas mais vantajosas.

Por conseqüência, os recursos públicos para o desenvolvimento de tecnologias para melhorar a competitividade da agricultura familiar e a qualidade dos alimentos deveriam ser alocados prioritariamente para os produtos orgânicos, os produtos típicos de território e a melhoria da competitividade dos produtos que já vêm sendo cultivados.

Visando proteger a saúde do consumidor e até que a ciência esclareça todas as dúvidas sobre efeitos secundários dos transgênicos na biodiversidade e na saúde humana, é recomendável que se aplique o princípio da precaução.

(1) OLIVEIRA, Fátima de. *Suave veneno*. Panorama Rural, São Paulo, nº 24, p. 8, fev. 2001. (A autora é médica e pesquisadora, integrante da Sociedade Brasileira de Bioética e autora do livro: Engenharia Genética: o sétimo dia da criação). Editora Moderna, 1995.

(2) Id. *ibid.*

(3) CORONATO, Marcos. *Água na boca*. Exame negócios, São Paulo, nº 8, fasc. 5, p. 30, maio/2001.

(4) OLIVEIRA, Fátima de. *Op. cit.*

(5) ALTMANN, Rubens. *Alimentos Orgânicos: uma oportunidade que se afirma*. Instituto Cepa/SC, Rev. Agroindicador, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 5-10, abril 2001.

(6) **Princípio da Precaução:** Uma definição ampla do PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO foi formulada em uma reunião realizada em janeiro de 1998 em Wingspread, sede da Joyhnson Foundation, em Racine, estado de Wisconsin, com a participação de cientistas, advogados, legisladores e ambientalistas. A Declaração de Wingspread resume o PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO da seguinte forma:

“Quando uma atividade representa ameaças de danos ao meio ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução devem ser tomadas, mesmo que algumas relações de causa e efeito não tenham sido plenamente estabelecidas cientificamente.”

Dentre os principais elementos do princípio figuram: a precaução diante de incertezas científicas; a exploração de alternativas a ações potencialmente prejudiciais; a transferência do “ônus da prova” aos proponentes de uma atividade e não às vítimas ou vítimas em potencial daquela atividade; o uso de processos democráticos na adesão e observação do princípio — inclusive o direito público ao consentimento informado (The Science and Environmental Health Network, internet <http://www.fgaia.org.br/texts/t-precau.html>). Este princípio já está contido nas regras da OMC, nos acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, no Acordo sobre Barreiras Técnicas e nas exceções gerais do Gatt (acordo geral de tarifas e comércio).

Legislação brasileira sobre Transgênicos

- [Lei nº 8.974, de 05 de Janeiro de 1995 <lei1.htm>](#) Estabelece normas para o uso das técnicas de Engenharia Genética e liberação no meio ambiente de OGM, autoriza o poder executivo a criar.
- [Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995 <decreto01.htm>](#) Regulamenta a lei 8.974, dispõe sobre a circulação, competência e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e dá outras providências.
- [Dec. nº 2.577, de 30 de Abril de 1998 <decreto02.htm>](#) Da nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 1.752, que regulamenta a Lei nº 8.974, que dispõe sobre a vinculação, competência e composição da CTNBio.
- [Instrução Normativa N.º 1 de 15 de Dezembro de 1998 <normativa1.htm>](#) Dispõe sobre o Requerimento e a Emissão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - e a Instalação e o Funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança - CIBio.
- [Instrução Normativa N.º 2 de 20 de Janeiro de 1999 <normativa2.htm>](#) Ministério da Agricultura - Aprova modelos de Termo de Fiscalização e Auto de Infração para estabelecimentos que operam com organismos geneticamente modificados.
- [Instrução Normativa N.º 3 de 13 de novembro de 1996 <normativa3.htm>](#) Normas para a Liberação Planejada no Meio Ambiente de Organismos Geneticamente Modificados.
- [Instrução Normativa N.º 4 de 20 de dezembro de 1996 <normativa4.htm>](#) Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.
- [Instrução Normativa N.º 5 de 09 de janeiro de 1997 <normativa5.htm>](#) Vincula as análises das solicitações de importação de vegetais geneticamente modificados destinados a liberação planejada no meio ambiente ao parecer favorável dos revisores da referida proposta.
- [Instrução Normativa N.º 6 de 06 de março de 1997 <normativa6.htm>](#) Normas sobre Classificação dos Experimentos com Vegetais Geneticamente Modificados quanto aos níveis de risco e de contenção.
- [Instrução Normativa N.º 7 de 09 de junho de 1997 <normativa7.htm>](#) Normas para o Trabalho em contenção com Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.
- [Instrução Normativa N.º 8 de 11 de julho de 1997 <normativa8.htm>](#) Dispõe sobre a Manipulação Genética e sobre a Clonagem em seres humanos.
- [Instrução Normativa N.º 9 de 16 de outubro de 1997 <normativa9.htm>](#) Normas sobre Intervenção Genética em Seres Humanos.
- [Instrução Normativa N.º 10 de 20 de fevereiro de 1998 <normativa10.htm>](#) Normas Simplificadas para Liberação Planejada no Meio Ambiente de Vegetais Geneticamente Modificados que já tenha sido anteriormente aprovada pela CTNBio.
- [Instrução Normativa N.º 11 de 01 de abril de 1998 <normativa11.htm>](#) Normas para Importação de Microrganismos Geneticamente Modificados para uso em Trabalho em Contenção.
- [Instrução Normativa N.º 12 de 28 de maio de 1998 <normativa12.htm>](#) Normas para Trabalho em Contenção com Animais Geneticamente Modificados.
- [Instrução Normativa N.º 13 de 02 de junho de 1998 <normativa13.htm>](#) Normas para Importação de Animais Geneticamente Modificados (AnGMs) para uso em Trabalho em Regime de Contenção.
- [Instrução Normativa N.º 14 de 26 de junho de 1998 <normativa14.htm>](#) Dispõe sobre o prazo de caducidade de solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB.
- [Instrução Normativa N.º 15 de 14 de julho de 1998 <normativa15.htm>](#) Normas para Trabalho em Contenção com Animais não Geneticamente Modificados onde Organismos Geneticamente Modificados são Manipulados.
- [Instrução Normativa N.º 16 de 06 de novembro de 1998 <normativa16.htm>](#) Normas para Elaboração de Mapas e Croquis.
- [Instrução Normativa N.º 17 de 23 de dezembro de 1998 <normativa17.htm>](#) Normas que regulamentam as atividades de importação, comercialização, transporte, armazenamento, manipulação, consumo, liberação e descarte de produtos derivados de OGM.
- [Instrução Normativa N.º 18 de 30 de dezembro de 1998 <normativa18.htm>](#) Liberação planejada no meio ambiente e comercial da soja Roundup Ready.
- [Lei nº 9.453 de 10 de Dezembro de 1991 \(Estado RS\) <lei9_453.htm>](#) Dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas da Biotecnologia e da Engenharia Genética, e dá outras providências.
- [Portaria no. 888 de 6 de Novembro de 1998 <portaria888.htm>](#) Da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, autorizando a elevação do resíduo de glifosato em sojades 0.2ppm para 2.0ppm.
- [PL do Deputado Carlos Minc \(Estadual RJ\) <leis_dep_c_minc.htm>](#) Veda o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- [PL nº 521/99, de 31 de março de 1999 \(Câmara Federal\) <leis_dep_grazziotin.htm>](#) De autoria da Sr.ª Deputada Vanessa Grazziotin, PCDoB-AM, propondo moratória de 5 anos para o registro e comercialização de OGMs.

- [PL do Senado n.º 216, de 07 de abril de 1999 <leis%20 sen m silva.htm>](#) De autoria da Sra. Senadora Marina Silva (PT-Acre), que propõe moratória de 5 anos para o plantio e a comercialização de alimentos contendo OGMs.
- [PL nº 101/99, de abril de 1999 \(Distrito Federal\) <leis_dep rolleberg.htm>](#) Regulamenta a atividade com OGMs no Distrito Federal e exige a rotulagem sobre alimentos contendo OGMs.
- [Lei nº 11.403, de 10 de maio de 2000 \(Estado SC\)](#) Dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas de Biotecnologia e Engenharia Genética e dá outras providências.
- [Lei nº 11.463, de 4 de julho de 2000 \(Estado SC\)](#) Cria o Conselho Técnico Catarinense de Biotecnologia
- [Lei nº 11.700, de 8 de janeiro de 2001 \(Estado SC\)](#) Proíbe plantio de transgênicos para fins comerciais

Outros fatores determinantes da competitividade

As agroindústrias

A noção de sistema no agronegócio surgiu em fins da década de 60, quando Davis e Goldberg²⁴, com base na teoria de sistemas, criaram o conceito de “agribusiness”.

A teoria de sistemas permite considerar a finalidade da atividade agroindustrial, as inter-relações entre os agentes, a estrutura do sistema, caracterizada pelas variáveis de situação, as variáveis impostas e as variáveis de ação.²⁵

Assim, para os fins deste trabalho, entende-se por “sistema agroalimentar” *“a rede interdependente de atores (empresas, instituições financeiras, organismos públicos e privados, produtores, entre outros), localizada num espaço geográfico determinado (no caso, o estado de Santa Catarina), que participa direta ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades alimentares dos vários grupos de consumidores”*.²⁶

As agroindústrias, por sua vez, constituem um subsistema componente do sistema agroalimentar, situado a jusante da agricultura (e, por vezes, simultaneamente, também a montante). O foco da análise centra-se nas relações que se estabelecem entre as agroindústrias e a agricultura.

Em função da abertura dos mercados, da formação de grandes blocos econômicos continentais e subcontinentais (privilegiando as transações intrabloco), a concorrência entre as empresas do sistema agroindustrial se acirrou.

Este contexto competitivo introduz novos paradigmas no padrão gerencial e operacional das empresas agroalimentares, com maior atenção para os consumidores no que se refere a qualidade e segurança dos alimentos e com esforço contínuo de redução de custos (tanto pela via da racionalização dos processos, como pelo aumento da produtividade).

Para escapar da redução das margens de lucro, as empresas buscam vantagens competitivas através de inovações e da busca de nichos de mercado, forçando uma redução considerável no tempo de desenvolvimento de novas tecnologias e do ciclo de

²⁴ Davis, J. e Goldberg, R. *A concept of Agribusiness*. Harvard Business School, 1967.

²⁵ Rastoin, J.L. e Vissa-Charles, V. *Le groupe stratégique des entreprises de terroir*. Revue Internationale PME. Vol.12, nº. 1-2, 1999. Institut de Recherches sur les Petites et Moyennes Entreprises. Université du Québec. Canadá.

²⁶ Ver a esse respeito Rastoin, J.L.. *Dynamique du système alimentaire français*. Economie et Gestion Agro-Alimentaire, N° 36, Cergy, 1995. p. 5-14.

vida dos produtos ofertados. Isto exige sistemas flexíveis de produção e de gerência, de forma que possam reordenar rapidamente sua produção e seus sistemas de marketing e distribuição em resposta às novas exigências do consumo ou da concorrência.

Em cada segmento de uma mesma cadeia produtiva²⁷ coexistem empresas que concorrem entre si e com os produtos importados, empregando, cada uma, níveis bastante diversos de sofisticação tecnológica, de estratégia de marketing, de capacitação de recursos humanos, etc.

Em geral, as empresas de micro e pequeno porte empregam tecnologias tradicionais ou artesanais; atendem, em geral, a mercados locais ou regionais, oferecendo produtos de baixa sofisticação tecnológica e, em alguns casos, produtos ligados à territorialidade local.

As empresas médias e grandes, que atuam em âmbito nacional ou de grandes regiões, oferecem produtos mais sofisticados, do ponto de vista de processamento, embalagem e conservação, e menos ligados à cultura tradicional. Em geral, utilizam tecnologias mais complexas, processos de produção e comercialização automatizados, gerência profissional, e são menos intensivas em mão-de-obra.

Para enfrentar a competição, estas empresas têm adotado estratégias para fortalecer suas posições no mercado, através de fusões e aquisições, e do aumento da produtividade, via modernização de plantas e utilização de tecnologias e matérias-primas que melhor se adaptem aos seus objetivos estratégicos. Complementam estas ações os programas de reengenharia e de qualidade e as ações políticas visando à redução da carga fiscal, à criação de barreiras antidumping, entre outras.

A continuidade do processo de concentração de empresas, de ampliação da escala e de modernização tecnológica deverá implicar redução no número de produtores integrados.

Concretizando-se um processo sustentável de crescimento econômico e de aumento de renda dos estratos sociais mais baixos da população, isto se traduzirá por aumento da demanda de produtos da agroindústria local e regional.

No entanto, espera-se uma crescente participação de competidores externos no mercado brasileiro, seja pelas oportunidades do mercado, seja pelo já elevado nível de sofisticação tecnológica dos processos e produtos.

Estes fatores deverão provocar transformações profundas na estrutura do setor, com entrada de novos grupos

²⁷ A noção de cadeia produtiva diz respeito ao itinerário seguido por um produto ou conjunto de produtos, ao longo do sistema agroalimentar (produção, transformação, distribuição) e aos fluxos a ele ligados (consumo de energia, suprimentos, etc.).

agroindustriais, modificações no padrão tecnológico e na repartição do mercado.

Neste contexto, pode-se estimar que grandes grupos e conglomerados empresariais catarinenses, de um lado, possam ser beneficiados pela maior amplitude de seus mercados e, de outro, possuam vantagens relativas para inserção neste modelo. Ressalta-se, contudo, que ocorrerá marcante mudança em relação às fontes de competitividade, esperando-se o fortalecimento da influência da “pesquisa e desenvolvimento”, da “diversificação industrial” e da atinente aos “recursos humanos” de alto nível.²⁸

As empresas catarinenses de maior porte deverão intensificar o processo de abertura, no exterior, de escritórios, postos de venda e de monitoramento do mercado e da inovação tecnologia. Deverão, portanto, seguir a tendência de crescente sofisticação do perfil de oferta, atendendo à dinâmica demanda por produtos alimentares com elevado grau de elaboração e estimulando o crescimento da atividade.

Os processos produtivos deverão ter crescente incorporação de biotecnologia, da microeletrônica e da mecatrônica. Isto fará com que as empresas trabalhem com estoques cada vez menores, diminuam o tempo de detenção dos produtos acabados nas unidades produtivas e na preparação dos lotes.

Outra tendência é a do uso intensivo de tecnologia e conhecimentos, mudando a ótica da competição, dos recursos humanos baratos e da matéria-prima abundante, pela inovação e o dinamismo. Os investimentos deverão favorecer os setores relacionados com os fatores-chave, servidos por moderna rede de infra-estrutura, notadamente de comunicação.

A escala ótima de produção segue a redefinição em curso, com conseqüente redistribuição da produção entre os diversos estratos de tamanho. Com a evolução da tecnologia e o emprego da automação flexível, os lotes de produtos poderão ser reduzidos e a produção ajustada às variações e exigências do mercado.

Quanto às perspectivas para as pequenas e médias empresas, no contexto de tais transformações podem-se citar oportunidades potenciais relacionadas à quebra da economia de escala em algumas atividades, a desverticalização e a terceirização das atividades da grande empresa.

A posição geográfica do estado, próximo a importantes mercados, e o nível técnico e gerencial relativamente elevado são fatores favoráveis de competitividade para o sistema agroindustrial catarinense.

²⁸ Cunha, I. J. *O Salto da Indústria Catarinense - Um Exemplo para o Brasil*. Edit. Paralelo 27, Florianópolis, SC. 1992.

Dada a tendência de ampliação da escala nas produções agrícolas destinadas às grandes agroindústrias, a alternativa de agregação de renda para a maioria de agricultores familiares de Santa Catarina está no desenvolvimento de agroindústrias rurais, focadas na diferenciação de produtos e articuladas em rede de cooperação para buscar economias de escala que viabilizem também o acesso ao mercado nacional e ao internacional.

A agroindústria rural pode desempenhar importante papel na geração de emprego e renda no espaço rural, criando condições para que o homem do campo encontre oportunidades de realização no seu próprio ambiente.

Para tanto, será necessário adequar os instrumentos de apoio governamental, tais como o acesso ao crédito, a desburocratização dos processos de registro de empresas e de produtos e a adaptação da legislação, dentre outros.

No tocante à adequação da legislação que rege os processos de industrialização de alimentos, é preciso introduzir maior flexibilidade nas exigências das plantas fabris (minimizando investimentos), adequar as normas de processamento relativas aos alimentos típicos regionais, visando resgatar o saber-fazer tradicional e preservar as características originais de produtos com notória qualidade.

Logística

De acordo com o Council of Logistics Management, logística *“refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar eficientemente e eficazmente o fluxo e a armazenagem de bens e serviços, assim como as informações a eles relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às necessidades dos clientes e otimizar custos”*.

O gerenciamento dos fluxos de insumos, equipamentos, produtos e informações entre os fornecedores e clientes são a essência do processo logístico, que se preocupa desde a aquisição da matéria-prima até o atendimento pós-venda, incluindo, também, a necessidade de rastreamento dos produtos e serviços. Sem domínio desse processo, os agricultores não conseguirão ser eficientes na administração da estocagem, distribuição e transporte de suas produções ao mercado.

A logística passou a ser muito importante para a competitividade das empresas a partir da segunda metade da década de 90. A partir daí, acelerou-se sua reorganização na agroindústria brasileira.

É perceptível a otimização dos investimentos do setor, em sintonia com a necessidade de ocupação do espaço brasileiro. Na última

década houve também a entrada de novos grupos multinacionais, sobretudo pela via da aquisição de empresas nacionais.

As restrições à operação ou à ampliação das plantas fabris, o aumento dos custos médios, a elevação dos gastos com manutenção da infra-estrutura econômica e social e as facilidades de acesso a matérias-primas são outros importantes fatores que levaram as empresas agroindustriais a buscar locais que atendessem aos seus requisitos logísticos.

A escolha dos novos locais privilegiou os centros urbanos de dimensão média, dotados de equipamentos de transporte, energia elétrica, telecomunicações, de retaguarda científica e tecnológica, de mão-de-obra qualificada, situados próximo dos mercados fornecedores e consumidores (nacionais ou na área do Mercosul) e que permitissem, no futuro, chegar mais facilmente aos mercados de alto valor agregado, como o europeu e o asiático.

Os investimentos também foram definidos pelos mecanismos institucionais de apoio fiscal e financeiro, pela falta de matéria-prima e pelo esgotamento das bases de expansão nas regiões de origem.

No Sul do País, os novos critérios de logística direcionaram os investimentos mais para a industrialização de alimentos prontos e semiprontos para consumo (agroindústrias de segunda e terceira geração), enquanto no Centro-Oeste predominaram investimentos em novas plantas industriais.

O eixo do deslocamento dos novos investimentos agroindustriais, do ponto de vista logístico, não está somente centrado no Centro-Oeste. Também se tem localizado no sul do Maranhão e em Barreiras, na Bahia. No cerrado maranhense, desde a segunda metade da década de 90, empresas do Sul estão investindo na exploração agrícola da região mediante a instalação de fazendas, logística de infra-estrutura, educação, saúde e agroindústrias. Objetivam, destarte, viabilizar o escoamento da produção para a Europa e os Estados Unidos e aproveitar a malha ferroviária da Companhia Vale do Rio Doce para acesso privilegiado à matéria-prima.

Esta nova configuração regional do agronegócio impõe ao Sul do País, como estratégia competitiva, a diversificação e modernização das cadeias produtivas, visando conquistar mercados com padrões de consumo mais sofisticados e segmentados.

Neste sentido, os principais segmentos agroindustriais de Santa Catarina vêm realizando investimentos em comunicação, distribuição, ampliação de plantas industriais e em processos logísticos. Novas empresas de logística estão surgindo, a partir de associações das principais agroindústrias e atacadistas, com vistas a baixar custos e a aumentar sua competitividade internacional.

Não obstante o estado de Santa Catarina conte com razoável infra-estrutura logística (comparativamente às regiões de expansão da fronteira agrícola como o Norte e o Nordeste), são limitados os esforços em curso para a melhoria da eficiência da malha de transportes, sobretudo com a construção de ferrovias (à exceção das melhorias em curso nos portos de São Francisco do Sul e Itajaí).

O ambiente econômico está mudando rapidamente e os consumidores ficaram mais exigentes. Neste caso, a logística entra como importante arma competitiva, sobretudo para os agricultores que necessitam agregar renda a suas atividades.

Como esta agregação se dará com mais intensidade fora das fronteiras da propriedade, os pequenos produtores organizados deverão criar estruturas logísticas próprias para poderem baixar custos e chegar mais rápido nos consumidores.

A logística será uma arma estratégica para garantir o suprimento dos insumos e a colocação do produto final na mesa do consumidor. Nos negócios agrícolas, os custos ligados à logística serão considerados um fator de maior peso, pois poderão representar mais de 20% do custo final do produto ao consumidor.

O período 2001 a 2010 caracterizar-se-á por aumento da oferta de produtos de substituição, crescimento da segmentação do mercado, ampliação dos canais de comercialização e aumento das exigências dos consumidores. Ao mesmo tempo, constituir-se-á em oportunidade de negócios para a agricultura familiar e poderá afetar sua competitividade se os produtores não adotarem estratégias adequadas de logística.

Este fato, agravado pela pouca organização, tanto das agroindústrias artesanais quanto dos pequenos produtores, poderá traduzir-se em não-aproveitamento das muitas oportunidades que o novo sistema agroalimentar mundial está proporcionando.

Para a agricultura familiar, por envolver muitos produtos perecíveis, a logística se tornará ferramenta indispensável. O diferencial competitivo dos produtos alimentares não estará só na qualidade dos produtos e serviços, mas também a adoção de processos logísticos que respeitem cronogramas preestabelecidos, garantindo a chegada do produto no tempo previsto e na condição exigida pelo cliente. Através da logística, será possível eliminar ineficiências, incompetências, disfunções, desperdícios, processos e etapas que não agreguem valor (desde o suprimento dos insumos até a colocação do produto final), permitindo que os pequenos negócios agrícolas dêem saltos de competitividade.

Neste contexto, grande parte do sucesso dos pequenos agricultores estará atrelada à capacidade de colocar sua produção de forma adequada no local certo, no tempo e nas condições e nos custos mais adequados. Terá que posicionar seus recursos em função do tempo e do espaço, sendo fundamentais a gestão da produção, o planejamento, as pesquisas de mercado, as compras, o fornecimento, a embalagem, as instalações, a manutenção, a reciclagem, a informática, a importação e a exportação, etc. O uso de tecnologias de ponta, como informática, capacitação gerencial, associação em redes, entre outros, é fundamental para o bom desempenho logístico.

Grau de organização dos atores sociais

A exposição à competição internacional, o progresso tecnológico e o acesso mais fácil às informações estão induzindo os produtores rurais a processos de reorganização socioeconômica com vistas a se adaptarem a esta nova situação.

Na economia globalizada, não é suficiente que os atores saibam otimizar as instituições e empresas na gestão microeconômica. É preciso que apresentem, também, capacidade estratégica e política de defesa de seus interesses ante o Estado e outros atores sociais e, sobretudo, que sejam capazes de desenhar um contexto macroeconômico (organização político-jurídico-econômica) favorável à “competição cooperativa”.²⁹

*“A competitividade não surge espontaneamente ao modificar-se o contexto macro, nem se cria recorrendo exclusivamente ao espírito de empresa ao nível micro. É antes de tudo o produto de um padrão de interação complexa e dinâmica entre o Estado, as empresas, as instituições e a capacidade de organização de uma sociedade”.*³⁰

Na ótica da competitividade e, portanto, visando delimitar este tema aos objetivos do presente estudo, o grau de organização dos atores sociais (os agricultores familiares, no caso) é visto como a capacidade de organizar-se, visando a dois objetivos principais: a) implementar suas próprias estratégias de desenvolvimento econômico; b) exigir, dos poderes públicos, a implementação de políticas e estratégias de médio e longo prazo, objetivando criar um ambiente favorável à sua inserção no mercado nacional e internacional.

Esta capacidade, no entanto, não tem sido, ao longo da história brasileira e catarinense, uma característica marcante da sociedade e, de modo particular, dos agricultores familiares. Pelo contrário, ao se formar no País e no estado uma sociedade com

²⁹ Esser, K. e outros. Competitividad sistematica. Instituto Aleman de Desarrollo. Estudios e informes 11/1994. Berlin.

³⁰ Esser, K. e outros. Op. cit. pag. 11

características fortemente patrimonialistas, estabeleceram-se formas de relações (*clientelistas*) que, entre outros aspectos, dificultaram e, em muitos casos, impediram (e por vezes ainda dificultam) que grande parte dos cidadãos se organizasse de forma coletiva e espontânea para trabalhar por seus interesses.

Nos anos 90, aumentou o questionamento dos produtores sobre o processo de formulação e implementação de políticas públicas para o meio rural e também sobre o padrão básico da organização econômica (além da social e política) na agricultura familiar de Santa Catarina. A intensificação e a diversificação dos movimentos sociais são exemplos dessa mudança de percepção.

Esta mudança de percepção e, em algumas situações, de postura, pode ser creditada a fatores como o aumento da pressão competitiva, a ampliação das redes de comunicação, o processo de redemocratização do País, a melhoria do nível de escolaridade e o maior grau de consciência das pessoas sobre o que ocorre ao seu redor. O agravamento da situação econômica de grande número de agricultores familiares é outra força diretriz desta mudança.

Os avanços na capacidade de organização e reivindicação dos agricultores se refletiram na elaboração da Constituição Federal em 1988, da Constituição Estadual em 1989, da Lei de Política Agrícola Nacional em 1991 e da Lei Agrícola e Pesqueira em 1992. A partir destes instrumentos legais, a sociedade e o setor agrícola passaram a contar com mecanismos que respaldam a participação dos interessados na formulação de políticas públicas.

Ademais, tais legislações, em especial a Constituição Federal, transferiram aos estados e municípios poderes e responsabilidades antes concentradas no governo federal.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Pronaf foram criados como consequência da mobilização e organização dos agricultores. Foram concebidos de modo que sua gestão fosse realizada por meio de conselhos (federal, estaduais e municipais), que contemplem a participação de agricultores ou de seus representantes.

Em Santa Catarina, o aspecto mais visível desta nova situação foram a multiplicação de conselhos municipais setoriais (Desenvolvimento Rural, Criança e Adolescente, Emprego e Renda, entre outros), a organização de fóruns regionais de desenvolvimento, o início da criação de comitês de bacias hidrográficas e a organização do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, com suas câmaras setoriais.

Embora ainda seja baixa sua participação no planejamento, execução e gerenciamento das ações que os afetam, houve, nos anos 90, um crescimento do envolvimento de agricultores

familiares na formulação de políticas públicas em geral, principalmente nas municipais.

Em Santa Catarina, a noção de *competitividade sistêmica* só recentemente começa a ser compreendida por alguns produtores e lideranças rurais, a partir da percepção de que, na forma tradicional de atuação (isolada e segmentadamente), é cada vez mais difícil a sobrevivência. A partir de novas experiências associativas, com objetivos predominantemente econômicos, começam a incorporar outros *valores* aos seus procedimentos tradicionais e a inovar em produtos.

Quando esta percepção é explicitada em reivindicação de políticas públicas, o esforço tem-se traduzido na busca de soluções que abranjam toda uma cadeia produtiva e não mais somente parte dela. Mas, no geral, ainda é pequena a participação das famílias rurais.

Da mesma forma, no seio das instituições públicas, é escassa a noção de competitividade sistêmica e raras vezes é considerada na formulação de políticas. Persistem ainda ações com padrão de orientação fortemente “técnico”, com visão predominantemente microeconômica e muito focada na produção agrícola, ou, às vezes, de orientação político-clientelista.

Há que considerar também que a legislação cria entraves jurídicos/legais que dificultam enormemente a criação e o funcionamento das organizações de produtores (legislação trabalhista, cooperativa, financeira, entre outras). Idêntica dificuldade decorre da pesada burocracia, da falta de interesse do sistema financeiro, etc.

Observam-se inúmeras iniciativas e experiências em andamento, nas quais se exercitam, em algum grau, a democracia participativa como sendo o jeito da sociedade de buscar um outro modelo de desenvolvimento, fundado na ética e na justiça social.

A tendência indica que estes processos participativos e associativos devem crescer em qualidade e quantidade.

Neste quadro, ganham importância e influência os comitês, os conselhos e fóruns, abordando temas até este momento pouco presentes no debate político e social, como as questões relacionadas com o ambiente (especialmente a questão dos recursos hídricos e energéticos) e com o consumidor.

As políticas de desenvolvimento rural tendem a ser, cada vez mais, influenciadas pela visão e os interesses dos próprios agricultores, que, por sua vez, serão fortemente pressionados pelos consumidores na decisão do quê e como produzir.

O sistema educacional

O sistema educacional oficial brasileiro sempre apresentou grandes deficiências estruturais: indefinições de atribuições e/ou descoordenação entre as esferas de governo, pesadas estruturas intermediárias, baixos salários e despreparo dos educadores, infra-estrutura deficiente, quantidade de alunos por professor e currículos inadequados, entre outras.

Isto resultou em baixa taxa de escolarização, elevadas taxas de analfabetismo, exagerados níveis de reprovação, repetência e grande evasão escolar.

Na educação rural, estes problemas têm sido ainda mais dramáticos. O próprio atendimento oficial foi iniciado somente por volta dos anos trinta, bem depois do setor urbano. Antes disto, a educação na área rural não era institucionalizada.

Desde o início da participação oficial no atendimento da educação para o meio rural, foi tradição o município ficar com esta responsabilidade. A tese básica era de que isto permitiria um melhor acesso ao ensino fundamental (fato que, no geral, não se verificou). Isto, em parte, explica por que, comparativamente à área urbana, os resultados educacionais têm sido piores no meio rural.

No Brasil, historicamente, tanto as taxas de escolarização quanto as de analfabetismo, nas diferentes faixas etárias, são sempre melhores para a população da zona urbana do que para a da zona rural.

Em Santa Catarina, embora com taxas bem melhores que as verificadas para a média do País, também sempre existiu uma situação menos boa para a população da zona rural. A taxa de escolarização básica da população total na faixa etária de 7 a 14 anos, no ano de 1990, era de 92,5% na área urbana, enquanto na área rural alcançava apenas 63,23%.

A partir dos anos oitenta, aspectos como a transição política para o governo civil, a crise fiscal, a instituição da Constituição Federal de 1988, as eleições diretas, a descentralização administrativa, tiveram implicações diretas sobre o sistema educacional brasileiro.

A Constituição de 1988, além de manter a obrigatoriedade de estados e municípios investirem no mínimo 25% de suas receitas na educação, ampliou o percentual da União de 15% para 18%. A Constituição também atribuiu grande importância aos municípios na condução do ensino fundamental, no qual a frequência de pessoas na faixa etária de 7 a 14 anos era obrigatória desde o início dos anos setenta.

Nos anos noventa, começam a ser institucionalizadas e a se consolidar as principais mudanças: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef -, entre outras.

A LDB, de 20/12/96, promoveu a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, instituiu um processo regular de avaliação do ensino e promoveu a valorização do magistério. O Fundef, implantado nacionalmente em 1º de janeiro de 1998, determinou uma nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. A maior inovação do Fundef consistiu na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), vinculando uma parcela dos recursos a esse nível de ensino.

No meio rural brasileiro, e no catarinense em particular, o critério de distribuição de recursos do Fundef desencadeou um processo de nucleação de escolas, provocando uma ampliação no programa de transporte escolar (pelo qual estudantes moradores da área rural são atendidos em escolas urbanas)³¹.

Em Santa Catarina, além do sistema de transporte escolar, outra forma de ação do setor público para melhorar o atendimento do ensino fundamental na área rural foi a criação dos projetos de educação rural.

Tais projetos, caracterizados como educação formal da quinta à oitava série e aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, na segunda metade dos anos oitenta. Foram criados sob três formas: 1ª) pelo deslocamento de docentes para núcleos em localidades do interior dos municípios; 2ª) através do ensino modularizado, de caráter supletivo (escolas itinerantes); 3ª) como escola familiar rural.

Estes projetos nasceram com o objetivo de permitir um aprendizado mais adequado às condições do meio rural, através da utilização de métodos e de conteúdos mais adaptados à realidade das pessoas. Pode-se dizer que este objetivo foi apenas parcialmente alcançado.

As mudanças no sistema educacional brasileiro e catarinense estão longe de resolver os problemas nesta área, mas as conquistas são inegáveis.

Analisando o desempenho brasileiro e dos estados, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep - aponta, entre outros, os seguintes avanços:

- queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população;

A formação e o aperfeiçoamento profissional será um fator decisivo para a competitividade da agricultura catarinense.

³¹ Em Santa Catarina, o programa de transporte escolar já havia sido criado pelo governo do estado em 1987. Foi desativado no início dos anos noventa, quando passou a ser praticado apenas por algumas prefeituras que o julgavam adequado.

- aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população;
- crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio;
- melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção;
- melhoria da qualificação dos professores da educação básica.

Para o ano de 2010, a tendência é de os indicadores do sistema educacional, particularmente para os agricultores familiares catarinenses, melhorarem sensivelmente.

Os controles sociais sobre os recursos e políticas educacionais públicos da esfera federal, estadual e municipal deverão ser mais sistemáticos. O corpo docente certamente terá um melhor nível de formação e maiores possibilidades de atualização. As taxas de analfabetismo, evasão escolar, repetência e nível de escolaridade certamente estarão em patamares significativamente melhores que os atuais. Os currículos escolares devem estar mais bem adaptados às realidades locais, ao tempo que permitirão uma formação de caráter mais universal (principalmente pelas facilidades oriundas das novas tecnologias de comunicação).

Os cursos profissionalizantes, oficiais ou não, estarão mais relacionados às realidades locais e regionais e o acesso a eles estará bastante facilitado, seja na forma quanto no conteúdo.

A formação e o aperfeiçoamento profissional serão decisivos para a competitividade da agricultura catarinense. Neste aspecto, serão necessários grandes esforços de investimento em infraestrutura técnica para suprir as enormes carências existentes (professores qualificados, equipamentos e material de ensino modernos, entre outras).

Em suma, o cenário é mais otimista que pessimista e o nível de preparo dos agricultores familiares, do ponto de vista da formação geral ou profissional, deverá estar bem melhor que o atual.

Mudanças climáticas e meio ambiente

O relatório aprovado por cientistas e representantes de 100 países reunidos em Genebra no início de 2001, no Grupo Intergovernamental sobre a Evolução do Clima (IPCC), estabelece um novo rumo para o debate sobre a existência ou não de mudanças climáticas e diz que todas as regiões do globo sofrerão certos efeitos negativos do aquecimento em curso. Os efeitos prováveis vão desde a redução das geleiras em todos os continentes, a diminuição da calota polar ártica, tempestades mais violentas, falta d'água e ameaça de extinção de numerosas espécies de plantas e animais.

A produtividade agrícola em regiões tropicais e subtropicais será severamente afetada. Na América Latina, onde a agricultura representa 10% do PIB da região, os efeitos poderão ser marcantes. Geadas, secas e inundações se tornarão mais freqüentes, mas o maior problema será a falta d'água.

As populações mais vulneráveis diante destes efeitos serão justamente as mais pobres, pela maior dificuldade em se adaptar à nova realidade. De acordo com o relatório, a segurança alimentar será comprometida, principalmente em países asiáticos, e a elevação dos níveis do mar e uma maior intensidade de ciclones tropicais poderão deslocar milhões de pessoas estabelecidas em regiões costeiras.

Para Santa Catarina, as tendências indicam que a par de sofrer efeitos das mudanças climáticas globais, deverão aumentar significativamente os riscos de escassez de água, de degradação de sua qualidade e, por conseqüência, os conflitos por seu uso.

A crescente preocupação da sociedade para com o equilíbrio ambiental e a preservação da biodiversidade certamente contribuirá para acelerar a adoção de medidas mitigadoras. Dentre as prováveis ações, destacam-se:

- ampliação das ações do *Projeto Água Limpa*⁽¹⁾, iniciado em 1999, para fazer cumprir o que a legislação determina em termos de mata ciliar;
- instalações de Comitês de Bacias Hidrográficas nas principais bacias do estado;
- cobrança de taxa de uso da água e generalização de processos de certificação de qualidade nos processos de produção (ISO 14000 e FSC);
- implantação de Unidades de Conservação em ecossistemas ainda sem proteção ou sub-representados (planalto e oeste do estado);
- estudos de zoneamento para integrar as comunidades tradicionais com as Unidades de Conservação, transformando-as em "*Reservas de Desenvolvimento Sustentável*";
- adequação da legislação estadual de recursos hídricos;
- no plano internacional, aumento significativo do mercado de "crédito de carbono"⁽²⁾, fato que poderá ter reflexo positivo no reflorestamento com espécies nativas e no manejo econômico de matas autóctones.

- 1) Projeto Água Limpa: O objetivo do programa é propiciar a articulação necessária entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela proteção ambiental, com vistas a uma efetiva fiscalização, proteção e recuperação da mata ciliar nas áreas de mananciais de abastecimento público no estado de Santa Catarina. O projeto-piloto começou na bacia hidrográfica do rio Cubatão do Sul, na Grande Florianópolis.
- 2) Crédito de Carbono: mercado no qual um país que logrou ultrapassar suas metas de redução de gases de efeito estufa ou que conseguiu fixação adicional de carbono da atmosfera pelo florestamento ou reflorestamento de novas áreas obteve (creditou-se) o direito de comercializar estas reduções com outros países que não atingiram suas metas de redução. Este mercado foi criado através de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) por ocasião do Protocolo de Kyoto, Japão, 1997.

Degradação dos Recursos Naturais

Em Santa Catarina, as últimas décadas foram marcadas por intensa urbanização, com ocupação desordenada dos espaços físicos, e o conseqüente comprometimento dos recursos naturais. Este fenômeno foi particularmente intenso ao longo do litoral.

No espaço rural, a degradação se deu através do uso de práticas agrícolas inadequadas, provocando erosão do solo, poluição dos lençóis aquíferos com pesticidas, adubos químicos e dejetos animais, entre outros. A concentração de atividades na suinocultura, por exemplo, se fez acompanhar do aumento do despejo de dejetos no ambiente, contaminando cursos e lençóis d'água.

As atividades de lavoura e pecuária estão entre as principais fontes poluidoras em praticamente todas as regiões hidrográficas do estado. Os tipos de poluição mais comuns causados por essas atividades são o despejo de dejetos suínos e de agrotóxicos e o assoreamento de rios. Estima-se que 80% das águas em Santa Catarina estejam, de alguma forma, comprometidas em termos de qualidade.

"Nas regiões de concentração urbano-industrial, de atividades agroindustriais, de mineração, de lavoura e criações intensivas e de produção de papel e celulose, a qualidade da água se apresenta seriamente comprometida, atuando como fator limitante sobre a água disponível, particularmente para os usuários urbanos e para aquelas atividades que exigem elevados requisitos de qualidade". "... a avaliação preliminar e indicativa efetuada sobre a disponibilidade hídrica frente aos diversos usos revela que o comprometimento da água disponível em situação de estiagem já é preocupante em bacias como as do Cubatão do Sul, Itapocu, do Peixe e Chapecó, entre outras. Em algumas delas, como na do Araranguá, por exemplo, a situação pode ser considerada crítica, sujeita a sérios problemas de conflito de uso." (1)

Em Santa Catarina, aproximadamente 3% do território foi destinado a *unidades de conservação* (2). Alguns ecossistemas ainda estão sem proteção e fortemente ameaçados, como é o caso da Floresta Estacional Decidual (mata do Rio Uruguai). Da mesma forma, há formações vegetais sub-representadas, como a floresta Ombrófila Mista (formação de Araucária).

A maioria das Unidades de Conservação criadas ainda não foi implantada e apenas 30% da área abrangida pelas Unidades de Conservação está sob domínio da União, estados ou municípios.

A inadequada exploração dos recursos naturais se faz acompanhar de frágil atuação do poder público, seja no tocante à educação e conscientização dos atores, seja na fiscalização e aplicação da lei. Os organismos públicos desta área - tanto federais, quanto estaduais ou municipais - apresentam deficiências estruturais, de pessoal e de recursos operacionais; muitas vezes suas atribuições não estão claramente definidas.

Ações corretivas insuficientes

Ao longo dos anos 90, diversas ações concretas foram realizadas - tanto pelo setor público quanto privado e por organizações não-governamentais no sentido de recuperar e preservar os recursos naturais. No meio empresarial, em particular, intensificou-se a concessão de certificados de qualidade (série ISO 14.000) e de origem vegetal (FSC), evidenciando o crescente interesse das empresas na preservação do meio ambiente em seus processos de produção (seja para atender a exigências de mercado, seja para propagar a imagem).

No meio rural, as enchentes ocorridas no início da década de 80 levaram o governo estadual a contratar com o Banco Mundial a execução de um projeto de recuperação, conservação e manejo de solos (Projeto Microbacias/Bird), executado ao longo da década de 90 em 534 microbacias.

Este projeto aumentou significativamente a adoção de práticas conservacionistas por parte dos produtores rurais, embora ainda seja muito grande o número de agricultores que usam técnicas agrícolas que degradam os recursos naturais. Observou-se também o aumento da área com cobertura vegetal, em muitos casos devido ao aumento da consciência das pessoas e, em outros, devido ao abandono de áreas rurais que antes se destinavam a lavouras.

Ao longo dos anos 90, delineou-se uma política mais abrangente de recursos hídricos (com enfoque descentralizador, integrador e participativo) que até então era "dominada" pelo setor hidroenergético. A legislação federal somente foi aprovada em 1997 (em 1994, no estado de Santa Catarina). A regulamentação da legislação federal está ocorrendo agora. Em conseqüência, a legislação estadual precisará ser adequada e regulamentada para acompanhar a legislação federal.

Embora tenha aumentado o grau de compreensão da sociedade para com a problemática do meio ambiente e da qualidade de vida, a mudança de comportamento ainda não foi suficiente para reverter, no curto prazo, os vários problemas ambientais existentes no estado.

(1) - Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas de Santa Catarina (SDM 1997).

(2) - Unidade de conservação: é o espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, com regime específico de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Demografia e movimentos populacionais

Até 1970, existia uma supremacia da população rural (57,1% da população total) sobre a urbana em Santa Catarina. O intenso processo de urbanização na década de 70 inverteu este quadro e em 1980 a população rural já representava apenas 40,6% do todo.

Dentre as principais causas do êxodo rural que então se configurou, destacaram-se o processo de industrialização (pela geração de novos empregos no meio urbano), a difusão de imagem de uma melhor qualidade de vida no meio urbano e a redução da rentabilidade de diversas explorações agropecuárias.³²

A par do intenso êxodo, dados do IBGE apontam também para o envelhecimento da população catarinense. Este fenômeno é ainda mais intenso no meio rural.³³

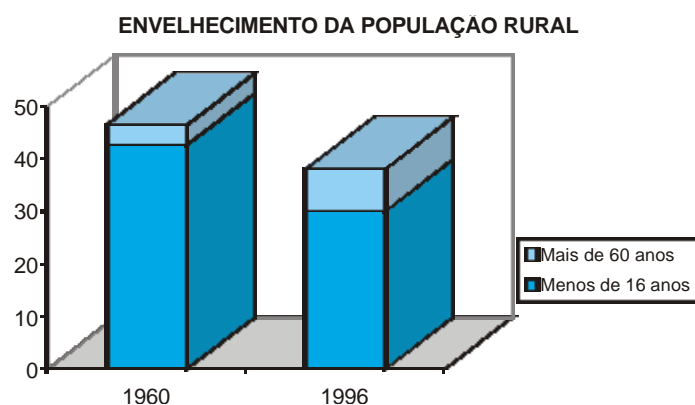
Em 1960, 47,1% da população catarinense tinha menos de 15 anos (neste segmento, o percentual da população urbana era de 43,2, e o da rural, de 48,9). Por sua vez, na faixa etária de mais de 60 anos, aqueles percentuais eram, respectivamente, de 4,1%, 4,7% e 3,8%. Comparativamente, em 1996, a população catarinense com menos de 15 anos havia-se reduzido a 30,4% do total, com quedas de representatividade semelhantes nos contingentes urbano e rural (32,0% e 29,9%), contrastando com o conjunto de pessoas de mais de 60 anos, que passou a responder por 7,5% do total (7,4% da população urbana e 8,1% da rural).

Entre as principais causas desta mudança no perfil da pirâmide etária destacam-se a evasão de jovens, a redução da taxa de natalidade e a melhoria da infra-estrutura de saneamento básico e de serviços de saúde, propiciando uma maior expectativa de vida.

Assim, a intensificação do êxodo e o envelhecimento da população se traduzem em uma crescente diminuição da disponibilidade de mão-de-obra no espaço rural.

³² Em recente pesquisa realizada pelo Instituto Cepa/SC (Avaliação Socioeconômica do Projeto Microbacias - Relatório de Avaliação Final - outubro/99), foi possível verificar que a mobilidade de jovens filhos de agricultores está associada, sobretudo, ao baixo retorno financeiro das atividades agrícolas, à falta de perspectiva de melhoria das condições gerais de vida dos produtores rurais e, ainda, ao desejo de continuar os estudos, o que, na maior parte dos casos, não é possível no lugar onde residem.

³³ Em geral, são os mais velhos que permanecem atuando na agropecuária. As principais razões são o apego à propriedade rural e aos "valores do campo", a ausência de oportunidades de trabalho no meio urbano, em função da idade e do despreparo para novas atividades, entre outras.



Dados dos censos demográficos do IBGE relativos à população ocupada de Santa Catarina indicam uma queda no percentual da mão-de-obra ocupada na agricultura, na pecuária e na silvicultura, de 29,5% em 1980 para 25,2% em 1991.³⁴

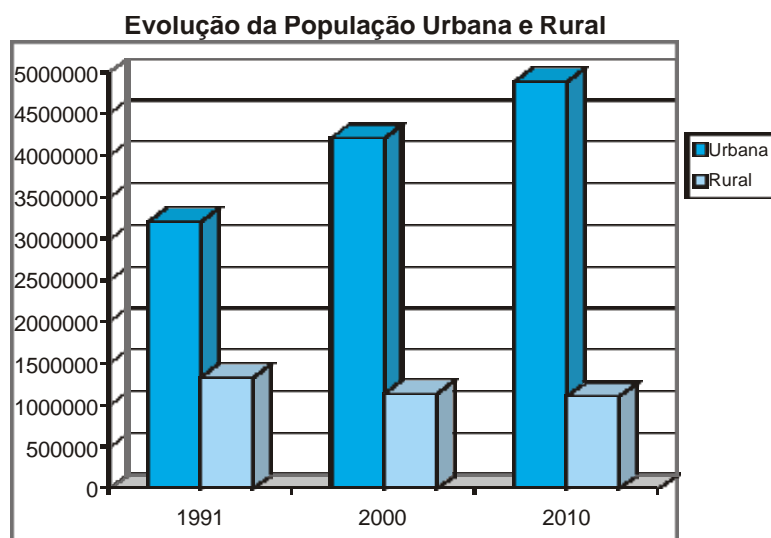
As projeções demográficas no período 2001-2010 indicam, para Santa Catarina, um crescimento populacional acima do crescimento vegetativo, devido a um movimento migratório com saldo positivo. Todavia, face à taxa de fecundidade declinante, *a longo prazo a tendência da taxa de crescimento também se mostra decrescente, porém com menor intensidade do que na década de 90.*

Em linhas gerais, verifica-se que as estruturas etárias sofrerão alterações significativas ao longo do período projetado, com contínuo envelhecimento populacional (as taxas médias geométricas de crescimento do grupo etário de 0 a 14 anos ficaram negativas a partir de 1997, devido à contínua queda na taxa de fecundidade total). Em contrapartida, também se evidencia um aumento dessas mesmas taxas para a faixa de idade de 65 anos ou mais, reflexo inequívoco do aumento da esperança de vida.

Outro aspecto que merece ser assinalado diz respeito ao aumento da participação relativa da população ativa (15 a 64 anos), conseqüência de uma alta fecundidade registrada no passado.

Como resultado dessas transformações, pode-se observar que a idade média da população catarinense aumentará em 5,4 anos no período 1991-2010, ou seja, enquanto em 1991 as pessoas tinham, em média, 26,6 anos, em 2010 passarão a ter, em média, 32,0 anos de idade, mantidas as hipóteses implícitas na projeção.

³⁴ Pesquisas do Instituto Cepa/SC realizadas entre 1991 e 1998 indicam também redução na mão-de-obra agrícola (de 2,34 equivalentes/homem/exploração em 1991 para 2,03 equivalentes/homem/exploração em 1998).



No que se refere aos indicadores de mortalidade - taxas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer - previstos para os anos da projeção, a tendência é de melhoria, se mantidos os investimentos na área de saúde, principalmente em relação às ações médico-sanitárias que atingem, em especial, o público infantil. Estima-se um descenso acelerado nos níveis de mortalidade até 2005. A partir dessa data, o ritmo torna-se mais lento, uma vez que ganhos adicionais serão mais difíceis de alcançar.

Em Santa Catarina, a exemplo do que se constata em todo o Brasil, a fecundidade, que se caracterizava como elevada no passado, vem sofrendo declínio acentuado, tendo sido registrada a média de 2,53 filhos por mulher em 1991. Esta tendência de queda deverá continuar no futuro, embora em ritmo menos acentuado, atingindo o nível de 1,93 em 2010.

A migração, por sua vez, é uma variável que também vem determinando mudanças importantes na população. O estado tem-se caracterizado pela absorção de expressivos contingentes migratórios, que nas últimas décadas vêm-se fixando, de forma mais significativa, no Vale do Itajaí e ao longo da faixa litorânea e, em menor intensidade, em algumas áreas polarizadas do oeste do estado.

Apesar disso, a população no meio rural em 2010 será ainda menor do que nos anos anteriores, continuando o processo de urbanização iniciado nos anos 70, devendo aproximar-se dos 18,5% do total da população catarinense.

Em síntese, considerando-se os aspectos abordados, evidencia-se que o fator mão-de-obra tende a ser restritivo, à medida que se avança no tempo, nas atividades agrícolas no estado. Deve, portanto, ser considerado na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento do espaço rural.

SANTA CATARINA - INDICADORES DEMOGRÁFICOS IMPLÍCITOS NA PROJEÇÃO POPULACIONAL

INDICADORES DEMOGRÁFICOS	PERÍODOS		
	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Taxas de crescimento anual da população total (%)	2,06	1,83	1,32
Taxas anual de crescimento dos grandes grupos etários			
0 a 14	0,88	-0,36	-0,18
15 a 64	2,73	2,24	1,56
65 e mais	4,2	3,30	3,51
Participação relativa (%) dos grandes grupos etários			
0 a 14	33,10	28,46	24,15
15 a 64	62,54	66,45	69,58
65 e mais	4,36	5,10	6,27
Idade média da população total	26,63	29,08	31,99
Razão de dependência total	59,91	50,50	43,72
Jovens	52,94	42,83	34,71
Idosos	6,97	7,67	9,02
Esperança de vida ao nascer	69,29	71,34	72,58
População total estimada	4.541.994	5.349.580	6.096.339 ⁽¹⁾
Homens	2.275.714	2.632.264	3.019.665 ⁽¹⁾
Mulheres	2.266.280	2.717.316	3.076.674 ⁽¹⁾
Rural	1.333.457	1.137.601	1.124.933 ⁽¹⁾
Urbano	3.208.537	4.211.979	4.971.406 ⁽¹⁾
Taxas brutas de natalidade (por mil/habitantes)	22,48	18,52	16,13
Taxas brutas de mortalidade (por mil/habitantes)	4,83	5,76	6,43

FONTE: IBGE.

(1) Estimativa do Instituto Cepa/SC.

Perspectivas da demanda: 2005-2010

A construção de cenários futuros para a demanda de produtos agrícolas e alimentares tem por objetivo apontar tendências dos mercados e identificar novos produtos e serviços passíveis de serem oferecidos pelos pequenos agricultores catarinenses, com vistas a propiciar informações que lhes permitam decidir investimentos.

Não obstante as limitações e as dificuldades para realizar prognósticos de médio e longo prazo no Brasil e os riscos que tal procedimento implica, definiu-se como horizonte de projeção o período 2005-2010.

Variáveis que influenciam a demanda por produto agrícola.

O cenário tendencial para cada um dos produtos e/ou serviços foi construído por especialistas do Instituto Cepa/SC, incorporando as contribuições de outros técnicos, especialistas no assunto e empreendedores, recolhidas em diversos encontros e discussões promovidos especialmente para esta finalidade.

As projeções quantitativas da demanda, respectivamente para os próximos cinco e dez anos, foram realizadas com base nos coeficientes de elasticidade-renda das despesas alimentares com cada produto, calculados por Hofmann (2000)³⁵, nas hipóteses

³⁵ HOFMANN, Rodolfo. Elasticidades-renda das despesas com alimentos em regiões metropolitanas do Brasil em 1995-1996. *Informações Econômicas*, SP, v.30, n.2, fev.2000.

de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), nas projeções da população do Brasil para o período, nas perspectivas de crescimento das exportações e importações. Na medida do possível, procurou-se levar em conta também as mudanças de hábitos de consumo alimentar da população brasileira.

Tomando-se por base as estimativas do Instituto Cepa/SC, projeta-se um crescimento real do PIB brasileiro de 3,0% a.a. para o período 2000-2005 e de 4% a.a. para o período 2006-2010.

Com base em projeções do IBGE e na evolução da população no período 1991-2000, estima-se para a população brasileira um crescimento de 1,4% a.a. no período 2000-2005 e de 1,2% a.a. no período 2006-2010. Com isso, trabalhou-se com um crescimento da renda per capita brasileira de 1,58% a.a. para o período 2000-2005 e de 2,77% a.a. para o período 2006-2010.

A demanda por produto agrícola é influenciada pelos preços³⁶, pela mudança de hábitos alimentares, pela capacidade de exportação, pela entrada de produtos importados e, finalmente, pelo crescimento da população e pelas variações na renda dos consumidores.

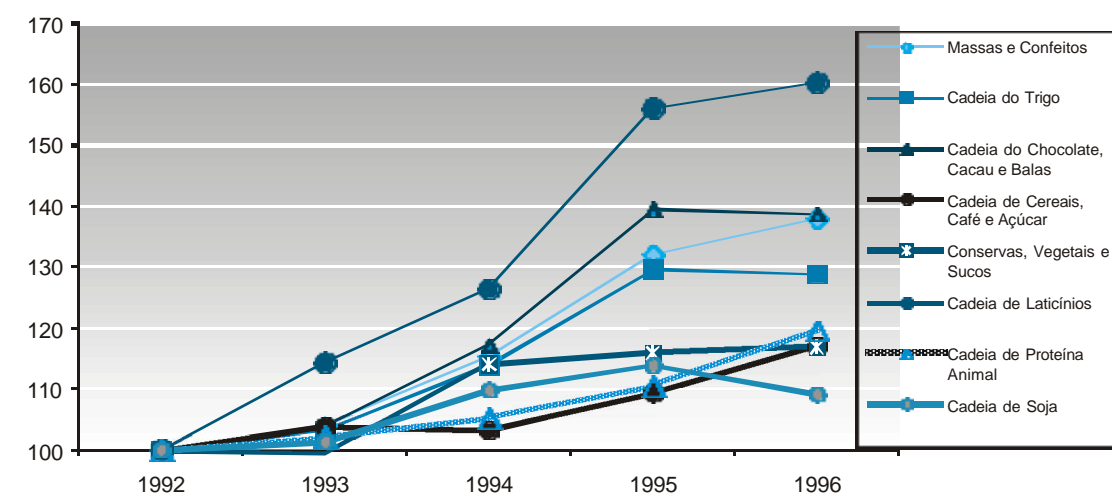
No que tange à renda, estudos mostram que, para a maioria dos bens e serviços produzidos por uma economia, um acréscimo na renda dos consumidores leva a um aumento do consumo. Dentre os produtos agrícolas e alimentares, os enlatados e conservas, o queijo, a maçã, o alface, a carne bovina de primeira e a carne suína apresentam as variações mais positivas na quantidade demandada face a um aumento da renda dos consumidores. Para alguns produtos básicos e pouco elaborados, como o feijão e o arroz, a elasticidade-renda tem-se mostrado negativa ou praticamente nula, indicando ser o crescimento populacional a única fonte de crescimento de suas demandas.

As exigências dos consumidores se alteram ao longo do tempo em função de mudanças nos hábitos e costumes, na qualidade real ou percebida dos produtos e nos valores culturais disseminados na sociedade.

Para os produtos alimentares, as mudanças de exigências dos consumidores vêm alterando profundamente a composição e o perfil da demanda, como se pode observar para alguns grupos de alimentos no gráfico a seguir.

³⁶ Neste estudo não foi considerada a eventual ocorrência de variação dos preços dos produtos.

Evolução da Indústria Alimentar - Brasil 1992-1996



FONTE: Abia e Ibge - Gazeta Mercantil, 03/02/97.

Para os próximos anos, espera-se um grande crescimento na demanda por alimentos produzidos exclusivamente com insumos orgânicos, por alimentos prontos, semipreparados ou de rápido preparo, pelos chamados alimentos funcionais ou alicamentos³⁷, pela alimentação fora de casa e por produtos cujas características estejam fortemente vinculadas com atributos do território de origem.

Determinantes externas da demanda

A preocupação do setor agrícola com as variáveis externas que afetam a demanda, à exceção dos tradicionais produtos e culturas de exportação, é relativamente recente, não obstante o isolamento do setor, provocado pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias adotadas pelos países ricos.

Este quadro mudou sensivelmente a partir de 1988, quando as importações foram facilitadas por uma série de reduções de barreiras de caráter administrativo.

Acrescente-se a isso que a partir de 1990 o Brasil adotou o maior programa de abertura comercial de sua história.³⁸

Esta liberação de comércio coincide com o processo de integração regional. Em março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que criava, a partir de 1995, uma zona de livre-comércio e uma união aduaneira parcial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, com aplicação de tarifa zero de importação entre os quatro países e tarifa externa comum em relação a terceiros países.

³⁷ Alicamentos: neologismo derivado da junção das palavras alimentos com medicamentos. Vem sendo muito empregado para designar os alimentos funcionais, isto é, os alimentos cujas características nutricionais desempenham funções na recuperação ou manutenção da saúde, como os alimentos dietéticos, os suplementos minerais e vitamínicos e os alimentos fitoterápicos. Outro termo às vezes empregado como sinônimo de alicamentos é o de alimentos nutracêuticos.

³⁸ A tarifa média de importação foi reduzida de 40% em 1990 para 14% em meados de 1994, enquanto que a de importação de produtos agrícolas foi reduzida de 64% para 12% no mesmo período.

As políticas dos países ricos que afetam a competitividade da agricultura familiar catarinense

União Européia - No que se refere à UE, devem-se destacar a Política Agrícola Comum (PAC) e a Convenção de Lomé.

A *Política Agrícola Comum* teve por objetivo principal a segurança alimentar da Europa (assolada pela fome no pós-guerra), garantindo aos produtores agrícolas uma renda “justa” e preços “razoáveis” para seus consumidores. Dado o peso político dos produtores, seus interesses resultaram amplamente dominantes. São elementos da PAC: preços comuns entre os países da UE, proteção em relação a terceiros países; subsídios às exportações e repartição, entre os membros, dos custos envolvidos.

O sistema fez aumentar o grau de auto-suficiência agrícola da UE e expandir suas exportações. Tanto o grau de subsídio dos produtores como a taxação implícita aos consumidores, embora variando de produto a produto, têm aumentado significativamente nos últimos anos.

A *Convenção de Lomé* estabeleceu tratamento privilegiado para importações (principalmente produtos tropicais como café, cacau e açúcar) provenientes de ex-colônias européias e de alguns países de baixa renda, na África, Caribe e Pacífico.

Estados Unidos - O sistema de proteção aos produtores agrícolas dos Estados Unidos envolve sustentação de preços (institucionalizada desde o Agricultural Adjustment Act, de 1933) e sustentação de renda, mediante pagamentos diretos aos produtores (os chamados deficiency payments). Os dois sistemas podem operar conjuntamente: os pagamentos diretos cobrem a diferença entre os preços de mercado e os preços sustentados, enquanto os chamados “target prices” sustentam uma remuneração julgada adequada para o produtor.

Tentativas de limitar o sistema e fazer os preços se aproximarem dos níveis de mercado, como no governo Reagan, têm-se mostrado politicamente pouco viáveis. Em 1990, o Farm Act pretendeu caminhar para a liberalização, mas, de fato, vários programas que envolvem subsídios às exportações foram prorrogados, destacando-se o Export Enhancement Program (EEP).

Diversos mecanismos de sustentação de preços e de renda têm sido usados, havendo também programas de limitação da produção envolvendo incentivos à redução da área cultivada. De modo geral, os programas de sustentação de preços são mais importantes nos setores em que as exportações são inexistentes ou irrelevantes (como carne, laticínios e açúcar). Para os produtos em que parte substancial da produção é exportada (cereais, principalmente), a sustentação de preços é mais complicada, envolvendo dualidade de preços, ou subsídios à exportação; nesse caso, pagamentos diretos aos produtores costumam ser preferidos.

A acumulação de estoques pelo governo, em decorrência da política de sustentação de preços, deu origem a vários esquemas de destinação dos excessos de oferta a programas assistenciais, para minimizar os efeitos dos estoques sobre os preços no mercado. A distribuição de vales de alimentação (Food Stamps) a famílias de baixa renda é um exemplo disso, assim como os programas de ajuda humanitária ao exterior, estabelecidos pela Public Law 480, de 1954. No caso de laticínios, em especial, a perecibilidade dos alimentos faz com que a destinação assistencial prevaleça.

A disputa entre os Estados Unidos e a UE, associada à PAC, resultou, nos últimos anos, na adoção de medidas de subsídios às exportações agrícolas norte-americanas, em parte associadas ao Export Enhancement Program - EEP. Essas medidas envolveram não só produtos em que há concorrência direta com a UE, mas afetaram também os interesses de terceiros países, incluindo o Brasil, como no caso de frangos e derivados da soja.

Ao contrário da União Européia (e, mais ainda, do Japão), o ônus do protecionismo agrícola nos EUA implica tributação adicional e não preços mais altos para os consumidores internos.

(continua)

(conclusão)

Japão - O principal instrumento de defesa da renda agrícola no Japão é representado pelas barreiras às importações.

O nível de proteção da agricultura japonesa é dos mais altos do mundo: a taxa média nominal de importação para produtos agrícolas era de 210% em 1996, contra 63% na União Européia e 6% nos Estados Unidos.

Isto parece relacionar-se mais a um sentimento generalizado na sociedade japonesa, em favor da auto-suficiência, do que a pressões dos produtores agrícolas - mesmo porque a grande maioria destes obtém a maior parte de sua renda de atividades não-agrícolas. Os programas governamentais de redirecionamento de culturas (como a substituição do arroz por trigo e cevada), buscam maior auto-suficiência nesses últimos produtos do que uma melhor alocação de recursos e prenunciam, assim, um alargamento do protecionismo e não sua diminuição.

Similarmente ao caso da UE, cereais forrageiros têm tido importação praticamente livre, sendo o Japão o maior importador mundial. Quotas de importação são a forma predominante das restrições à importação, mas negociações no âmbito da OMC têm provocado sua substituição por tarifas.

Programas de sustentação de preços com base em estoques governamentais são também usados, como no caso do arroz, carnes e laticínios, assim como o "deficiency payments" aos produtores, especialmente de leite, açúcar e soja. Há também grande número de subsídios a insumos, crédito e armazenagem; do investimento agrícola total, 20% é financiado pelo governo e 40% corresponde a subsídios governamentais.

Dada a importância central das restrições à importação, o custo da defesa da renda agrícola recai basicamente sobre o consumidor. Mesmo os programas governamentais de subsídios ou sustentação de preços são em parte financiados pela diferença entre preços internacionais e preços internos, da qual o Estado se apropria quando efetua diretamente a importação.

Sendo o Japão grande importador agrícola, estima-se que suas políticas de proteção deprimam os preços internacionais em cerca de 11%, no caso dos laticínios, 7% no da carne, e 5% no do arroz.

Além das políticas dessas regiões ou países, existem vários acordos bilaterais, zonas de livre comércio ou outros tipos de acordos entre países ou regiões, que têm algum tipo de interferência no mercado mundial.

Para o setor agrícola catarinense, todavia, são esses os que mais interessam, pelo fato de ou envolverem os principais mercados para os nossos produtos agrícolas ou serem concorrentes diretos.

Quadro-resumo da demanda futura de produtos agrícolas e alimentares

Deverá ocorrer grande crescimento na demanda por alimentos orgânicos, ervas medicinais e aromáticas, alimentos processados, prontos e semiprontos, alimentos funcionais e produtos com características vinculadas ao território de origem.

No mercado de grãos deverá ocorrer uma substantiva redução no número de propriedades e no número de produtores que cultivam grãos em Santa Catarina, embora a velocidade desta redução possa ser atenuada.

As perspectivas para os principais produtos da agricultura catarinense são as seguintes:

Arroz: A expansão enfrenta crescentes dificuldades devido à escassez de água e à concorrência com outras regiões. Estas dificuldades podem ser em parte minimizadas por ganhos de produtividade. O consumo aumenta quase que só em função do crescimento da população.

Feijão: Tendência de declínio na produção e na área cultivada. O consumo deve crescer apenas 13% nos próximos dez anos.

Milho: A demanda continua crescente. Existe espaço para um expressivo aumento da produção estadual, mas o cultivo é pouco atrativo para a maioria dos pequenos produtores, salvo para produto diferenciado (milho orgânico, por exemplo) ou com agregação de valor.

Soja: Somente pode ser viável para pequenos produtores se cultivada de forma diferenciada como insumo para criações orgânicas ou para atender a nichos específicos de consumo.

Frangos: As exportações devem continuar crescendo. Aumentam também as oportunidades para os produtos diferenciados (frango caipira, frango orgânico) ou típicos. As oportunidades para pequenos produtores na produção intensiva de frangos deverão continuar limitadas devido à concentração da produção. As grandes empresas devem desenvolver estratégias de “descomoditização”, para fazer frente ao aumento da demanda por produtos naturais.

Suínos: Projeta-se um crescimento da demanda da ordem de 11% sobre os níveis atuais até 2005. Boa parte dos pequenos e médios suinocultores de base familiar tendem a ser excluídos da atividade, devido à concentração da produção. A procura por produtos orgânicos deve estimular o surgimento de uma suinocultura menos poluidora, mais bem remunerada e mais desconcentrada no espaço geográfico.

Laticínios: Mercado em expansão. O estado, especialmente a região Oeste, deve consolidar a condição de exportador de leite e derivados para outros estados. Acentua-se a concentração da produção.

Alho: Projeta-se um aumento na demanda de 8,7% até 2005. O Brasil não deve alcançar a auto-suficiência nesta década. Tendência de diminuição do número de produtores em Santa Catarina.

Banana: Aumento das exportações graças à melhoria da qualidade.

Cebola: Ligeiro decréscimo do número de produtores, com aumento da produção.

Maçã: Tendência de diminuição do número de produtores e perda relativa de espaço na oferta nacional, devido ao aumento da produção no Rio Grande do Sul.

Ervas medicinais e aromáticas: Mercado em franco crescimento.

Produtos florestais: Aumenta a participação dos pequenos produtores no fornecimento de matérias-primas para a indústria florestal.

Flores e plantas medicinais: Mercado em crescimento. Tendência de maior organização do setor no estado.

Pesca e aquíicultura: Boas perspectivas de mercado. Tendência de aumento do número de produtores, em especial na maricultura.

Perspectivas do mercado de grãos

A produção de grãos vem-se mostrando crescente, tanto em âmbito mundial, quanto no Brasil. Em termos globais, especialmente nos países desenvolvidos, o crescimento tem encontrado suporte, principalmente na concessão de altos subsídios.

Os subsídios, ao proporcionarem condições artificiais de competitividade, têm permitido expressivos ganhos de produtividade, com conseqüente aumento da produção naqueles países. Este fato tem restringido o acesso dos países menos desenvolvidos aos mercados dos países ricos e tem também comprimido os preços internacionais.

Dentro deste contexto, o Brasil, mesmo com boas condições de clima e solo e com grande disponibilidade de áreas agricultáveis, tem encontrado dificuldades para expandir mais fortemente sua produção e inserir-se mais firmemente no mercado externo, porque, entre outras razões, a deficiência da infra-estrutura de transportes e de portos encarece os custos de comercialização e diminui a competitividade do setor.

Além disso, a compressão dos preços internacionais vem reduzindo as margens de lucro, forçando os produtores a recuperar as perdas de renda, através de ganhos de escala e do aumento continuado da produtividade.

Como conseqüência, observa-se um processo de concentração de propriedades nas tradicionais regiões produtoras e de deslocamento da produção para regiões em que as propriedades são de maior porte, principalmente no Centro-Oeste e partes do Norte e do Nordeste do Brasil.

A pequena lucratividade por hectare propiciada pelos grãos (a despeito do aumento da produtividade) e a incapacidade de aumentar a renda através dos ganhos de escala estão provocando mudanças na estrutura produtiva das pequenas propriedades e contribuindo para o êxodo rural.

Esta situação é fortemente sentida em Santa Catarina, onde ocorre uma substantiva redução no número de propriedades e no número de produtores que cultivam grãos. Quando se comparam os dados do Censo de 1985 com os do Censo de 1995/1996, verifica-se que o número de propriedades encolheu de 235 mil para 203,3 mil.

O número de produtores de milho, que em 1985 era de 194 mil, decresceu para 151 mil em 1996. No mesmo período, os produtores de arroz diminuíram de 93 mil para 49,5 mil (fato devido especialmente ao abandono do cultivo de sequeiro) e os

produtores de feijão (primeira safra) diminuíram de 165 mil para 93,6 mil.

Embora a redução do número de produtores de grãos deva continuar nos próximos anos, a velocidade poderá ser atenuada.

A resistência da sociedade aos produtos contendo organismos geneticamente modificados (OGM) e, especialmente, o aumento do interesse dos consumidores por produtos diferenciados e de melhor qualidade poderão proporcionar “espaços” para que parcela dos pequenos produtores, principalmente aqueles que se organizarem, possa agregar renda e permanecer na propriedade.

- Arroz

O arroz é um alimento que apresenta baixo coeficiente elasticidade-renda (0,014), razão pela qual o consumo brasileiro vem aumentando quase que só em função do crescimento da população. Por isto e mantidas as condições atuais que influenciam a demanda, a expectativa é de que o consumo nacional de arroz (equivalente casca) passe dos atuais 11,7 milhões de toneladas para 12,6 milhões de toneladas em 2005 e alcance 13,4 milhões de toneladas em 2010 (aumento de apenas 14,5% em dez anos).

Este crescimento, além de pouco expressivo, deverá ser coberto pelo aumento da produção do Centro-Oeste do País - onde novas variedades de arroz estão sendo produzidas com qualidade e custos muito competitivos e também por importações dos países do Mercosul (Argentina e Uruguai).

A participação relativa de Santa Catarina na produção nacional (atualmente, da ordem de 6,9% do total) provavelmente deverá cair ligeiramente. Todavia, além de uma maior concorrência com produções de outras regiões, a expansão do cultivo, em Santa Catarina deverá enfrentar crescente dificuldade, devido, principalmente, à escassez de água.

O cultivo do arroz, portanto, não apresenta boas perspectivas de expansão para a próxima década, salvo por possíveis ganhos de produtividade.

- Feijão

O feijão é um alimento que apresenta coeficiente elasticidade-renda negativa (-0,041), razão pela qual o consumo nacional deverá apresentar um incremento de apenas 13% nos próximos dez anos, passando dos atuais 2,90 milhões de toneladas para 3,10 milhões de toneladas em 2005 e para 3,28 milhões em 2010.

A instabilidade climática em Santa Catarina, ao conferir alto grau de risco a esta cultura (freqüentes frustrações de safra, baixa qualidade do produto), compromete a competitividade frente a outras regiões do País, especialmente as do Centro-Oeste e Sudeste, onde o cultivo irrigado e em grandes áreas tende a crescer. A cultura, por isso, não só não apresenta perspectiva de aumento no período 2001-2010, como tenderá, inclusive, a apresentar declínio na área cultivada.

- Milho

O milho, embora componente da dieta alimentar na forma de farinhas e derivados, é um produto que, em razão da sua grande importância como insumo na formulação de rações, tem sua produção direcionada especialmente a atividades como a avícola, a suinícola e, em menor escala, a pecuária leiteira. É um produto, portanto, fortemente vinculado à produção de carnes. Como estas apresentam um coeficiente de elasticidade-renda fortemente positivo (0,155 para frangos, 0,443 para carne de suínos e 0,804 para preparados de carne) e com tendência de incremento nas exportações, a demanda por milho deverá, por conseqüência, continuar crescente na próxima década.

No caso particular de Santa Catarina, onde a criação de aves e suínos tem grande importância econômica e social, a oferta estadual de milho é, historicamente, muito inferior à demanda. Em razão disso, pode-se afirmar que existe espaço para um expressivo aumento da produção estadual.

Todavia, para a grande maioria dos pequenos produtores, devido ao pequeno tamanho de suas propriedades e, conseqüentemente, à pequena escala de suas lavouras, a produção de milho, quando direcionada apenas ao mercado - como matéria-prima ou *commodity* -, é pouco atrativa. Entretanto, se o seu cultivo for direcionado à produção de produtos típicos (alimentos orgânicos ou alimentos processados, por exemplo), poderá ser fonte de agregação de valor e de renda.

- Soja

Como maiores produtores mundiais da oleaginosa destacam-se os Estados Unidos, com quase de 44% da produção, o Brasil, com 22,0%, a Argentina, com 15,0%, e a China, com 9,2%.

A produção mundial de soja passou de 106,2 milhões de toneladas na safra 90/91 para 172,1 milhões na safra 00/01. Este crescimento tem sido estimulado pelo forte incremento da demanda por farelos protéicos, cuja produção total cresceu, no mesmo período, de 125,1 milhões para 173,8 milhões de toneladas. Dentre estes farelos, destaca-se o de soja, que responde atualmente por cerca de 66,0% da oferta total.

A produção brasileira, por sua vez, também vem apresentando sucessivos incrementos nas duas últimas décadas, passando de 15 milhões de toneladas na safra 80/81, para 37,5 milhões na safra 00/01. A expansão do cultivo ocorreu especialmente no Centro-Oeste, cuja participação no total nacional cresceu de 13,2%, na safra 80/81, para 45%, na safra 00/01. Nesta região, cabe destacar o desempenho da produção do Mato Grosso, que passou de 225 mil toneladas na safra 80/81, para 9,2 milhões de toneladas na safra 00/01, tornando-se, assim, o primeiro produtor nacional, posição que até a safra 98/99 era do Paraná.

Em Santa Catarina, o cultivo desta oleaginosa, que havia ganho bom impulso nos anos 70 até o início da década de 80, apresentou gradativo retrocesso a partir de então. Os dados do Censo de 96, quando comparados aos do Censo de 85, apontaram uma queda expressiva na área colhida (de 403.530 hectares para 167.680 hectares) e, principalmente, no número de produtores, que se reduziu de 59.067 para apenas 9.980 (menos 83,1%).

A redução do número de produtores foi bem mais forte nas explorações agrícolas de menor tamanho. A inviabilidade dos pequenos cultivos (especialmente os do sistema consorciado, de baixa produtividade e pouca rentabilidade) foi a grande razão por tal procedimento.

No sistema tradicional de cultivo, portanto, a soja não se apresenta como uma atividade promissora para os pequenos produtores de Santa Catarina. Todavia, se seu cultivo for efetuado de forma diferenciada e com vistas a servir de insumo para criações biológicas, ou mesmo para atender a “nichos” específicos de consumo, é possível que se possa tornar uma atividade viável para muitos pequenos produtores.

Perspectivas do mercado de Carnes

- Frangos

O consumo de carne de frango in natura apresenta, no Brasil, um coeficiente elasticidade-renda de 0,155 (frango inteiro), um dos mais baixos entre as carnes. Com isto e, caso se confirmem as previsões de crescimento do PIB feitas neste documento, projeta-se um aumento do consumo interno em 8,55% no primeiro quinquênio da década, totalizando 5,19 milhões de toneladas em 2005 e de 8,82% no segundo quinquênio, alcançando 5,65 milhões de toneladas em 2010.

Em razão do forte crescimento do consumo de alimentos preparados e consumidos fora do domicílio, deverão crescer as oportunidades para venda de produtos diferenciados e/ou típicos. A tendência indica também que a comercialização de frangos inteiros nas grandes empresas perderá importância na pauta geral de seus produtos, em benefício da comercialização do produto espostejado, pratos semiprontos ou prontos para consumo, em que a taxa de valor agregado é maior. Em função disto, a projeção feita acima deverá ser maior.

Caso os consumidores, principalmente europeus, prossigam na substituição de carne bovina por carnes brancas e não surjam, por parte dos países ricos, medidas de proteção às importações ou novas barreiras à entrada de produtos procedentes dos países em desenvolvimento, as exportações brasileiras poderão passar dos atuais 16% para até 25% da produção.

Embora o crescimento do mercado por produtos mais saudáveis se desenhe como uma oportunidade para os pequenos produtores, a grande empresa também deverá entrar mais agressivamente neste mercado, com estratégias de “descomoditização” dos produtos para fazer frente ao aumento da demanda por produtos naturais.

O crescimento das exigências dos consumidores quanto à preservação ambiental, o bem-estar dos animais e a garantia de sua saúde determinarão mudanças nos sistemas de manejo, nas instalações e no arraçamento das aves³⁹. Agricultores familiares e pequenos empreendimentos poderão se beneficiar desta situação, colocando no mercado produtos diferenciados e de alto valor agregado.

As oportunidades para pequenos produtores na produção integrada e intensiva de frangos deverá continuar limitada, haja vista a continuidade do processo de concentração da produção.

OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS DE FRANGOS – 2000, 2005 E 2010

	(mil t)		
FRANGOS	2000	2005	2010
Produção	5700	6952	7768
Consumo	4784	5193	5651
Exportação	916	1759	2117

FONTE: Instituto Cepa/SC.

- Suínos

A demanda brasileira de carne suína apresenta coeficiente elasticidade-renda de 0,443 e é uma das mais elevadas entre as

³⁹ Na União Européia, por exemplo, 2008 é a data-limite para a aplicação de padrões mais severos relativos ao bem-estar dos animais na avicultura (Acordo de Berlin).

carnes. Com base no crescimento do PIB para a década, projeta-se - para o ano 2005 - um crescimento ordem de 11,07% sobre os níveis atuais, alcançando 2.196.000 toneladas. De 2005 a 2010, estima-se um aumento de 13,3% na demanda, totalizando 2.488.000 toneladas em 2010.

A exemplo da tendência para a demanda de carne de aves, estima-se que as exportações brasileiras de carne suína, principalmente para o mercado europeu e o asiático, deverão passar dos atuais 4,8% para 18,4% da produção em 2005. Devem contribuir para tal a melhoria dos controles sanitários, a melhoria da qualidade dos produtos e também a maior experiência dos exportadores no comércio internacional.

Dado o processo de concentração da produção e as limitações estruturais da agricultura catarinense, os investimentos para expansão da atividade tenderão a concentrar-se no Centro-Oeste, que apresenta maior competitividade na produção de grãos e possibilita, assim, a obtenção de rações a custos menores.

O tamanho das unidades de produção em Santa Catarina certamente estará muito condicionado pela crescente pressão sobre o impacto ambiental da atividade e pela pressão da concorrência da produção do Centro-Oeste. Além da concentração da produção, há uma tendência para que os produtores se especializem segundo distintas fases da criação, visando a economias de escala. Estas especializações dizem respeito, sobretudo, a produtores de leitões e a terminadores.

O aumento do tamanho das unidades de produção será favorecido pelos avanços tecnológicos (em especial, na área genética: inseminação artificial, transferência de embriões, sexagem de sêmen, etc.), que devem permitir produtividades de até 30 leitões/porca/ano. Estima-se que o número médio de terminados por produtor possa passar dos atuais 19,7 por ano para cerca de 26 por ano em 2010.

Estas tecnologias levarão a um sensível aumento da produção. Ao mesmo tempo, vão exigir um maior preparo técnico e gerencial dos suinocultores e um bom aporte de capital humano e financeiro. Como estarão mais ao alcance de grandes produtores e empresários, apressarão o processo de concentração, excluindo boa parte dos pequenos e médios suinocultores de base familiar.

A par da crescente importância dos contratos de integração na produção suinícola catarinense, outras oportunidades de mercado estão surgindo para alimentos que incorporem valores do saber fazer e atributos do território. Podem ser aproveitadas por pequenos produtores desde que reunidos em empreendimentos associativos para obter escala de viabilidade e facilitar o acesso ao mercado.

A crescente procura por produtos orgânicos, por sua vez, também deve estimular o surgimento de uma suinocultura menos poluidora, de qualidade reconhecida e mais bem remunerada.

Estima-se que o mercado de produtos típicos e de carne orgânica possa representar, para os produtores catarinenses, o escoamento de 3,2 milhões a 3,5 milhões de cabeças anuais de suínos.

OFERTA E DEMANDA DE SUÍNOS – BRASIL, 2000, 2005 E 2010

SUÍNOS	(mil t)		
	2000	2005	2010
Produção	2077	2692	3226
Consumo	1977	2196	2488
Exportação	100	496	738

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Perspectivas do mercado de laticínios

O consumo de leite e derivados apresenta, no Brasil, um elevado coeficiente de elasticidade-renda (0,381). Isto, aliado às projeções de crescimento populacional do País, significa, para os próximos anos, a necessidade de aumentar a oferta para atender ao consumo nacional.

Historicamente, grande parte do consumo nacional tem sido atendida através de importações, a maior parte proveniente da Argentina e Uruguai, que, além da proximidade geográfica, contam com a vantagem do não-pagamento de tarifas de importação.

Recentemente, houve reversão na tendência das importações nacionais, que, com os ajustes da sobrevalorização do real, perderam competitividade em relação à produção interna. Assim, o crescimento do consumo está sendo atendido com o aumento da oferta nacional.

A tendência, para a próxima década, é de continuidade desta situação. Em Santa Catarina, a produção, especialmente a comercializada para as indústrias, deve continuar evoluindo a taxas bem superiores às do crescimento populacional e, portanto, superiores ao crescimento da demanda.

O estado deve consolidar a condição de exportador de leite e derivados para outras unidades da Federação, sobretudo no período outono/inverno, quando em várias outras regiões do País, em função do clima, as condições de produção não são as mais favoráveis.

A produção de leite deve ganhar maior importância econômica no estado, especialmente na região Oeste, onde se deve

consolidar ainda mais a principal estrutura de coleta e comercialização de leite. Deverá ser intensificada a tendência da produção de leite de ser desenvolvida de forma complementar com outras atividades produtivas, mas com produtores mais profissionalizados e sistemas de produção menos dependentes de insumos de fora da propriedade, especialmente a alimentação.

Apesar disto, em função de exigências qualitativas e quantitativas impostas pelos principais compradores de matéria-prima e pela legislação sanitária, deve crescer a oferta com redução do número de produtores, isto é, deve acentuar-se o processo de concentração da produção.

Dada a segmentação do mercado, os pequenos empreendimentos agroindustriais poderão levar vantagens em mercados locais ou regionais, em especial se forem capazes de ofertar produtos com características (atributos) diferenciadas dos produtos de consumo de massa, a exemplo do nicho de produtos orgânicos, cuja demanda, embora ainda pequena, é crescente e muito superior à oferta.

Perspectivas para os hortifrutigranjeiros

- Alho

A produção comercial de alho, no Brasil, nos últimos anos, oscilou entre 50 mil e 70 mil toneladas/ano, numa área plantada que variou de 10.000 a 13.000 hectares. O consumo nacional do produto (in natura e industrial) na última década variou entre 120 mil e 140 mil toneladas/ano.

A produção nacional atende ao redor de 50% do consumo, sendo o restante importado da Argentina (principal fornecedor), da China, da Espanha e do México. A produção de Santa Catarina representa entre 20% e 30% da produção brasileira.

Admitindo-se um crescimento de 3,0% a.a. para o PIB no próximo quinquênio e um aumento da renda per capita da ordem de 8,14% até 2005 e com base num coeficiente elasticidade-renda de 0,174, projeta-se, para o alho, um aumento de 8,72% na demanda nacional, o que representará uma demanda total entre 130 mil e 160 mil toneladas de alho em 2005. Em 2010, o consumo nacional de alho deverá situar-se entre 145 mil e 180 mil toneladas.

Difícilmente o Brasil atingirá a auto-suficiência na produção de alho no período projetado, em função dos seguintes aspectos:

- a) O volume importado é superior ao produzido internamente; para que o País atinja a auto-suficiência, seriam necessários

- muito tempo e um grande esforço dos agentes envolvidos nesta cadeia produtiva.
- b) Os importadores, que atualmente ditam as regras no mercado do produto no País, e os grandes produtores não têm muito interesse na auto-suficiência.
 - c) O alho é uma cultura que exige altos investimentos, o que se constitui em barreira de entrada para os pequenos produtores.

A produção nacional, em 2010, deverá atender entre 60% e 80% da demanda interna, devido, principalmente, ao aumento na produtividade das lavouras em todas as regiões produtoras do País e a um substancial aumento na área plantada (especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste), graças ao uso de semente de alho vernalizado⁴⁰ e da irrigação com pivô central, que garantem menores riscos para a atividade.

Em Santa Catarina, a tendência é de diminuição do número de produtores (atualmente são cerca de 2.500) e significativo aumento na produtividade média, que deverá saltar dos 15.000 kg/ha atuais para cerca de 18.000 kg/ha em 2005. A produção estadual deverá apresentar volume suficiente para participar com 35% a 40% do consumo nacional; grande parte desta produção deverá ser utilizada como semente.

- Banana

A produção nacional de bananas é da ordem de 6 milhões de toneladas, numa área cultivada de aproximadamente 528 mil hectares. O consumo da fruta é de cerca de 3.100.000 toneladas/ano, das quais aproximadamente 100.000 são exportadas. O restante, cerca de 40%, é considerado como perda desde a lavoura até o consumidor. Na última década, o volume produzido foi praticamente constante, mas houve um substancial ganho em qualidade e apresentação do fruto.

Considerando o aumento populacional de 7,2%, o aumento da renda per capita de 8,14% e um coeficiente elasticidade-renda de 0,286 para a banana, projeta-se um aumento de cerca de 9,7% na demanda nacional da fruta para o ano 2005, com um consumo de 3.400.000 toneladas. Para 2010 projeta-se uma demanda nacional entre 3.800.000 toneladas e 4.000.000 toneladas.

Graças a um maior uso de tecnologia, principalmente de pós-colheita, a qualidade e apresentação da banana brasileira vem melhorando nos últimos anos. Esta melhoria permitirá aumentar a participação do Brasil nas exportações da fruta, cujo volume poderá alcançar 300 mil toneladas⁴¹ até 2010.

⁴⁰ Alho vernalizado: tratamento com choque de frio, para quebra de dormência.

⁴¹ Existem efetivas condições para competir com o Equador no suprimento de banana para o mercado argentino e o uruguaio e para a conquista do mercado europeu com bananas produzidas no Nordeste brasileiro.

Em Santa Catarina, a cultura é desenvolvida em pequenas propriedades rurais, envolvendo cerca de 25.000 produtores, responsáveis por 10% da produção nacional, representando 12% do consumo nacional e 90% das exportações brasileiras.

O volume das exportações tende a aumentar, desde que sejam solucionados os problemas de transporte e de embalagens que têm prejudicado sobremaneira o comércio com os países do Mercosul. O grande concorrente catarinense neste mercado, o Equador, transporta sua produção em navios, utiliza embalagens de papelão, o que garante qualidade superior ao seu produto.

- Cebola

O consumo de cebola no Brasil, nos últimos anos, está praticamente estabilizado entre 750 mil e 850 mil toneladas/ano.⁴²

Para o próximo quinquênio, confirmando-se as previsões do Instituto Ceba/SC sobre o desempenho da economia brasileira (crescimento do PIB de 3,0% a.a. e de 8,14% da renda per cápita até 2005) e considerando-se um coeficiente elasticidade-renda de 0,174 para a cebola, pode-se projetar para o País um consumo da ordem de 850 mil a 950 mil toneladas em 2005, ou seja, um crescimento de aproximadamente 12,1% sobre a demanda atual. Para 2010, caso se confirmem os índices de crescimento da economia interna e considerando-se o aumento populacional do Brasil, a demanda poderá situar-se entre 930 mil toneladas e 1.050 mil toneladas anuais.

O estado de Santa Catarina responde atualmente por cerca de 43% da oferta nacional de cebola, com uma produção de bulbos significativamente diferenciada da produção dos demais estados produtores, diferenças estas (coloração, tipificação) que determinam uma melhor aceitação pelo mercado.

Se houver continuidade nos esforços de pesquisa e desenvolvimento visando ao aumento da produtividade e da melhoria da qualidade da cebola e se mantiver inalterado o atual quadro de produção no estado do Rio Grande do Sul (sérias deficiências em infra-estrutura de estocagem, baixa produtividade e qualidade do produto e lavouras situadas em áreas de risco climático), Santa Catarina poderá aumentar sua participação relativa na produção nacional em cerca de 25%.

A expansão da produção catarinense deverá ocorrer pelo aumento da área cultivada por produtor e pela melhoria de produtividade. A tendência é que a produção continue concentrada nas tradicionais regiões produtoras do Alto Vale do Itajaí, e que

⁴² Desse total, o País tem importado entre 75 mil e 330 mil toneladas/ano, volume que varia em função de reduções da oferta interna, seja por condições climáticas adversas, seja por menor competitividade de mercado em razão do baixo nível de tipificação e padronização da cebola brasileira.

haja um ligeiro decréscimo do número de produtores comerciais de cebola.

- Maçã

Nos últimos cinco anos a oferta nacional evoluiu de 584 mil toneladas, obtidas na safra 95/96, para uma produção bruta de aproximadamente 967 mil toneladas colhidas na safra 99/00. Um aumento superior a 65%, determinado especialmente pelo grande volume de colheita obtido em Santa Catarina, que totalizou ao redor de 500 mil toneladas.

O forte crescimento registrado no volume da oferta nacional é consequência direta da atenção dispensada pelos produtores à atividade e dos pesados investimentos privados direcionados ao setor, seja na implantação de novos pomares, seja na melhoria da tecnologia produtiva e de comercialização ou na infra-estrutura de armazenamento.

A Associação Brasileira dos Produtores de Maçã projeta, para 2006, uma produção nacional de aproximadamente 1,2 milhão de toneladas, ou seja, um crescimento de 20% em relação ao montante de colheita previsto para a safra 99/00.

Relativamente aos países do Mercosul, a produção catarinense tem registrado um aumento substancial, já que a oferta dos países do bloco tem permanecido praticamente estabilizada nos últimos anos.

Visando maior competitividade e agregação de renda na venda da fruta in natura, os produtores estão se empenhando na obtenção de frutos de melhor qualidade, em detrimento de grandes produtividades, razão pela qual a oferta deverá continuar abaixo das necessidades de consumo do País.

Os níveis de importação até o ano 2010 deverão estabilizar-se nos atuais patamares, oscilando entre 70 mil e 150 mil toneladas/ano. Do total da produção prevista, cerca de 10% deverá ser direcionado à exportação e outros 22,5% à industrialização.

A participação catarinense, no total da oferta nacional, deverá perder espaço, equiparando-se à oferta do Rio Grande do Sul, cujos pomares, implantados mais recentemente, são constituídos de cultivares de melhor aceitação pelo mercado⁴³ e deverá ocorrer também uma diminuição do número de produtores.

⁴³ A perda relativa de importância se deve ao fato de Santa Catarina ter sido pioneira na produção de maçã, implantando muitos pomares sem grande aceitação da fruta pelo mercado. Parte destes pomares está sendo erradicada e/ou substituída por pomares de outras cultivares. No Rio Grande do Sul, o cultivo de macieira, com vistas ao abastecimento do mercado, começou a ser implantado mais tarde. Pôde-se tirar proveito do pioneirismo de Santa Catarina, escolhendo cultivares mais ao gosto dos consumidores.

Na região dos Campos de Lages deverá haver um crescente uso de contratos de fornecimento ou de integração, entre pequenos produtores e grandes agroindústrias do setor, visando à melhoria da qualidade da fruta, ao aumento da produção (que é diferenciada em função das melhores condições agroclimáticas da região) e à necessidade das agroindústrias de aumentar o controle sobre a cadeia produtiva. Médios e pequenos produtores, por outro lado, deverão agrupar-se em associações (como alternativa mais viável de permanecerem na atividade), a fim de disponibilizarem infra-estrutura de estocagem e volumes de oferta compatíveis com as necessidades do mercado.

Plantas medicinais e alimentos para a saúde

O crescimento do mercado mundial de plantas medicinais se deve, principalmente, à grande tendência de busca por remédios fitoterápicos por parte dos consumidores. Este fenômeno está vinculado, entre outros, a fatores socioeconômicos, à manutenção das tradições, à falência do sistema oficial de saúde, à mudança de paradigmas de parte crescente da sociedade e ao desenvolvimento de uma farmacologia natural mais científica, ética e responsável.

O valor de comercialização anual de medicamentos no mercado mundial é de aproximadamente 345 bilhões de dólares, com um crescimento médio anual de 12%. Estima-se que o mercado de medicamentos derivados de plantas medicinais seja da ordem de 30 bilhões de dólares, o que corresponde a 8% do total comercializado. A venda de produtos homeopáticos representa 0,5% da totalidade do mercado farmacêutico, localizando-se 70% das vendas na Europa, principalmente na França e na Alemanha.

Segundo Calixto (2000), não há estatísticas precisas sobre o mercado brasileiro de fitoterápicos, mas estima-se que deve movimentar recursos da ordem de 700 milhões a 1 bilhão de dólares anuais (7% a 10% do mercado de medicamentos do País).

“Além do uso fitoterápico, indústrias de perfumes, cosméticos e de alimentos têm utilizado uma grande variedade de essências e óleos essenciais oriundos de plantas, cuja taxa de crescimento anual de comércio tem sido da ordem de 6% na área de perfumes, 8% na área alimentar e 7,5% na área de óleos essenciais. Em 1988, os EUA gastavam cerca de 63 milhões de dólares na importação de óleos essenciais de plantas” (DUKE 1988).

“O mercado brasileiro de importação e exportação de plantas medicinais girou, em média, em torno de 45 milhões a 65 milhões de dólares, entre os anos de 1995 e 1997. Destacam-se na exportação o ipê-roxo, a espinheira-santa, a erva-de-bicho, a

fáfia, a catuaba, o chapéu-de-couro, o capim-limão e a erva-príncipe, sobretudo para os EUA e a Itália (BRASIL 1991). Os EUA importam só do Brasil cerca de 200 toneladas/ano de folhas de maracujá (CERRI, 1991).

Considerando-se que o mercado interno brasileiro apresenta um valor de comercialização de fitoterápicos de 500 milhões de dólares ao ano e atribuindo-se à matéria-prima vegetal um percentual de 2% a 5% deste valor, pode-se considerar que os produtores dessa matéria-prima recebem por ano cerca de 10 milhões a 25 milhões de dólares” (SCHEFFER e CORREA JÚNIOR 1998).

Em contrapartida, o Brasil tem importado mais de 1.500 toneladas/ano de folhas secas de sálvia, arnica, ginko, babosa, arruda, erva-doce, alcaçuz, artemísia, sabugueiro, alfazema, estragão e até cabelo de milho (estigmas), usados como diuréticos, além de extrato de essências para atender às necessidades da indústria nacional. Entre as espécies mais importadas, destacam-se a camomila (50t/ano) e o alecrim (40t/ano) (BRASIL 1991).

Devido à exígua e/ou irregular oferta nacional e/ou à má qualidade dos produtos eventualmente colhidos, alguns laboratórios que operam no Brasil chegam a importar cerca de 90 espécies de plantas medicinais do exterior para a produção de cosméticos e medicamentos.

Um mercado em franca expansão...

Em Santa Catarina, o cultivo de plantas medicinais destinadas ao mercado encontra-se em fase inicial. Muitos produtores estão optando em produzir essas culturas em substituição às culturas tradicionais, porque apresentam maior lucratividade e há forte procura no mercado.

A fitoterapia, como forma de prevenção da saúde pública, cresce a cada ano, motivada por ONGs, pela Pastoral da Saúde e da Criança, por prefeituras municipais, entre outros.⁴⁴

O estado é um grande fornecedor de matéria-prima proveniente do extrativismo. A exploração descontrolada de espécies nativas medicinais nas florestas catarinenses é uma prática que vem sendo realizada há muitos anos, com o conseqüente comprometimento da disponibilidade da matéria-prima no futuro. Como exemplo histórico, temos a canela sassafrás (*Ocotea odorifera*), que foi explorada até a extinção com finalidade da extração do óleo essencial.⁴⁵

⁴⁴ No estado, temos o exemplo da prefeitura de Balneário Camboriú, que, desde 1991, através da Secretaria do Meio Ambiente, vem plantando, coletando, beneficiando e distribuindo plantas medicinais na forma de chás, xaropes, pomadas e sabonetes. O município tem mão-de-obra treinada e domina bem a técnica, o que ajuda bastante a população, principalmente a de baixa renda, que procura os produtos fitoterápicos (Búrgio, 1998).

⁴⁵ Atualmente, muitas espécies estão extintas, outras em vias de extinção, tais como: salsaparrilha (*Smilax* spp.), cancorosa-de-três-pontas (*Iodina rhombifolia*), quina (*Chinchona calysaia*), tayuya (*Cayaponia* spp.), ipeca (*Psychotria ipecacuanha*), espinheira santa (*Maytenus ilicifolia*), pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*), cipó-mil-homens (*Aristolachia triangularis*), chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus*), fáfia (*Pfaffia glomerata*), guaçatonga (*Casearia sylvestris*), pacová (*Costus spiralis*), embaúba (*Cecropia glaziovii*) e erva-baleeira (*Cordia verbenaceae*). A grande procura por estas espécies está a exigir o estabelecimento de critérios para exploração, com vistas principalmente à preservação de espécies e a assegurar a qualidade dos produtos.

Economicamente, a diminuição de oferta provoca uma consequente valorização do produto (que, por sua vez, atua como força impulsionadora da exploração predatória), embora também estimule a busca de novos produtos com efeitos similares ou a própria sintetização do princípio ativo.

Santa Catarina possui grande potencial para entrar nesse mercado, dadas suas condições privilegiadas de clima, solo, vias de transporte, proximidade a grande centros urbanos e portos de escoamento. O mercado de plantas medicinais está em franca expansão, fato que, aliado às condições edafoclimáticas e de logística favoráveis ao seu cultivo em território catarinense, representa uma oportunidade para investimentos em indústrias de beneficiamento, laboratórios farmacêuticos e fitoterápicos, farmácias de manipulação, indústrias de extração de óleos essenciais, indústrias de alimentos dietéticos, indústrias de perfumaria e atividades correlatas à cadeia produtiva.

Dada a tendência de forte expansão do mercado, urge a necessidade de organização da cadeia produtiva, a começar pelo repasse de informações aos agricultores e operadores da cadeia produtiva.

É necessário um levantamento de todos os produtos existentes, dos que estão em fase de investigação científica, com vistas a prever com mais segurança, por exemplo, o desenvolvimento de novos produtos finais, cuja fabricação poderá implicar a utilização de espécies não exploradas pelo mercado na atualidade.

Dada a predominância de pequenas propriedades no estado, a incorporação de diversas espécies medicinais florestais em áreas de preservação surge como uma boa alternativa de enriquecimento do sistema natural e uma importante fonte de renda alternativa.

A introdução do cultivo de plantas medicinais e aromáticas permite também a promoção da agricultura biológica, a promoção da região de produção com efeitos benéficos para o turismo local e o desenvolvimento da cooperação e associação de agricultores, com reflexos positivos na melhoria da renda e da qualidade de vida do homem do campo e na redução do êxodo rural.

Oferta e demanda de produtos florestais

O cultivo de florestas para fins comerciais no Brasil passou a ter expressão econômica somente a partir da década de 60, quando da criação, pelo governo federal, dos incentivos fiscais para reflorestamento.

**Santa Catarina:
uma das regiões
de maior
produtividade
florestal do mundo.**

Santa Catarina é um dos mais importantes pólos de produção e exportação de madeira, papel e móveis do País. Com mais de 10% dos reflorestamentos nacionais (cerca de 650.000 hectares), o estado produziu em 1999 20% da madeira cultivada para fins industriais e foi responsável por 14% das exportações brasileiras de produtos florestais. A indústria catarinense de processamento mecânico da madeira é bastante voltada ao mercado externo, respondendo pela metade das exportações brasileiras de móveis e por mais de 20% do total das exportações de madeira beneficiada e derivados.

A excelência das condições de solo e clima para o desenvolvimento florestal caracteriza Santa Catarina como uma das regiões de maior produtividade florestal do mundo. A área reflorestada no estado cresceu sobretudo ao longo da década de 70 e até meados dos anos 80, passando de 128 mil hectares em 1970 para 564 mil hectares em 1985. Com o fim dos incentivos fiscais em 1988, reduziram-se drasticamente os plantios florestais em novas áreas, o que só foi retomado nos últimos anos.

Na última década intensificou-se a participação de pequenos agricultores no plantio de florestas e em 1996 registravam-se 67 mil estabelecimentos agrícolas com reflorestamento (87% com área total inferior a 50 hectares), representando mais de 17% da área reflorestada existente (média 1,7 hectares por produtor). A espécie predominante destes pequenos reflorestamentos é o eucalipto.

A escassez de madeira nativa, devido à rápida exaustão das florestas naturais e ao aumento das restrições legais à sua exploração, levou, aos poucos, ao aproveitamento de essências exóticas (especialmente pinus) na fabricação de múltiplos derivados da madeira, inclusive móveis. Em consequência, o consumo de madeira provinda de reflorestamentos, nas mais diversas formas de transformação industrial, cresceu bastante no período e continua em trajetória ascendente. Atualmente, estima-se que os recursos florestais cultivados suplantem os nativos em todos os produtos de origem florestal, exceção ao carvão vegetal, que possui uma parcela ainda superior de origem nativa.

O consumo estadual de carvão vegetal vem declinando ao longo do tempo e o de lenha tem-se mantido na faixa de 5 milhões a 6 milhões de metros cúbicos por ano. A tendência, a médio prazo, é de redução no consumo destes dois produtos pela substituição desta fonte de energia térmica na indústria cerâmica, metalúrgica, têxtil e florestal pelo gás natural ou por resíduos da indústria florestal, cuja produção é crescente.

Desde 1995, e de modo mais intenso a partir de 1999, o governo do estado de Santa Catarina vem empreendendo esforços para ampliar sua base florestal nas pequenas e médias propriedades agrícolas. Entre 1995 e 1999, foi aplicado R\$ 1,9 milhão em

ajudas e subvenções públicas no reflorestamento de 13.760 hectares em pequenas propriedades agrícolas, beneficiando 8.927 agricultores familiares.

O Programa Florestal Catarinense, implantado em 1999, busca fomentar a atividade florestal em um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, com o objetivo de aumentar a oferta de matéria-prima florestal no estado (meta de 140 mil hectares) e gerar novas oportunidades de trabalho e renda.

As exportações de produtos florestais apresentam tendência de aumento desde os anos 90 e já representam cerca de 23% do valor total das exportações catarinenses.

A médio prazo, espera-se um aumento da escassez de madeira de pinus em toras (de bitola grossa) e livre de nós para uso em laminação e móveis.

A demanda de madeira de reflorestamento pela indústria catarinense, crescente durante a última década, deve continuar aumentando nos próximos anos. A médio prazo, espera-se um aumento da escassez de madeira de pinus em toras (de bitola grossa) e livre de nós para uso em laminação e móveis.

No cenário de longo prazo, o setor florestal mundial aponta para um progressivo processo de reordenamento, no qual as florestas nativas terão um papel cada vez mais importante para a bioprospecção e o fornecimento de serviços ambientais (fixação de carbono, conservação do solo, regularização do regime hídrico, manutenção da paisagem e da biodiversidade e ecoturismo) e um papel secundário no fornecimento de madeira.⁴⁶

A demanda de madeira será cada vez mais suprida por florestas cultivadas de forma intensiva, com alta produtividade e em ciclos de rotação cada vez mais curtos. As espécies de pinus e eucalyptus terão papel preponderante no fornecimento de fibras industriais. As regiões tropicais e subtropicais do planeta deverão ampliar significativamente suas participações no fornecimento de madeira cultivada para a indústria, com destaque para os países do Cone Sul, na América Latina, especialmente o Brasil e o Chile.

O padrão competitivo do setor, no médio e longo prazo, seguirá cada vez mais baseado em estratégias de redução de custos⁴⁷, o que coloca a escala de produção e os custos sistêmicos como fatores críticos para a futura capacidade competitiva das regiões e das empresas.

Estas megatendências deverão levar o Brasil a ser um dos principais produtores e exportadores mundiais de produtos florestais cultivados, já que, além de tradição no mercado, dispõe de vastas extensões de terra e clima favoráveis a esta atividade. Neste contexto, a transformação industrial de produtos da ma-

⁴⁶ FAO. Unasylva, v. 52 n. 204, 2001.

⁴⁷ A tendência de médio e longo prazo é de baixo crescimento da demanda mundial por produtos da madeira, comoditização dos produtos, concentração e elevação da escala das plantas industriais e, principalmente, das operações comerciais em escala global.

deira oriunda de florestas cultivadas se coloca como uma grande oportunidade para a economia catarinense, que conta com uma base florestal e de transformação.

A transformação destas vantagens comparativas em vantagens competitivas e sua sustentação vão depender do esforço coletivo que vier a ser feito em direção ao aumento da escala, à melhoria da eficiência e à redução de custos ao longo de toda a cadeia produtiva. As possibilidades de inserção competitiva da agricultura familiar no desenvolvimento florestal catarinense, com sua crescente capacidade de fornecimento de matéria-prima, vão depender de sua capacidade organizadora e da construção de sistemas agroindustriais localizados, de modo a transpor suas limitações ligadas à pequena escala de produção.

Há uma tendência de aumento da participação das propriedades agrícolas no fornecimento de matérias-primas à indústria de base florestal. Há indicativos de que o reflorestamento em pequenas e médias propriedades agrícolas seja incentivado, de forma crescente, tanto por programas públicos como por ações de fomento do setor privado.

Há um bom potencial de utilização do pinheiro brasileiro na silvicultura para produção de madeira. Para este aproveitamento, é fundamental a realização de investimentos em pesquisas visando desenvolver o potencial produtivo da espécie.

É importante que sejam destinados mais recursos para a pesquisa, ao aproveitamento das espécies florestais nativas, muito pouco estudadas no Brasil, como alternativas de renda complementar para os pequenos produtores.

Perspectivas do mercado de flores e plantas ornamentais

A floricultura desponta como importante atividade para a agricultura familiar, tanto pelo número de postos de trabalho que pode gerar, quanto pelo elevado valor da produção por unidade de área.

A floricultura brasileira cresceu, na segunda metade da década de 90, cerca de 20% ao ano, e continua se expandindo em diversos estados. Em 1998, registravam-se 2.545 produtores no País, cultivando uma área de 4.850 hectares, gerando um faturamento da ordem de R\$ 322 milhões. Estima-se que a cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais gere, atualmente, cerca de 50 mil empregos (45% na produção, 11% na distribuição e serviços de apoio e 45% no comércio varejista).

Em Santa Catarina, a floricultura desponta como importante atividade para a agricultura familiar, tanto pelo número de postos de trabalho que pode gerar, quanto pelo elevado valor da produção por unidade de área. As condições climáticas favoráveis permitem que aproximadamente 90% da área catarinense seja utilizada para cultivo de plantas de jardins, com tecnologias de custo relativamente baixo.

O estado é o terceiro maior produtor nacional, apesar de contar com apenas 7% da produção e 5,3% de participação no total das vendas brasileiras, atrás de São Paulo, com 74,5%, e do Rio Grande do Sul, com 8,7%. (Tabela a seguir).

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FLORES NO BRASIL, POR ESTADO/REGIÃO - 1998

ESTADO/ REGIÃO	Nº DE PRODUTORES	ÁREA CULTIVADA (ha)			VENDAS		
		Campo	Estufa	Total	Part. (%)	R\$ milhões	Part. (%)
São Paulo	1.500	2.748	709	3.457	71,3	240,0	74,5
Rio de Janeiro	100	70	10	80	1,6	8,0	2,5
Minas Gerais	350	100	18	118	2,4	11,8	3,7
SUDESTE	1.950	2.918	737	3.655	75,4	259,8	80,6
Paraná	90	100	80	180	3,7	9,0	2,8
Santa Catarina	115	300	40	340	7,0	17,0	5,3
Rio G. do Sul	270	520	50	570	11,8	28,0	8,7
SUL	475	920	170	1.090	22,5	54,0	16,8
NORDESTE	80	30	30	60	1,2	5,0	1,6
CENTRO-OESTE	20	20	5	25	0,5	2,0	0,6
NORTE	20	10	10	20	0,4	1,5	0,5
BRASIL	2.545	3.898	952	4.850	100,0	322,3	100,0

FONTE: Adaptada de Augusto Aki e LL Consultores.

A produção catarinense de flores e plantas ornamentais, até 1998 concentrada no norte do estado, está se difundindo lenta mas continuamente em todo o território. As principais regiões produtoras estão localizadas no Litoral Norte, Litoral Centro e no Vale do Itajaí; além destas, existem outras com potencial de produção e condições climáticas favoráveis para o estabelecimento de plantas ornamentais (como a região Oeste e a Planalto Sul) e para o cultivo de plantas de jardim e flores de corte de clima temperado.

O mercado nacional de flores e plantas ornamentais é caracterizado por forte sazonalidade, concentrando-se a demanda em datas comemorativas (dia das mães, dia dos namorados, finados, entre outras). Nos últimos anos, este mercado vem crescendo rapidamente. A estimativa de faturamento do comércio varejista de flores e plantas ornamentais em 1999 foi da ordem de US\$ 1,2 bilhão, representando um crescimento de 71% em relação a 1995.

A produção catarinense é vendida principalmente para os mercados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Em relação ao mercado internacional - estimado em cerca de US\$ 6,7 bilhões por ano -, as exportações brasileiras de flores representam apenas 0,2% do total e têm-se mantido estáveis em US\$ 12,3 milhões por ano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Floricultura - Ibraflor -, esta é uma participação inexpressiva, considerando o potencial do País para a produção de flores.

Principais problemas da floricultura catarinense

Na produção, os problemas mais comuns são: falta de uma instituição ou órgão que detenha e concentre as informações tecnológicas e de mercado referentes às diversas etapas do sis-

tema produtivo, individualismo e baixo nível de profissionalização dos produtores, desinteresse das lideranças empresariais que ainda não vêem no setor uma opção de investimentos, falta de políticas específicas de apoio ao setor, falta de tecnologias adequadas às condições locais e regionais, falta de profissionais com os conhecimentos necessários para a pesquisa, assistência técnica e extensão rural, carência de produtos fitossanitários específicos para a atividade, inexistência de normas e padrões de qualidade para os produtos, inexistência de linhas de crédito e financiamento específicos, etc.

Após a colheita, os problemas mais comuns são: falta de mão-de-obra operacional qualificada, falta de tecnologias de conservação adequadas e específicas para cada produto, falta de técnicos com conhecimento de pós-colheita e marketing, falta de material instrucional e didático, inexistência de normas e padrões de qualidade para embalagens e falta de meios de apoio logístico, como, por exemplo, uma instituição que proporcione o monitoramento de safras e mercados para o planejamento da produção, estudos de custos e preços dos insumos e da produção, e outros.

Na distribuição para o mercado atacadista, os principais problemas são: falta de mão-de-obra operacional qualificada, falta de especialistas para monitoramento/orientação, inadequação dos meios de transporte para as flores, inadequação das instalações do comércio atacadista, entre outros.

No comércio varejista destacam-se os seguintes problemas: inadequação das instalações do comércio varejista, carência de material publicitário, desconhecimento do mercado nacional e internacional, inexistência de ações de promoção e marketing, etc.

Perspectivas e desafios

Estima-se que o consumo potencial brasileiro seja pelo menos o dobro do atual. O consumo real, que em 1994 era US\$ 3,00 per cápita, duplicou em 1998, passando para US\$ 6,00, mas continua sendo baixo se comparado com o de outros países, como a Noruega, que tem um consumo per cápita de US\$ 143, a Alemanha, de US\$ 137, os Estados Unidos, de US\$ 36 e a Argentina, de US\$ 25. Estes números confirmam a tendência de continuidade de crescimento do negócio no Brasil para o período 2001-2010, principalmente se houver uma expansão da economia mundial e nacional, com aumento das oportunidades de trabalho e melhoria da renda da população.

Em Santa Catarina, embora incipiente, o setor está se organizando e já conta com diversas estruturas associativas. A Associação de Produtores de Plantas Ornamentais do Estado de Santa Catarina - Aproesc - foi fundada em 1988 e participa atualmente dos Conselhos e da Diretoria do Instituto Brasileiro de Floricultura - Ibraflor.

A criação, em 1993, da Câmara Setorial de Plantas Ornamentais e Medicinais representou uma sinalização do governo de que estas atividades são importantes para o desenvolvimento do espaço rural catarinense.

É recomendável que os agentes da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais participem do Programa Estadual de Promoção de Exportações - PEE -, para o qual convergem e se mobilizam todas as instituições com potencial para o comércio exterior. A Agência de Promoção das Exportações - Apex -, ligada ao Sebrae e ao governo federal, também poderá apoiar o setor para a obtenção de novas linhas de financiamento e melhoria da estrutura para capacitação, identificação de mercados e de parceiros no exterior.

Perspectivas da demanda de produtos da Pesca e da Aqüicultura

A captura de pescados pela pesca industrial brasileira vem-se mantendo estável em cerca de 800 mil toneladas anuais. O Brasil, apesar de sua extensa costa, é um país importador de pescados.

Santa Catarina passou, durante a década de 90, da condição de superavitária para deficitária na produção/captura de pescado para atender à sua indústria de beneficiamento.

A aqüicultura (piscicultura de água doce e maricultura) em Santa Catarina teve um importante desenvolvimento nos últimos dez anos. A produção de peixes de água doce evoluiu de 1,5 mil toneladas em 1990 para 17 mil toneladas em 2000. Estima-se que dos 23.000 piscicultores existentes atualmente, cerca de 5.000 produzem peixes comercialmente. Boa parte dos piscicultores comerciais participa de associações, que já somam 64 em Santa Catarina. Estes piscicultores, na sua grande maioria, são pequenos agricultores que têm na criação de peixe uma atividade complementar. Muitos deles converteram pequenas áreas de lavoura e pastagem para a piscicultura.

Embora a piscicultura de água doce seja desenvolvida em todo o estado de Santa Catarina, as regiões mais importantes, em termos de número de criadores e de volume de produção, são o Vale do Itajaí, o Litoral Norte, o Oeste e a Região de Tubarão. Nos últimos anos, houve um grande crescimento da criação de peixes pelo sistema policultivo (cultivo de diferentes espécies em um mesmo tanque), o que tem permitido reduzir substancialmente os custos de produção do pescado.

Do volume total de peixes de água doce atualmente produzido, 40% é vendido vivo para outros estados - onde se destina à pesca esportiva - e 20% é comercializado para pesca esportiva no estado (pesque-pague). O restante da produção distribui-se

entre a venda direta ao consumidor, venda a peixarias e às indústrias. Atualmente, existem quatro empresas que abatem peixes de água doce no estado e produzem filés de carne de peixe.

A produção de camarões cultivados (carcinocultura) é desenvolvida numa área alagada de 270 hectares (2001), envolvendo pequenos, médios e grandes produtores. Embora necessite de investimentos iniciais relativamente grandes, a atividade apresenta um bom potencial de expansão a médio prazo, com maior tendência de crescimento nas médias e grandes propriedades.

A pesca artesanal tem apresentado uma pequena redução no número de pescadores nos últimos anos. A maricultura (especialmente a criação de mexilhões e ostras) vem se transformando numa importante alternativa de reconversão e de renda para os pescadores artesanais: muitos deles passaram a se dedicar à maricultura como atividade paralela ou simplesmente substituindo a pesca.

A maricultura desenvolveu-se bastante nos anos 90 em Santa Catarina; atualmente, a criação de moluscos envolve 850 criadores, com uma produção de 11.365 toneladas de mexilhões e 762 mil dúzias de ostras no ano de 2000. Para a criação de ostras, as sementes são produzidas no único laboratório existente no estado, pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -, cuja produção anual está limitada a 12 milhões de sementes de ostras-do-pacífico (espécie ostrajaponesa ou do-pacífico, denominada cientificamente de *crassostrea gigas*).

A criação de mexilhões envolve o maior número de maricultores em Santa Catarina. As sementes de mexilhões são coletadas através de coletores manufaturados (artefato feito pelo próprio maricultor, que facilita a coleta de sementes dentro da área de cultivo) ou junto aos bancos naturais existentes nos costões.

Nos últimos anos, vêm sendo realizadas experiências de criação de vieiras. A atividade tem-se mostrado bastante promissora para a maricultura. Um dos limitantes é a produção de sementes, uma vez que são trazidas da Baía de Ilha Grande em Angra dos Reis, onde são produzidas em laboratórios em condições ainda precárias.

Dado o contexto, os especialistas do setor apontam as seguintes tendências e oportunidades para esta década:

Tendências para 2010

- A demanda brasileira de produtos da pesca e da aqüicultura (frescos e industrializados) deverá crescer cerca de 25% nos próximos seis a sete anos.

- Há um mercado potencial bastante promissor, nos grandes centros urbanos do País, para os moluscos criados em Santa Catarina.
- Devido ao aumento do número de produtores⁴⁸, da área média alagada e da produtividade, a produção de peixes de água doce em Santa Catarina deverá crescer 50%.
- Parte crescente da produção catarinense de peixes de água doce será destinada à indústria do pescado e parte da industrialização deverá ser realizada pelos próprios piscicultores, através de associações e cooperativas.
- Deverá diminuir gradativamente a importância econômica e social da pesca artesanal em Santa Catarina e parte dos pescadores artesanais dedicar-se-á também à maricultura ou substituirá a pesca pela criação de mexilhões, ostras e vieiras.
- O cultivo de camarão deverá atingir 2.500 hectares de área alagada, envolvendo 500 criadores, em boa parte médios e grandes, e a produção de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras) deve-se aproximar das 80 mil toneladas, envolvendo 5 mil produtores.
- O dinamismo na piscicultura e maricultura deve produzir, como efeito multiplicador, o desenvolvimento da indústria de insumos e equipamentos para este setor.
- A expansão das atividades de maricultura certamente aumentará os riscos de conflito de uso do espaço marinho, em especial com a pesca artesanal e a área de turismo e lazer náutico.

Oportunidades e fatores impulsionadores

O nível de organização dos produtores, a experiência e o conhecimento tecnológico acumulado, o apoio e envolvimento do estado, a disponibilidade de mão-de-obra nas pequenas propriedades agrícolas, a disponibilidade de alevinos, a abundância de recursos hídricos, a complementaridade com outras atividades, os baixos custos de produção da consorciação suínos-peixe, as possibilidades de produção do arroz ecológico pela consorciação arroz-peixe, o crescente aumento da demanda por produtos da pesca e da aquíicultura, bem como o aumento do interesse pela pesca esportiva são fatores positivos para o desenvolvimento da piscicultura e que, se bem aproveitados, poderão impulsionar a atividade em Santa Catarina.

Fatores restritivos e desafios ao desenvolvimento da atividade.

A existência de mercados em crescimento nos grandes centros urbanos do País, a alta produtividade das águas marinhas catarinenses para a maricultura, os baixos investimentos requeridos nas criações, a experiência e o conhecimento tecnológico acumulado, a existência de estruturas de formação de recursos humanos e o forte envolvimento do estado e das universidades são oportunidades e pontos fortes que se constituem em fatores impulsionadores da maricultura em Santa Catarina.

⁴⁸ Até 2010, o número total de piscicultores deverá aumentar em 5.000 e o de piscicultores comerciais deverá passar dos atuais 5.000 para 7.000.

O desenvolvimento da aqüicultura no estado dependerá da eliminação de alguns fatores restritivos e do enfrentamento de desafios, entre os quais se destacam:

- o risco de má imagem junto aos consumidores, relativa à qualidade do pescado produzido em consórcio com a suinocultura;
- o risco da ação de ambientalistas, que consideram a piscicultura uma atividade potencialmente poluidora;
- a falta de um plano diretor para ordenamento e normatização desta atividade no espaço rural (aspectos ambientais, tecnológicos, entre outros, relacionados ao licenciamento ambiental), para assegurar o equilíbrio ambiental, o uso sustentado dos recursos naturais, bem como para resolver os conflitos de uso e permitir a gestão das áreas marinhas;
- a deficiente infra-estrutura de produção de sementes de ostra, que impõe o desafio da construção de novos laboratórios para atender à demanda;
- a deficiente capacitação dos maricultores para a gestão de suas atividades;
- a deficiente infra-estrutura de comercialização e o fraco grau de organização do processo de escoamento dos produtos da maricultura;
- os riscos de entrada de doenças existentes em outros países que poderiam afetar a carcinocultura catarinense (seja por disseminação de material genético contaminado, seja trazidas por navios através da descarga de lastros d'água contaminada);
- custos de produção de larvas de camarão maiores no Sul do que no Nordeste brasileiro, os quais obrigam a desenvolver tecnologias para superar esta desvantagem competitiva.

Perspectivas da demanda de fumo

A produção brasileira de fumo destina-se não só à fabricação interna de cigarros, como, e principalmente, à exportação (entre 60% e 70% do total produzido). É cultivado normalmente por pequenos produtores, que mantêm contratos de integração com as agroindústrias do tabaco. Estas empresas coordenam o ritmo do plantio, estimulando-o ou desestimulando-o de acordo com suas estratégias de competição e de acordo com a evolução do mercado internacional.

Nos últimos anos, em função da elevação dos estoques mundiais, as cotações internacionais tenderam à baixa, refletindo-se em diminuição da área cultivada tanto no Brasil quanto em Santa Catarina.

Diante da intensa campanha contra o tabagismo em todo o mundo, as perspectivas são de que a demanda mundial nesta

década se mantenha próximo aos patamares atuais (com a redução mundial de consumo sendo compensada pelo aumento na Rússia, na China e na Índia). Por isso, as perspectivas para os próximos anos são de alguma estabilidade nos preços, a menos que ocorram importantes frustrações de safra.

Com o mercado mundial relativamente estável e face às inovações tecnológicas (especialmente nas etapas de plantio, colheita e pós-colheita, reduzindo a utilização de mão-de-obra), a tendência é de concentração da produção e diminuição do número de produtores.

Perspectivas da demanda de Mandioca

Mais de 90 países cultivam a mandioca, cujos derivados alimentam mais de quinhentos milhões de pessoas. A produção mundial tem o seguinte destino: 58% para a alimentação humana, 27% para consumo animal e 15% para indústrias. O consumo mundial per cápita é de cerca de 18 kg/hab/ano.

No Brasil, é cultivada em quase todo o território e absorve muita mão-de-obra. As Regiões Norte e Nordeste respondem por mais de 60% da safra e são também as maiores consumidoras de raiz e farinha, enquanto, no Centro-Oeste e Sul, boa parte da produção é transformada em farinha e fécula.

Em Santa Catarina, nos últimos anos, a área cultivada vem declinando. A produção também é influenciada pela safra paranaense, que, por sua vez, oscila de acordo com a demanda nordestina. No sul, destina-se principalmente ao fabrico de farinha e polvilho; no Alto Vale, principalmente à indústria de fécula, e no oeste é muito utilizada na alimentação animal.

A produtividade da cultura no estado poderia ser elevada em até 40%, com o emprego de tecnologias mais apropriadas, enquanto que um melhor controle de qualidade do produto pode propiciar maiores ganhos de renda.

Estima-se que no decênio 2001 a 2010 a produção nacional possa vir a situar-se entre 24 milhões e 25 milhões de toneladas anuais, mantendo sua importância na alimentação humana e animal em boa parte do território.

Nas Regiões Norte e Nordeste, o número de produtores deverá manter-se constante até 2005, devendo decrescer a partir daí. Nas demais regiões, o número de produtores deverá cair significativamente, em decorrência da menor disponibilidade de mão-de-obra familiar e da pouca rentabilidade da cultura. Estima-se, por conseqüência, que em Santa Catarina venha a ser cultivada por menos de 35 mil agricultores (redução de 50% do total).

O consumo nacional de farinha, cujo coeficiente elasticidade-renda é negativo (-0,364), deverá manter-se estável até 2005, declinando ligeiramente entre 2005 e 2010. No entanto, a demanda por fécula (polvilho azedo e amido industrial) deverá continuar crescendo até 2010.

A demanda de polvilho, dado seu valor nutritivo e a tradição no uso caseiro, deve continuar crescendo. Da mesma forma, deve aumentar a demanda de subprodutos por parte de confeitarias, padarias, supermercados e pequenas agroindústrias, significando uma alternativa de agregação de renda para os agricultores familiares.

A demanda nacional por subprodutos da fécula - indústria química, alimentícia, metalúrgica, papelreira, têxtil, farmacêutica, plástica, frigorífica, petrolífera (perfuração de poços), também deverá continuar crescendo, o que abre possibilidades adicionais de agregação de renda.

O Brasil deverá aumentar sua participação no mercado internacional de amidos modificados. O emprego de novas tecnologias industriais na fabricação de produtos biodegradáveis (em curso em algumas empresas) deverá possibilitar ao setor conquistar novos mercados, em especial na Europa, cujos países consomem anualmente mais de dois milhões de toneladas de amido.

Considera-se muito plausível que aumentem os investimentos em novos projetos, de olho numa fatia do mercado que deverá atingir um volume de vendas em torno de 4,5 milhões de toneladas de amido nos próximos dez anos, representando valores da ordem de 1 bilhão de dólares.

Todavia, face, principalmente, à escassez de mão-de-obra e à baixa rentabilidade financeira desta cultura para os agricultores, é pouco provável que se reverta a tendência de redução da área cultivada e de queda na produção em Santa Catarina. A tendência é o cultivo de mandioca expandir-se nos estados do Nordeste, que apresenta melhores condições de competitividade.

Diretrizes para o desenvolvimento da agricultura familiar (Sugestões dos Autores)

Num contexto de globalização de mercados, a competitividade de qualquer empreendimento - no caso, a agricultura familiar - depende de um conjunto de medidas articuladas entre si que apontem para objetivos concretos, a partir de quatro níveis do

sistema (meta, macro, micro e meso)⁴⁹ e também da adoção de um conceito pluridimensional de gestão do processo, que se compõe de competência, diálogo e tomada conjunta de decisões pelos grupos importantes de atores.

*“Os países mais competitivos, atualmente, não são aqueles que apostam unicamente na competitividade de empresas que operam isoladamente, num contexto de livre comércio incondicional e com um Estado que se limita a regulamentar e monitorar a economia. Na nova economia, os países mais competitivos são os que trabalham ativamente para criar vantagens de localização e competitividade”.*⁵⁰

Como já exposto neste trabalho, o desenvolvimento da agricultura familiar e da pesca artesanal em Santa Catarina dependerá, sobretudo, das ações sinérgicas entre o Estado e os atores sociais para assegurar sua competitividade.

Parece evidente que a grande maioria dos cerca de 200.000 agricultores ainda na ativa não têm perspectivas de futuro produzindo “commodities” e alimentos de baixo valor.

O momento é, portanto, de ajuste de percurso e de definição de novas orientações estratégicas.

As considerações a seguir enunciadas constituem uma reflexão nesta direção, cujo objetivo principal é o de convidar os principais atores do setor agrícola para um esforço conjunto no sentido de construir diretrizes de políticas para o desenvolvimento do espaço rural catarinense, de promover uma maior inserção dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais na economia e de engajar esforços conjuntos para induzir melhor qualidade de vida no espaço rural.

É importante ressaltar aqui a estreita conexão do conjunto da economia com o setor agrícola e pesqueiro. O que ocorre no conjunto da economia nacional afeta diretamente a economia agrícola, o que pressupõe tratar o tema sob múltiplos prismas.

1. Desafios e tendências

Um dos grandes desafios da humanidade para a década vindoura será produzir alimentos suficientes para nutrir 6 bilhões de pessoas e reduzir o percentual das que passam fome.

As principais áreas ainda disponíveis para expandir a produção em volume capaz de assegurar o alcance destes objetivos situam-se em regiões de clima quente, entre as quais o Brasil.

⁴⁹ Consultar a este respeito Esser, K., Hillebrand, W., Messner, D. e Meyer-Stammer, J. *Competitividad sistémica. Competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas*. Instituto Aleman de Desarrollo. Estudios e informes 11/1994. Berlin.

⁵⁰ Op cit.

A produção de alimentos básicos terá que ser obtida em larga escala, o que pressupõe grandes áreas mecanizáveis. Santa Catarina, com exceção de poucas regiões, das atividades agrícolas “fora do solo” (avicultura e suinocultura, por exemplo) e da aquíicultura, reúne poucas condições de competitividade para tal.

É também praticamente certo que haverá uma crescente abertura dos mercados e, por mais paradoxal que possa parecer, haverá, ao mesmo tempo, continuidade nas políticas de ajuda à agricultura nos países ricos. É um fator que afetará negativamente a competitividade do segmento de nossa agricultura que está baseado na produção de alimentos de baixo valor e no uso de tecnologias convencionais. Mas representa uma oportunidade para conquistar novos mercados com produtos de alta qualidade e valor.

Os vetores adversos supramencionados contribuirão para acelerar o êxodo rural em Santa Catarina, mantida a abordagem tradicional das políticas para o setor.

A tendência do consumo alimentar, por sua vez, aponta para a diversificação e segmentação dos mercados, com crescente importância para os alimentos especiais (alimentos funcionais, alimentos não-nocivos à saúde, alimentos com características organolépticas típicas, etc.). Os consumidores tendem a ser mais exigentes quanto à origem, à composição e ao modo de produção destes alimentos. É uma oportunidade para os agricultores familiares e pescadores artesanais do estado.

Os cidadãos tornam-se cada vez mais exigentes também com a sustentabilidade das atividades econômicas, em especial no que se refere ao impacto sobre o meio ambiente e a biodiversidade e ao nível de bem-estar dos homens e dos animais. Isto significa que a alocação de recursos deverá considerar não só as variáveis econômicas, mas também as ambientais, as sociais e as culturais. Esta tendência constitui outra oportunidade para a agricultura familiar e a pesca artesanal do estado.

2. A multifuncionalidade da agricultura familiar

A agricultura catarinense, de caráter predominantemente familiar, não só desempenha um papel na produção de alimentos e matérias-primas (com grande efeito multiplicador sobre outros segmentos da economia), como contribui para a ocupação do espaço rural, para a manutenção da paisagem, para a manutenção do meio ambiente e para a preservação da cultura.

A manutenção da paisagem, a preservação dos recursos naturais, a ocupação do espaço rural e a preservação dos valores culturais são atividades não remuneradas pelo mercado,

mas cujos benefícios alcançam o conjunto da sociedade brasileira.

As medidas de política agrícola têm tido alcance limitado, além de insuficientes para promover, por si sós, o desenvolvimento sustentável do espaço rural. A multifuncionalidade do setor requer, por isto, o desenvolvimento de novas estratégias de apoio.

3. Visão de futuro para a agricultura catarinense

Numa visão de futuro, o agricultor familiar e o pescador artesanal, para serem competitivos, terão que produzir com alta qualidade e produtividade, elevada competência técnico-gerencial e estar tecnologicamente atualizados.

Deverão ter elevada consciência ética e ambiental e estar comprometidos com a biodiversidade e a qualidade de vida.

A visão de futuro para agricultura familiar e a pesca artesanal catarinense, que o Instituto Cepa/SC julga a mais apropriada para o cenário que se vislumbra como tendência - possível de ser alcançada até 2010 -, é a de uma agricultura com as seguintes características:

- **fornecedora de alimentos e outros produtos e serviços de qualidade e valor que atendam às novas exigências dos mercados;**
- **capaz de assegurar mais renda e qualidade de vida aos agricultores familiares e pescadores artesanais;**
- **utilizadora de tecnologias ambientalmente corretas, poupadoras de energia e de recursos naturais e respeitadoras dos animais;**
- **reconhecida pela manutenção da paisagem e pela preservação da cultura no espaço rural;**
- **capaz de proporcionar, através do exercício da cidadania, um ambiente fértil ao desenvolvimento social, cultural e político no espaço rural.**

4. Diretrizes estratégicas sugeridas

Para configurar uma agricultura familiar com a visão caracterizada acima, a equipe técnica do Instituto Cepa/SC está sugerindo um conjunto de 17 diretrizes estratégicas, que a seguir são apresentadas à sociedade catarinense para análise crítica e aperfeiçoamento.

4.1. Priorizar a ação pública para alternativas que atendam às novas exigências de mercado.

Esta diretriz pode ser implementada através de ações para:

- estimular a agricultura e a pecuária orgânicas;
- estimular a cadeia produtiva de plantas medicinais e aromáticas;
- estimular a maricultura e a aqüicultura;

- estimular os produtores organizados a participar de feiras e eventos promocionais (regionais, nacionais e internacionais);
- disponibilizar tecnologias de produtos e processos (inclusive com desgravamento de bens e insumos importados).

4.2. Valorizar o “território” (valorização da interação homem-produto-espaco geográfico).

A valorização do território constitui uma importante estratégia para diferenciar a produção catarinense e agregar renda à atividade dos agricultores familiares.

Os produtos típicos da agricultura familiar catarinense, como seus queijos, embutidos, doces e outros, são o resultado de um saber-fazer tradicional, transmitido de geração em geração.

A qualidade destes produtos típicos resulta de uma estreita relação entre o saber-fazer (o homem) e as características das distintas zonas agroclimáticas existentes no território catarinense (o território), que propiciam sabores, cores e aromas únicos. O mercado mundial de alimentos é hoje fortemente demandador destes produtos.

Estes produtos típicos, resultantes da interação homem-produto-território, necessitam ser valorizados para propiciar novas oportunidades de renda e emprego.

A incorporação dos atributos do território e do saber-fazer ao valor destes produtos pode ser alcançada com ações na seguinte direção:

- identificação e valorização dos produtos típicos e seu saber-fazer, bem como das competências territoriais;
- implementação de mecanismos oficiais de garantia de qualidade e origem;
- investimentos em marketing para promover os produtos de território.

4.3. Estimular o desenvolvimento de formas organizativas voltadas à produção e ao mercado.

Para acessar mercados e concorrer no novo sistema agroalimentar, os produtores deverão desenvolver novas competências, em especial quanto às formas de organização para coordenar a produção, controlar a qualidade, alcançar escala e dominar estratégias de mercado.

Tornam-se importantes, visando:

- promover o intercâmbio para conhecimento de experiências em andamento (conhecer a “melhor prática”);
- priorizar os serviços de apoio (crédito, assistência técnica, tecnologia) para iniciativas de grupos de pequenos produtores;
- apoiar a formação de redes de complementaridade e cooperação;
- facilitar o acesso ao crédito (investimento e custeio) para iniciativas de caráter local e regional, objetivando agregar renda para os produtores familiares e facilitar o acesso aos mercados.

4.4. Desenvolver o empreendedorismo.

O estímulo ao empreendedorismo pode ser realizado através de ações com vistas a:

- desburocratizar processos legais para implantação e funcionamento de pequenas agroindústrias rurais;
- proporcionar estímulos para novas iniciativas (inclusive com desgravação de taxas e impostos);
- capacitar os produtores para atuar nos mercados de forma mais “agressiva”;
- facilitar o acesso ao crédito, em especial quando destinado a investimentos.

4.5. Estimular organizações de produtores para o desempenho de novas funções ao longo das cadeias produtivas (verticalização da produção).

Sugerem-se as seguintes ações:

- investir em cadeias produtivas de alta densidade econômica (capazes de propiciar maior renda por unidade de área, tais como hortigrangeiros, produtos orgânicos, ervas medicinais e aromáticas, floricultura, aquicultura, apicultura, etc.);
- apoiar o desenvolvimento de agroindústrias rurais (da agricultura e pesca familiar);
- adequar a legislação previdenciária, sanitária, ambiental e tributária às características dos pequenos agronegócios;
- disponibilizar tecnologia e capacitação;
- adequar os serviços públicos às novas necessidades dos produtores familiares.

4.6. Incentivar a formação de redes de agronegócios da agricultura familiar e da pesca artesanal.

- Disponibilizar informação de mercado e para o gerenciamento estratégico dos pequenos agronegócios.

- Promover intercâmbio técnico e comercial, em especial para conhecimento de experiências bem-sucedidas (“melhor prática”).
- Promover a constituição de consórcios para solução de interesses comuns.
- Apoiar o desenvolvimento de serviços de suporte logístico (facilitação).

4.7. Incentivar o desenvolvimento e o uso de tecnologias para cadeias produtivas de produtos orgânicos (matérias-primas, alimentos, ervas medicinais e aromáticas e outros).

Ações sugeridas para o desenvolvimento de agronegócios com produtos orgânicos:

- apoiar o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à produção orgânica;
- inventariar pesquisas e tecnologias não-agressoras do ambiente e da saúde;
- identificar e viabilizar a utilização de centros de tecnologias não agressoras ao ambiente e ao homem (pesquisa e capacitação);
- capacitar produtores no uso de tecnologias “limpas”.

4.8 Valorizar a produção de produtos e alimentos orgânicos

Ações sugeridas:

- conscientizar produtores e consumidores sobre o valor nutricional dos alimentos orgânicos para a saúde e para o meio ambiente;
- incentivar pesquisas sobre nutrição e saúde;
- alocar recursos de crédito e de assistência técnica e comercial para empreendimentos agroecológicos;
- apoiar a certificação de produtos e alimentos orgânicos.

4.9 Incentivar o uso de tecnologias poupadoras de produtos de síntese química.

Sugere-se:

- desenvolver tecnologias de manejo integrado;
- estimular o uso de equipamentos poupadores de agrotóxicos e fertilizantes químicos;
- propiciar capacitação e difusão de conhecimento para uso adequado destas tecnologias.

4.10 Desenvolver ações para conservar e usar racionalmente os recursos hídricos.

Ações indicadas:

- estimular o desenvolvimento e o uso de tecnologias poupadoras de água;
- estimular a recuperação e proteção de mananciais;
- estimular a criação e o funcionamento de comitês de bacias hidrográficas e agências de água.

4.11 Incentivar o uso de tecnologias respeitadoras dos animais e de menor impacto ambiental.

Medidas:

- delimitar o adensamento de animais nas criações;
- implementar normas mais restritivas de contaminação do ar, do solo e da água por dejetos;
- incentivar pesquisas para desenvolver tecnologias e equipamentos redutores do volume de dejetos;
- adequar a legislação pertinente aos padrões legislativos internacionais;
- capacitar produtores e empreendedores no uso de tecnologias “limpas”.

4.12 Apoiar o uso de energias alternativas.

Propõe-se:

- apoiar e financiar o uso de energia eólica e solar;
- apoiar e financiar pequenas usinas hidroelétricas;
- pesquisar e incentivar o uso de biomassa como fonte energética

4.13 Valorizar a territorialidade (riquezas resultantes da interação homem-produto-espaço geográfico).

Principais ações sugeridas:

- identificar e valorizar riquezas típicas regionais (gastronômicas, artesanais, do folclore, da religiosidade, etc.);
- identificar, valorizar e certificar produtos agrícolas e alimentos típicos regionais;
- desenvolver estratégias de marketing para promover os distintos “territórios” do espaço rural;
- facilitar o acesso ao mercado para os produtos e as riquezas regionais típicas;
- estimular a implantação de pontos comerciais administrados pelos produtores para venda direta de produtos típicos e artesanato (inclusive assegurando espaços ao longo das rodovias federais e estaduais).

4.14 Valorizar a multifuncionalidade da agricultura e da pesca familiar.

Esta diretriz é importante para valorizar a territorialidade do espaço rural catarinense, potencializar investimentos em agroturismo e manter vivo o tecido social no campo, reduzindo o êxodo rural. Principais ações sugeridas:

- estimular os agricultores familiares a conservar os recursos naturais e a manter a paisagem;
- redirecionar parte dos recursos do programa florestal para essências autóctones;
- adequar a legislação para possibilitar o uso planejado e sustentável de recursos vegetais autóctones.

4.15 Estimular o turismo no espaço rural.

Ações sugeridas:

- financiar investimentos em agroturismo, em valorização da paisagem e da arquitetura típica regional;
- propiciar capacitação em agroturismo e atividades correlatas para os produtores e pescadores;
- desenvolver estratégias de marketing para promover o turismo no espaço rural catarinense;
- valorizar a cultura regional e estimular eventos culturais no espaço rural;
- estimular eventos culturais no espaço rural;
- apoiar a manutenção e valorização de antigas instalações artesanais para enriquecer a infra-estrutura de apoio ao agroturismo (engenhos de farinha, atafonas, serrarias, ferrarias, rodas d'água, monjolos, adegas, vilas de pescadores artesanais e seus equipamentos, etc.);
- adequar a legislação tributária e ambiental.

4.16 Buscar maior representatividade política para a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Ações propostas:

- estimular a organização política dos produtores rurais e pescadores;
- garantir no Cederural e instâncias de interesse do setor maioria de participação aos produtores;
- valorizar a ação dos fóruns e instâncias participativas.

4.17 Estimular o “empoderamento” dos produtores rurais e pescadores artesanais.

Sugere-se:

- estimular a construção de redes de solidariedade e cooperação mútua;

- apoiar o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas do capital humano;
- estimular a participação dos produtores e pescadores na formulação de políticas públicas;
- descentralizar e harmonizar as ações do Estado de interesse dos produtores e pescadores.

ANEXOS

Anexo I Glossário e Conceitos

Agricultor Familiar: é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Agroindústria Rural: atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas de pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Alicamento: neologismo derivado da junção das palavras alimentos com medicamentos. Vem sendo muito empregado para designar os alimentos funcionais, isto é, os alimentos cujas características nutricionais desempenham funções na recuperação ou manutenção da saúde, como os alimentos dietéticos, os suplementos minerais e vitamínicos e os alimentos fitoterápicos.

Alimento nutracêutico: termo às vezes empregado como sinônimo de alicamento.

Cadeia Produtiva: noção, baseada na teoria de sistemas, que diz respeito ao itinerário seguido por um produto, ou conjunto de produtos, ao longo do sistema agroalimentar (produção, transformação, distribuição) e aos fluxos a ele ligados (consumo de energia, suprimentos, etc.).

Capital Social: refere-se à coerência interna, social e cultural da sociedade, às normas e valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições nas quais estão inseridos⁵¹. Ao se falar de cultura no espaço rural, refere-se à forma de vida, à personalidade de seus habitantes, a seus conhecimentos, crenças, idéias coletivas, costumes e à maneira como se organizam para conseguir seus objetivos.

Competitividade da agricultura familiar: capacidade de orientar-se no contexto de um paradigma tecnológico-produtivo, procurando, simultaneamente, sobreviver ao longo do tempo, melhorar o padrão de renda e de qualidade de vida e contribuir com a oferta de produtos e serviços para a sociedade.

Logística: refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar eficientemente e eficazmente o fluxo e armazenagem de bens e serviços, assim como as informações a eles relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às necessidades dos clientes e otimizar custos.

Meio Rural: engloba o conjunto da população, do território e dos outros recursos do campo, isto é, das zonas situadas fora dos grandes centros urbanos. Sua especificidade se fundamenta numa

⁵¹ Grootaert, Christiaan (1998), Banco Mundial, in Jara, Carlos Júlio. Capital Social: construindo redes de confiança e solidariedade. IICA Equador. Internet: <http://www.nead.gov.br/home/contaglista01.htm>.

diversidade de atitudes, de tradições socioculturais, de laços com a natureza e de características econômicas e ambientais cuja origem está principalmente baseada na agricultura e silvicultura. Compreende a parte do território que engloba a zona agrícola, florestal, de espaços verdes e de parques e os pequenos aglomerados “urbanos” cuja vida depende fundamentalmente da atividade dos agricultores (OCDE e Conselho da Europa).

Mercado Internacional de Crédito de Carbono: mercado no qual um país que logrou ultrapassar suas metas de redução de gases de efeito estufa ou que conseguiu fixação adicional de carbono da atmosfera pelo florestamento ou reflorestamento de novas áreas obteve (creditou-se) o direito de comercializar estas reduções com outros países que não atingiram suas metas de redução. Este mercado foi criado através de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) por ocasião do Protocolo de Kyoto, Japão, em 1997.

Multifuncionalidade: refere-se à possibilidade de uma atividade econômica apresentar, como resultante, múltiplos produtos ou serviços e, destarte, contribuir para diversos objetivos da sociedade ao mesmo tempo. Os elementos centrais do conceito são: a) produção simultânea de “commodities” e de “não-commodities” pela agricultura; b) possibilidade de algumas “não-commodities” apresentarem características de externalidades ou bens públicos não remunerados pelo mercado (ordenamento do uso do solo, manutenção dos recursos naturais e da paisagem, coesão social, segurança alimentar).

Princípio da Precaução: quando uma atividade representa ameaças de danos ao meio-ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução devem ser tomadas, mesmo que algumas relações de causa e efeito não sejam plenamente estabelecidas cientificamente. Dentre os principais elementos do princípio figuram: a precaução diante de incertezas científicas; a exploração de alternativas a ações potencialmente prejudiciais; a transferência do “ônus da prova” aos proponentes de uma atividade e não às vítimas reais ou potenciais daquela atividade; uso de processos democráticos de adesão e observação do princípio - inclusive o direito público ao consentimento informado.

Sistema Agroalimentar: rede interdependente de atores (empresas, instituições financeiras, organismos públicos e privados) localizada num espaço geográfico determinado (p. ex.: região, estado), participando direta ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades alimentares de um ou vários grupos de consumidores (localmente ou no exterior da zona considerada).

Sustentabilidade: uso de recursos humanos, naturais e financeiros pelo homem, de maneira que as gerações atuais possam satisfazer suas necessidades sem colocar em risco a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas. Desta forma, a sustentabilidade tem seu conceito relacionado aos recursos, ao longo-prazo, e é global.

Unidade de Conservação: espaço territorial delimitado (que inclui, entre seus componentes, águas jurisdicionais), com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, com regime específico de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. São consideradas unidades de proteção: parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas, florestas nacionais, estaduais e municipais, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, monumentos naturais, áreas de relevante interesse ecológico (reservas indígenas) e reservas particulares do patrimônio natural

ANEXO II

Legislação incidente sobre a agroindústria de pequeno porte

Pela importância do tema para a competitividade da agroindústria de pequeno porte, transcreve-se, a seguir, estudo realizado pela Dra. Ludmila Caminha Barros, consultora do Pronaf/Pnud para a Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário

Revisão à legislação incidente sobre Agroindústria

Ludmila Caminha Barros
Consultora PRONAF/PNUD

A agroindústria de pequeno porte tem o seu desenvolvimento obstado por um ambiente institucional que lhe é desfavorável por desconsiderar as suas peculiaridades. Compõem este ambiente leis de caráter previdenciário, comercial, tributário, civil, sanitário. Foram identificados os seguintes entraves:

1- Legislação Previdenciária

Os agricultores familiares são enquadrados na previdência social pelas leis nº 8212/91, que trata da organização e custeio da seguridade social e nº 8213/91, que trata dos planos de benefício da previdência social. O agricultor familiar é enquadrado como segurado especial, sendo definido como aquele produtor, parceiro, meeiro, arrendatário rural, o pescador artesanal e o assemelhado, que trabalha apenas com a família, exclusivamente na produção agropecuária, sem utilização de empregados remunerados, com emprego eventual de ajuda de terceiros. Outro aspecto que determina o seu enquadramento é a sua forma de contribuição. O art. 25, incisos I e II da lei nº 8212/91 determina que os segurados especiais contribuam com 2,2% sobre a receita bruta da produção comercializada. O parágrafo 3 do mesmo artigo especifica os tipos de produção sobre os quais incide a contribuição. Ocorre que os exemplos descritos pela lei se referem ao beneficiamento e não à transformação agroindustrial.

Uma agroindústria, seja sob a forma de micro ou pequena empresa, seja como associação ou cooperativa, assume deveres previdenciários, dentre os quais se destacam:

- a) caso tenha empregados, deverá contribuir com 20% do total da folha de pagamento, mais 2% ou 3% da folha para cobertura de acidentes de trabalho de acordo com a atividade desenvolvida;
- b) contribuição de 3% sobre o faturamento mensal da receita bruta das vendas de mercadorias, caso os produtos comercializados não se enquadrem como produção agropecuária (Lei 9718/98 art. 8º);
- c) a micro ou pequena empresa pode optar pelo SIMPLES para o pagamento dessas contribuições.

Portanto, a perda da condição de segurado especial implica que todos os membros de uma família de agricultores passam a ser considerados empregadores rurais, sendo equiparados a autônomos para os efeitos da legislação tributária, tendo por conseqüências: cada membro da família deverá contribuir individualmente e mensalmente com 20% sobre um salário-base; a aposentadoria por idade só pode ocorrer aos 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres; as mulheres perdem o direito ao salário maternidade.

2 - Legislação de inspeção sanitária:

No caso de produção, industrialização e beneficiamento de alimentos o Ministério da Agricultura e Abastecimento e o Ministério da Saúde legislam sobre normas sanitárias e sistemas de inspeção. Competem ao MAA os alimentos de origem animal e as bebidas, enquanto que ao MS cabe legislar sobre os demais produtos. Com frequência, a atuação desses órgãos é conflituosa, arriscando a saúde dos consumidores e gerando insegurança para os estabelecimentos produtores. Pode haver duplicidade ou mesmo contradição na fiscalização.

O MS, na portaria nº1248/93 aprovou o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos (que implementa o Sistema de Avaliação dos Perigos em Pontos Críticos de Controle, de acordo com diretrizes da Organização Mundial de Saúde), as Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos. A portaria nº326/97 aprova o Regulamento Técnico "Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos". O exame destes regulamentos mostra que estes têm seu foco na higiene e sanidade - em todas as fases da produção e na comercialização - das matérias-primas, processos produtivos, pessoal envolvido e produtos obtidos.

A legislação sanitária de produtos de origem animal data da década de 1950 e, apesar das modificações recebidas, ainda mantém seu foco nas instalações, na ótica do grande empreendimento, regulamentando preferivelmente a inspeção anti-mortem e post-mortem, relegando aspectos fundamentais referentes à qualidade da matéria-prima. Ao aumentar o nível de exigências em função do âmbito de comercialização da empresa, admite a incompetência da inspeção local e admite que o alimento que está apto ao consumo em uma localidade não está apto para o consumo em outras localidades, configurando uma infração ao direito do consumidor. Considerando-se que os grandes mercados geralmente estão localizados nas grandes cidades, eles ficam 'reservados' para as unidades industriais que têm SIF.

Dos projetos de lei sobre inspeção sanitária em tramitação no Congresso Nacional, dois se destacam. O primeiro deles (nº4908-A/1999) modifica a lei nº1283/50, permitindo às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos municípios realizar fiscalização nos estabelecimentos que façam comércio municipal ou intermunicipal, determinado que esta competência só poderá ser exercida quando a lei municipal criar Serviço de Inspeção Municipal e cumprir as normas higiênico-sanitárias que garantam a qualidade do produto. Este dispositivo determina ainda que as instalações, construções e equipamentos do empreendimento tenham estabelecidos em regulamento federal critérios que respeitem a capacidade produtiva do estabelecimento e o ramo de atividade.

O outro projeto de lei que se destaca (nº3428-A/1997) dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal. Este projeto define produção artesanal de acordo com a escala produtiva, estabelece os documentos necessários para registro do estabelecimento e critérios mínimos a serem observados quanto à construção, equipamentos e higiene.

3 - Formas de instituição da agroindústria:

Como pessoa física, o agricultor familiar não pode registrar e comercializar produtos usando a Nota de Produtor Rural. Se o agricultor familiar constituir uma microempresa, incorre nos seguintes problemas: perde a condição de segurado especial (ver item I acima); em caso de venda indireta, a microempresa não recolhe ICMS (tributo de competência do Estado), quem recolhe é o agente da venda, o que pode implicar no repasse do custo do tributo ao preço final, tornando o produto menos competitivo ou reduzindo a margem de lucro do produtor. Outro problema com a microempresa é o limite de receita bruta anual.

Caso o agricultor familiar reúna um grupo interessado em instituir uma cooperativa, as dificuldades encontradas se referem às resistências de ordem cultural, às dificuldades para registro e à exigência mínima de vinte produtores para formação de uma cooperativa.

As associações de produtores têm por empecilho o fato de terem natureza civil e não comercial, o que

as impede de beneficiar/processar produtos e comercializá-los; além de implicar na perda da condição de segurado especial para o agricultor familiar. A organização em forma de condomínio também é de natureza civil, estando portanto impedido de beneficiar/processar e comercializar. Implica também na perda da condição de segurado especial se possuir registro no CNPJ. Além disso o condomínio se aplica apenas à garantia da posse comum de bens, sem implicar personalidade jurídica. As formas de tributação variam de acordo com as formas de registro referidas.

4- Listagem da legislação incidente sobre a agroindústria de pequeno porte:

- Relativa à constituição ou formalização da agroindústria:

- **Sociedades comerciais:** Decreto Federal nº 3.708/19.
- **Cooperativas:** Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e, também, Código Comercial Brasileiro Lei 556 de 25/06/1850.
- **Associação e Condomínio:** Código Civil Brasileiro - Lei nº 3.071 de 01/01/1916.
- **Microempresa:** Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

- Legislação Tributária:

- **Simples:** Lei nº 9.317/1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.
- **IRPJ:** Art. 33 da Lei n. 7.799/1989. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
- **PIS/PASEP:** Lei Complementar no 07/1970. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.
- **CSLL:** Lei nº 7.689/1988. Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.
- **COFINS:** Art. 10 da Lei Complementar nº 70/91. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.
- **IPI:** Artigos 46 a 51 do Código Tributário Nacional - Lei nº 5172 de 25/10/1996.
- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:** Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Decreto-Lei 5.452 de 01/05/1943 e outras.
- **FGTS:** Constituição Federal (art. 7, I 10, I) regulado pelo Decreto nº 99.684/90 que consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- Legislação Previdenciária:

- Lei nº 8.212 de 24/10/1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.
- Lei nº 8.213 de 24/10/1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

- Legislação de Inspeção Sanitária:

- Produtos de Origem Animal

- Lei nº 1.283, de 18/12/1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

⁵² Nota do Instituto Cepa/SC: Existem, todavia, antecedentes com relação à forma jurídica de "associação". A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, na Bahia, que entre outras atividades opera uma fábrica de tapetes e carpetes de sisal (com exportação para o mercado externo e empregando 560 funcionários), obteve registro na receita federal (CIC) e inscrição estadual com base na argumentação jurídica de que a lei não veda, expressamente, a figura da associação. O BNAF, em Mafra/SC, baseou-se no mesmo critério.

- Decreto nº 30.691, de 29/03/1952. Aprova o novo regulamento da inspeção industrial sanitária dos produtos de origem animal.
- Decreto nº 1.255, de 25/03/1962. Altera o Decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952.
- Decreto-Lei nº 923, de 10/10/1969. Dispõe sobre a comercialização do leite, regulamentado pelo Decreto nº 66.183, de 5 de fevereiro de 1970.
- Decreto-Lei nº 986, de 21/11/1969: Institui Normas Básicas sobre Alimentos.
- Decreto nº 73.116 de 08/11/1973.
- Decreto nº 78.713 de 11/11/1976.
- Lei nº 1.236 de 02/09/1994. Dá nova redação ao art. 507 do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.
- Lei nº 1.812 de 08/02/1996. Altera dispositivos do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25 de junho de 1962.
- Lei nº 2.244 de 04/06/1997. Altera dispositivos do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal alterado pelos Decretos nº 1.255, de 25 junho de 1962, nº 1.236, de 2 de setembro de 1994, nº 1.812, de 8 de fevereiro de 1996.
- Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre infrações à legislação referente à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
- Lei nº 8.918 de 14 de julho de 1994. Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas, e dá outras providências.

- Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde

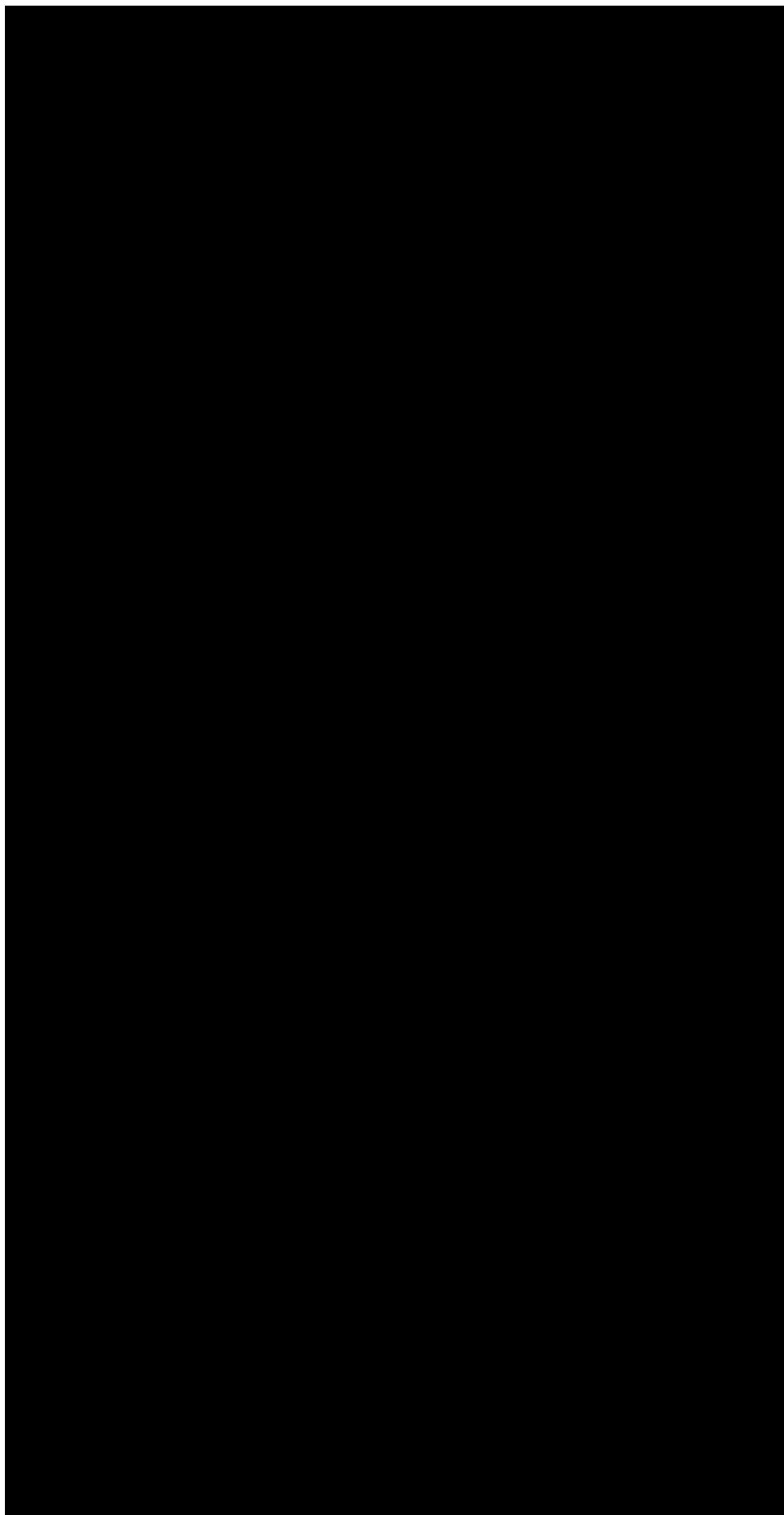
- Portaria nº 1.428 de 26/11/1993. Institui o Regulamento Técnico para a Inspeção Sanitária de Alimentos, as Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento Padrões de Identidade e Qualidade para Serviços na Área de Alimentos.
- Portaria nº 326 de 30/07/1997. Aprova o Regulamento Técnico: “Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos”.
- Resolução nº 23, de 15 de março de 2000 - Ministério da Saúde.

- Código de Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

ANEXO III

Projeção do crescimento do consumo de produtos alimentares no Brasil – 2001-2010 (1)



Referências Bibliográficas

- BÚRIGO, M. Fitoterapia em saúde pública. In: Jornada Catarinense de Plantas Medicinais, 1., Tubarão, 1998. Tubarão: Unisul, 1998. p.69-72. Resumos
- CALIXTO, J.B. Biopirataria - A diversidade biológica na mira da indústria farmacêutica. Ciência Hoje, v.28, nº 167, 2000.
- CERRI, C. Farmácia da terra. Globo Rural, v.4, p.42-50, 1991.
- COELHO, C. N. O "Agribusiness" brasileiro e as macrotendências mundiais. Revista de Política Agrícola - Ano IX, nº01 - Jan-Mar/2000.
- CORREA JÚNIOR, C. Influência das adubações orgânica e química na produção de camomila [Chamomila recutita (L.) Rauschert] e de seu óleo essencial. Jaboticabal: Unesp, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- COUTINHO, L.G. e FURTADO, J. Integração continental assimétrica e acelerada: riscos e oportunidades da Alca. Internet: <http://www.mre.gov.br/nalca>
- CRAGG, G.C.; NEWMAN, D.J.; SNADER, K.M. Natural products in drug discovery and development. Journal of Natural Products, v.60, p.52-60, 1997.
- DIEESE. Considerações sobre o pacote fiscal. Internet: <http://dieese.org.br/esp/ajuste/pacote.html> Dezembro 1998.
- DUKE, J.A. A green world instead of a greenhouse. Earth Island Journal, v.3, p.29-31, 1988.
- ESSER, K., HILLEBRAND, W., MESSNER, D. e MEYER-STAMMER, J. Competitividad sistémica. Competitividad internacional de las empresas y politicas requeridas. Instituto Aleman de Desarrollo. Estudios e informes 11/1994. Berlim.
- GIAMBIAGI, F. Perspectivas para a economia brasileira: 1999/2006. Bndes. Dezembro/1999. Rio de Janeiro.
- GRUENWALG, J. The market situation and marketing of Herbal Medicinal Products (HNU) in Europe. In: World Congress on Medicinal and Aromatic Plants for Human Welfare, 2. Mendonza, november, 10-15, 1997. Mendonza, ICMAP/ISHS/SAIPA, 1997. L.33. Abstracts.
- HOFFMANN, R. Elasticidades-renda das despesas com alimentos em regiões metropolitanas do Brasil em 1995-1996. Informações Econômicas, v.30, nº2, fev. 2000. São Paulo.
- INSTITUTO CEPA/SC. Avaliação socioeconômica do Projeto Microbacias. Relatório de Avaliação Final. Florianópolis, setembro de 1999.
- IMF, World Economic Outlook, maio e setembro de 2001. Internet: <http://imf.org/external/pubs/ft/weo/2001/01/pdf>
- GHERSI, G. e MARTIN, F. Pour une approche renouvelée et intégrée de la sécurité alimentaire. Agroalimentaria Nº 2, Junho de 1996. Département d'économie rurale. Université Laval, Québec, Canadá.
- GUIMARÃES, S.P. A Alca e o fim do Mercosul.

- HENTZ, P. A questão da educação rural. O projeto Escola Rural de São Miguel d'Oeste (Perasmo). Tese de Mestrado. Ufsc, 1994. 132 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (Ipea). Boletim Conjuntural nº55, outubro 2001.
- LAFER, C. A importância da participação do setor privado nas negociações da Alca. Internet: <http://www.exportnews.com.br>
- LIMA, E. T., FAVERET FILHO, P. e PAULA, S. R. Logística para os agronegócios brasileiros: o que é realmente necessário? BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.12, p. 161-173, set. 2000.
- LOURENÇO, G. M. A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação. Curitiba: Ed. do Autor, 2000. 99 p.
- LOURENÇO, G. M. O resgate da questão regional. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v. 21, n. 9/10, p. 4-8, set./out. 1999.
- MENEZES, F. Segurança Alimentar e Nutricional. Internet: <http://www.ibase.br/paginas/san.html>
- OCAMPO, R.A. Domesticación de plantas medicinales em Centroamérica. Turrialba, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, 1994. 132p.
- OCDE. Agricultural Outlook 2001-2006. Ocde Publications. Paris. 2001. 189p.
- OCDE. Multifunctionality. Towards an analytical framework. Ocde Publications. Paris, 2001. 27p.
- OFFICE FÉDÉRAL DE L'AGRICULTURE. Horizon 2010. Stratégie pour le développement de la politique agricole. Berna. Junho/2000.
- PNUD. Vaincre la pauvreté humaine. Relatório sobre a pobreza 2000. Nova Iorque, 2000.
- PORTUGAL, A.D. e CONTINI, E. As grandes transformações na agricultura brasileira. Revista de Política Agrícola, Ano VI, nº02 - Abr-Jun 1997.
- ROBBERS, J.E.; SPEEDLE, M.K.; TYLER, V.E. Pharmacognosy and Pharmacobiotechnology. Baltimore: Williams & Wilkins, 1996. 337p.
- SCHEFFER, M.; CORRÊA JÚNIOR, C. Mercado de Plantas Mediciniais. In: Jornada Catarinense de Plantas Mediciniais, 1., Tubarão, 1998. Tubarão: Unisul, 1998. p.102-108/182-184. Resumos.
- SIMÕES, A.J.F. O Brasil e a Alca no limiar do novo milênio - Algumas reflexões. Revista de Política Externa. Internet: <http://www.mre.gov.br/nalca>
- The Economist, agosto 23, 2001. A Global Game of Dominoes. Internet: <http://www.economist.com>
- VIEIRA, L.F. Agricultura e agroindústria familiar. Revista de Política Agrícola, ano VII, nº1. 1998.